

ALESSANDRA D'AQUI VELLOSO

**MAPEANDO NARRATIVAS:
UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO-ESPACIAL DA
COMUNIDADE DO ENGENHO II - KALUNGA**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental e Territorial no Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

PROF. DR. NEIO CAMPOS
Orientador

Brasília, fevereiro de 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
MESTRADO EM GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

ALESSANDRA D’AQUI VELLOSO

**MAPEANDO NARRATIVAS:
UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO-ESPACIAL DA
COMUNIDADE DO ENGENHO II - KALUNGA**

Brasília, fevereiro de 2007.

ALESSANDRA D'AQUI VELLOSO

**MAPEANDO NARRATIVAS:
UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO-ESPACIAL DA
COMUNIDADE DO ENGENHO II - KALUNGA**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental e Territorial no Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA:

Aprovado por:

PROF. DR. NEIO CAMPOS, Departamento de Geografia, UnB
ORIENTADOR

PROF. DR. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS, Departamento de Geografia, UnB

PROF. DR^a. CLÉRIA BOTELHO DA COSTA, Departamento de História, UnB

Brasília, fevereiro de 2007.

Velloso, Alessandra D' Aqui.

Mapeando narrativas : uma análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II - Kalunga / Alessandra D' Aqui Velloso. – 2006.
162 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2007.

1. Quilombos - Brasil. 2. Comunidade Kalunga.
I. Título.

CDU 39(817.3)

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditam
e fazem um mundo mais justo.*

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que permitiram minha existência, são vocês que orientam o meu caminhar e o meu viver. Aos meus avós Maria Aparecida e Giácomo, Maria de Nazareth e Paulo agradeço por me presentarem com a mãe Rosane e com o pai Luiz Paulo, pessoas amadas e que por isso plantaram em meu coração afeto e amor pela vida.

Sou grata ao Marcus Paulo com quem me aventuro a construir a essência profunda da aliança do amor, obrigada pelo apoio incondicional durante todo o trabalho, compreendendo, à sua forma, minhas dúvidas, angústias e ausências.

A todas as pessoas da Comunidade do Engenho II, meus sinceros agradecimentos por permitirem o desenvolvimento desse trabalho e me ensinarem a olhar para a vida e para todas as pessoas de forma mais doce e compreensiva, demonstrando sempre o respeito e a certeza da iluminação dos ancestrais. Obrigada a todas as crianças, professoras e professores da Escola Joselina Francisco Maia por abrirem as portas da escola que me levaram a conhecer as pessoas que constroem a história da comunidade do Engenho.

Agradeço aos meus irmãos Luiz Felipe e Paulo Henrique que dividiram comigo a experiência do aprendizado familiar, aos queridos amigos que contribuíram, cada um a sua maneira, para o desenvolvimento de minhas reflexões: Rosinha, Goreti, Rejane, Karine, Elisa, Juliana, Carol, meninas do Sarau, em especial Lydia, e tantas outras pessoas queridas que muitas vezes me ampararam. Agradeço à vida por presentear-me com a amizade de Luana, durante o percurso pelo mestrado, com quem dei os primeiros passos para as reflexões sobre as relações raciais no Brasil. Obrigada, amigo Valério, por ensinar-me que as narrativas podem e devem ser mapeadas. Querida Paulinha, seu conhecimento, paciência e carinho foram fundamentais para alcançar o resultado final deste trabalho. Agradeço também a contribuição maravilhosa de Edileuza que iluminou as últimas linhas desse trabalho, obrigada.

Agradeço a compreensão e apoio de todos os colegas dos lugares por onde trabalhei durante o período do mestrado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Integração Nacional e Ministério da Educação. Muito obrigada a Telma, pelo carinho em transcrever as narrativas e a Cordélia, por revisar a redação com tanto carinho e atenção.

A conclusão dessa dissertação somente foi possível pelo acolhimento inicial da proposta pela professora Marília Peluso e em seguida pela orientação do professor Neio Campos, que acreditou e apostou em mim e em minha proposta de trabalho num momento bastante difícil desse percurso. Se você não tivesse me amparado, certamente eu não teria encontrado o caminho para tecer essa história-espacial. Agradeço a todos os professores, professoras e funcionários do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, em especial a professora Lucia Cony e aos funcionários Jorge Luis e Mardely.

Sou a grata à vida por me oferecer tanto amor e amizade e por me permitir perceber que as desigualdades, construídas de diferentes formas pelo ser humano, devem ser combatidas por todos e todas e que a diversidade cultural é a essência da vida no mundo.

Resumo

A principal demanda política das comunidades quilombolas no Brasil é a titulação de seus territórios, direito assegurado pela Constituição de 1988. No entanto, a luta desses sujeitos sociais por direitos políticos, culturais e sociais dos quilombolas vem sendo construída desde seu surgimento como fenômeno social no contexto do período colonial. Ao longo desse processo histórico, diferentes mecanismos e instrumentos de resistência foram elaborados pelos quilombolas em todo Brasil. O objetivo desse estudo é analisar o processo histórico-espacial recente da comunidade quilombola do Engenho II – Kalunga, situada no estado de Goiás, através das narrativas de seus moradores, tendo como eixo orientador a construção da resistência desta comunidade e sua ação no território. A construção é conduzida por uma opção teórico-metodológica pautada em uma abordagem dialética entre o referencial conceitual e o olhar empírico acerca do processo histórico-espacial da Comunidade Engenho II – Kalunga. Assim, o trabalho parte de uma revisão teórica sobre as comunidades quilombolas, com ênfase na resistência da população negra no Brasil, passando pela análise da relação do fenômeno social dos quilombos com os conceitos de identidade e território e sua inserção no contexto do Brasil Central. A partir dessas referências, foram elaboradas entrevistas pré-estruturadas aplicadas com diferentes sujeitos sociais que participaram da história recente da comunidade do Engenho II. Com base nessas narrativas, desenvolveu-se uma série de mapeamentos que demonstram o processo de transformação do território da comunidade do Engenho II. Este estudo se deu pela escuta atenta, pelo olhar, pela conversa à beira de um fogão à lenha, pelos caminhos percorridos entre vãos e serras do território Kalunga, sentindo permanentemente a presença dos ancestrais, orientando o caminho a ser seguido, tracejando os contornos sutis do território do Engenho II.

Abstract

The most important political demands from the remaining black communities - *quilombos* in Brazil are the fight for their political, cultural and historical rights developed since the colonial times as a social phenomenon. Through this historical process, distinguished mechanisms and resistance tools were developed by the *quilombolas* – people who lived in the *quilombos*, according to each specific context, in all regions of Brazil. Considering these premises, the main purpose of this study is to analyze the recent historical and spatial process in the Engenho II *quilombola* community, located in the Goiás state, by means of a close look at narratives and oral speeches from the *quilombolas*, taking into account the resistance appeal of this community and its actions over the territory. The research is conducted by a theoretical and methodological focus based on a dialectical approach between the literature review and the empirical look about this historical and spatial process in Engenho II – Kalunga. Therefore, this dissertation is part of a theoretical review about *quilombolas* communities, emphasising the resistance aspect of the black population in Brazil and taking into account the analyzes of the relation between the social phenomena called *quilombos* and the identity and territory meanings, and their insertion in the Brazilian Highlands context. Regarding these references, interviews were prepared and applied to different social subjects who took part in the recent community history of the Engenho II community. From these narratives, it was developed a series of maps which demonstrates the territory transformation process. Considering this approach, this study was guided by close looks around the community ethos, through old tracks crossing mountains in the *Kalunga* territory, allowing an everlasting presence of black ancestors, who helped to define the way to follow, drawing the subtle sketch of the Engenho II lands.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. QUILOMBOS: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO.....	24
2.1. A transdisciplinaridade dos estudos dos quilombos.....	31
2.2. A construção teórica do fenômeno social quilombola.....	34
2.2.1. A historiografia recente sobre o trabalho escravo no Brasil.....	35
2.2.2. Quilombo: um conceito em construção.....	39
2.2.3. Aspectos conceituais da identidade como referência para a compreensão do fenômeno social dos quilombos.....	49
2.2.4. Quilombos, territórios e territorialidade étnico-raciais.....	53
3. OS QUILOMBOS NO BRASIL CENTRAL.....	61
3.1. Relações de produção: do trabalho escravo ao trabalho livre e a constituição dos quilombos em Goiás.....	66
3.1.1. Ciclo econômico da mineração.....	66
3.1.2. Ciclo econômico do gado.....	76
3.1.3. A Marcha para o Oeste e as transformações espaciais no Brasil Central.....	80
3.2. A comunidade Kalunga: caracterização físico-espacial do sítio.....	84
3.2.1. Contextualização histórica da Comunidade Kalunga.....	88
3.2.2. Estrutura socioespacial da comunidade do Engenho II.....	94
3.2.3. Territorialidade e resistência na comunidade do Engenho II.....	107
4. O PROCESSO HISTÓRICO-ESPACIAL DA COMUNIDADE DO ENGENHO II.....	111
4.1. Portas abertas e conversa à beira do fogão à lenha.....	117
4.2. As cercas e a luta pelo território ancestral.....	122
4.3. Mapeando narrativas: o caso da fazenda Paciência.....	128
4.4. A presença permanente dos ancestrais.....	140
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXO A.....	160
ANEXO B.....	161
ANEXO C.....	162

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 Vista Geral da Comunidade.....	28
Figura 2.2 Descrição das cores da imagem utilizada para o mapeamento.....	29
Figura 2.3 Caminhos do Território do Engenho II.....	32
Figura 2.4 Planta do Quilombo chamado Buraco do Tatu. Original do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. ca. 1764. p. 320. In REIS FILHO (2000).....	41
Figura 2.5 Sussa ou Sussia – dança própria da comunidade Kalunga.....	46
Figura 3.1 Desvio de Corrente de rio para a extração de e minério - território do Engenho II	72
Figura 3.2 Cruzeiro situado no alto da serra que dá acesso e demarca o início do território Kalunga do Engenho II.....	74
Figura 3.3 – Vão de Almas – território Kalunga.....	85
Figura 3.4 – Indicação de acesso ao Núcleo da Comunidade do Engenho II – Kalunga.....	86
Figura 3.5 – Cachoeira Santa Bárbara – Comunidade do Engenho II.....	88
Figura 3.6 Estrutura conduzida.....	99
Figura 3.7 Organização linear orientada.....	99
Figura 3.8 Diversidade de cultivos Roça da Paciência.....	104
Figura 3.9 Arroz colhido e separado para ser batido.....	105
Figura 3.10 Entrega de presentes às crianças da Comunidade do Engenho II no Barracão – abril/maio de 2005, realizada por técnicos do MDS.....	106
Figura 4.1 Cozinha de uma das casas da Comunidade do Engenho II.....	118
Figura 4.2 Casa do gerente da fazenda Santo Antônio, local de antiga morada da Sra. Santana da comunidade do Engenho II.....	121
Figura 4.3 – Número de famílias de acordo com a localidade de origem e/ou Nascimento.....	123
Figura 4.4 Sr. João Francisco Maia em sua roça no Tamanduá.....	132
Figura 4.5 Fundação das casas que ficavam na área da fazenda Paciência, ao fundo as árvores frutíferas.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Arrecadação do Quinto em Goiás – 1753 a 1823 – em Arrobas.....	70
Tabela 3.2 - População Livre e Escrava de Goiás 1804-1872.....	76
Tabela 3.3 - População de Goiás – 1856	77
Tabela 3.4 - População de Goiás – 1832	77
Tabela 3.5 - Roças da Comunidade do Engenho II.....	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1 – Localização do Sítio Histórico kalunga na microrregião da Chapada dos Veadeiros - Goiás.....	18
Mapa 2.1 - Localização da área de estudo (NO da sede municipal de Cavalcante – GO)	30
Mapa 3.1 - Dinâmica das principais rotas e articulações econômicas da diáspora africana no mundo – séculos XV – XIX – Fonte: ANJOS (2006, p. 59).	63
Mapa 3.2 – Século XVI.....	64
Mapa 3.3 – Século XVII.....	64
Mapa 3.4 – Século XVIII	64
Mapa 3.5 – Século XIX	64
Mapa 3.6 - Planta de Vila Boa de Goiás, 1782. In REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial (2000).	67
Mapa 3.7 - Carta topográfica administrativa de Goiás, 1849, in FUNES (1986, p. 112)	69
Mapa 3.8 - Uso e Ocupação do Território.....	97
Mapa 3.9 - Uso e Ocupação do Território (Núcleo da Comunidade).....	98
Mapa 3.10 - Território do Engenho II – Núcleo.....	101
Mapa 4.1 - Uso e Ocupação do Território (Moradias)	115
Mapa 4.2 - Vestígios de Antiga Ocupação.....	126
Mapa 4.3 - Detalhamento da Área de Ocupação Antiga.....	127
Mapa 4.4 - Território do Engenho II (Ocupação Antiga).....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno social¹ denominado quilombo vem sendo abordado em documentos históricos desde o período colonial. Entretanto, os estudos no Brasil sobre esta temática se aprofundaram apenas no período contemporâneo, nas décadas de 1970-80, sobretudo a partir da inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

Com o reconhecimento pelo Estado da existência de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, esses grupos sociais intensificaram sua ação política com o objetivo de fazer valer o disposto pela Constituição. Segundo levantamento realizado por Anjos (2005), foram identificadas no território nacional 2228 comunidades remanescentes de quilombos, estima-se que nesse universo estejam cerca de 2,5 milhões de pessoas (SOUZA, 2005) e esse número tende a crescer à medida que esses grupos sociais se autodeclarem, conforme dispõe o decreto 4887/2003.

Dentre essas comunidades, existe a Comunidade Kalunga² que, de acordo com o levantamento cadastral realizado pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2004, era constituída por 4362 pessoas, 580 famílias³, que habitam uma área de 253, 2 mil hectares na microrregião da Chapada dos Veadeiros, estado de Goiás. Essa grande área foi tombada como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga⁴ no ano de 1991. O Sítio Histórico Kalunga está

¹ Segundo Marcel Mauss, qualquer fenômeno ou fato, quer ocorra em sociedades arcaicas, quer se situe em sociedades modernas, é sempre complexo e pluridimensional, ou seja, o fenômeno social é parte da vida do ser humano como ser social e dá forma à sua existência. (MAUSS, M. *apud* SILVA, A. F. Introdução às Ciências Sociais).

² Há divergências acerca da grafia da palavra, podendo ser “K”alunga ou “C”alunga. Para este trabalho, a opção foi utilizar a grafia Kalunga, conforme consta no documento de tombamento como sítio histórico. Vale destacar, entretanto, que há amplo debate acerca da origem dessa denominação e da grafia, conforme destaca Martiniano José da Silva, no livro “Quilombos no Brasil Central: Violência e Resistência Escrava” (Goiânia: Kelps, 2003).

³ Dados do Levantamento Sócio-Econômico-Cultural. Relatório Estatístico Qualitativo e Quantitativo. Fundação Cultural Palmares, 2004. Disponível no portal www.palmares.gov.br.

⁴ A área Kalunga foi tombada como sítio histórico e cultural em nível estadual (Lei estadual nº 11.490, de 21 de janeiro de 1991).

situado na região nordeste do estado de Goiás⁵ e abrange três diferentes municípios: Teresina, Monte Alegre e Cavalcante (Mapa 1.1).

Dentro dessa grande área há diferentes comunidades negras com cinco núcleos principais: Contenda; Kalunga; Vão de Almas; Vão do Muleque e Ribeirão dos Bois. Esses núcleos, chamados pelos moradores do território de municípios, subdividem-se em vários “agrupamentos” com denominações locais: Contenda, Barra, Riachão, Sucuri, Curral da Taboca, Saco Grande, Tinguizal, Boa Sorte, Bom Jardim, Arreia, São Pedro, Faina, Olho D’Água, Vão de Almas, Caiçara, Jataroba, Tarumã, Saco, Mochila, Boa Vista, Lagoa, Volta do Canto, Terra Vermelha, Congonha, Altamira, Vargem, Ema, Taboca, Fazendinha, Maiadinha, Morro, Choco, Buriti Comprido, Córrego Fundo, Vargem Grande, Borrachudo, Guarió, Brejão, Ribeirão, Cauçara ou Caiçara, Solidade, Raizama, Funil, Porcos, Prata, Maquiné, Capela, Engenho, também chamada de Engenho II, entre outros⁶.

A Comunidade do Engenho II, localizada a 27 quilômetros do município de Cavalcante, é a comunidade que acolheu o presente trabalho, cujo objetivo é analisar o processo histórico-espacial recente desse grupo social, identificando e mapeando, por meio das narrativas de alguns moradores do Engenho II (residentes na comunidade e em Cavalcante) as transformações nessa porção do território Kalunga, tendo como eixo de análise a construção da resistência desta comunidade e sua ação no território.

Em diversos estudos realizados sobre comunidades quilombolas, há três referências fundamentais recorrentes: identidade étnica, territorialidade e resistência. A opção por construir o presente trabalho tendo como foco de análise a relação entre tempo e espaço, aqui denominada como processo histórico-espacial, advém da perspectiva a qual define o fenômeno social quilombola como forma de resistência da população negra⁷ no Brasil e que possui uma história específica que determina uma dinâmica espacial própria.

⁵ *Op. Cit.* Na região Centro-Oeste, há 10.087 de habitantes, compreendendo 1.419 famílias, em comunidades remanescentes de quilombos.

⁶ BAIOCCHI (1999); Secretaria de Educação Fundamental / MEC(2000)

⁷ Entende-se por população negra ou afro-descendente o conjunto de pessoas que se declaram “pretas” ou “pardas” nas pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outro aspecto que orienta esta opção de análise é a cosmovisão africana, em que todos os aspectos da vida social e da natureza estão integrados, ou seja, não há fragmentação e fronteiras rígidas entre história/memória, educação, religião, território, política, produção, etc.

O cosmos africano é a unidade matricial e os territórios são unidades menores que nele se inscrevem de forma dependente e interligada. Os territórios constituem-se pela identidade, que é estruturalmente etnocêntrica, na medida em que o indivíduo se define devido à sua integração em um grupo (descendência e ancestralidade), situado em um território próprio, que se configura não só pela sua estrutura específica, mas pela diferença que o separa do Outro. Portanto, o território define-se pela relação que sustenta a sua história e que se exprime não só pela presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, alguns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens e outros criados e recriados no imaginário do indivíduo e da sua sociedade (HENRIQUES, 2003).

O processo de construção dessa abordagem de estudo iniciou-se mais intensamente em 2001, ano de conclusão de minha graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, época em que fui contratada para trabalhar como assessora técnica junto ao extinto Setor de Referências Culturais do Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Durante o período de aproximadamente três anos, tive a oportunidade de aprofundar estudos e reflexões sobre a temática do patrimônio cultural, em especial do patrimônio cultural imaterial, tendo como foco a relação das populações residentes nesses sítios com os bens culturais protegidos, expressa por meio de manifestações culturais diversas.

A partir desses estudos, desenvolvi monografia para um curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão e Marketing do Turismo, sob título: Populações Tradicionais e Turismo: diferentes olhares sobre o meio ambiente. Com base neste trabalho, diversas questões de pesquisa revelaram-se, entre elas compreender a relação que as comunidades tradicionais estabelecem com a sociedade e suas instituições, buscando verificar como elas elaboram estratégias para garantir o direito de permanecerem construindo sua realidade a partir de sua tradição e de sua cultura específica.

No ano de 2003, apresentei projeto de pesquisa ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, que o acolheu. O projeto proposto transformou-se ao longo do curso, na medida em que me apropriava de nova perspectiva sobre as relações sociais, que tinha como

referência de análise o território. Para subsidiar a proposta de verificar aspectos da relação de uma comunidade tradicional com a sociedade, cursei uma disciplina no Departamento de História sobre a temática da Identidade. Com a conclusão dos créditos, o projeto foi revisado e proposto para a comunidade do Engenho II, na qual foi acolhido e iniciado em 2005.

No ano de 2005, antes do início do trabalho de campo, foram realizadas duas visitas à comunidade do Engenho II com o objetivo de conhecer a área de estudo – as pessoas que residem e constroem o território, as principais referências culturais e conhecer a história de luta desse grupo social pela manutenção de seu território. Com base nesse primeiro olhar sobre a comunidade, o principal aspecto que se revelou e que orientou a construção da pesquisa foi compreender como esse espaço, que tem uma especificidade, transforma-se e também se mantém enquanto espaço quilombola e, portanto, espaço de resistência da população negra.

Dentre os objetivos específicos desta pesquisa estão analisar as diferentes estratégias elaboradas pelos membros da comunidade do Engenho II, ao longo de sua trajetória histórica recente, para manutenção de seu território, processos de desterritorialização e a constituição recente de um novo território, chamado de território político.

O recorte temporal proposto para a análise recente do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II abrange o período entre 1988 e 2005. Nesse período, há três diferentes elementos que orientam a opção do recorte: a Constituição Brasileira de 1988 – associada à afirmação da identidade étnica e reconhecimento pelo Estado da comunidade Kalunga como remanescente de quilombo; o Tombamento do Sítio Histórico Cultural em 1991 – associado à conquista dos quilombolas de um território específico e; 2005 – momento de fortalecimento político do movimento social negro junto ao governo brasileiro.

Para atingir ao objetivo proposto, a opção teórico-metodológica foi construir o processo histórico-espacial recente do Engenho II, por meio da identificação, pelas narrativas de membros da comunidade, das transformações ocorridas nesse território no período de 1988 e 2005, ou seja, compreender como esse grupo social, com sua identidade e territorialidade específicas, têm resistido à pressão que a sociedade moderna impõe sobre sua cultura, e identificar como esse processo revela-se no território da comunidade do Engenho II.

Os procedimentos teórico-metodológicos adotados para o desenvolvimento do trabalho foram os seguintes:

- Revisão teórica acerca da temática, com ênfase no estudo do fenômeno social quilombola como forma de resistência da população negra no Brasil desde o período colonial e do processo histórico específico da comunidade Kalunga, bem como sua inserção na construção política do movimento social negro, em especial, movimento social quilombola.

- Construção da dissertação juntamente com os membros da comunidade, tendo em vista elaborar um produto final que fizesse sentido para a comunidade, desenvolvido em duas etapas: a) processo de aproximação e de construção de laços de confiança com os membros da comunidade do Engenho II; b) entrevistas e mapeamento das referências espaciais identificadas por meio das narrativas dos entrevistados.

a) Processo de aproximação e construção de laços de confiança com os membros da comunidade do Engenho II

No processo de conhecimento mútuo, entre os membros da comunidade e eu, foi proposto aos professores da escola Joselina Francisco Maia o desenvolvimento de um projeto junto aos estudantes da escola (pré-escola e 6ª série), associado ao trabalho a ser desenvolvido na etapa 2, cuja abordagem foi trabalhar a percepção espacial desses alunos(as) tendo em vista aprofundar as relações entre os estudantes, estimulando aspectos como consciência corporal, percepção espacial/temporal, a fim de identificar os elementos que constituem a percepção dos alunos acerca de sua identidade étnica e território⁸.

Por meio desse trabalho, desenvolvido com diferentes grupos etários da escola, a minha relação com os demais membros da comunidade, mães, pais, tios, primos, avós e bisavós dos estudantes, foi formada. O estabelecimento de relação de confiança, pautada na reciprocidade e no diálogo aberto, foi o elemento que tornou possível o desenvolvimento do trabalho de análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II.

b) Entrevistas e mapeamento do processo histórico-espacial do território do Engenho II

A segunda etapa dos trabalhos foi desenvolvida em três momentos: 1) identificação e realização de entrevistas com alguns membros da comunidade do Engenho II. O processo de elaboração dos roteiros das entrevistas, registros e análises das narrativas dos entrevistados foi

⁸ O procedimento dos trabalhos/oficinas desenvolvidas na escola foi a aplicação de jogos de integração e sensibilização, baseados em trabalhos do dramaturgo Augusto Boal e do geógrafo Celso Antunes.

desenvolvido com base na metodologia da História Oral⁹; 2) elaboração de roteiro para identificação da área de estudo, organizada pelo guia Sr. Jorge Moreira da Silva, e realização do levantamento dos dados de campo (visita a todas as casas e famílias do território do Engenho II, visita às roças, espaços sagrados, antigas áreas de ocupação e fazendas de propriedade de pessoas de fora da comunidade). Além da identificação das referências espaciais do território do Engenho II, foram aplicadas entrevistas cadastrais em cada moradia e casa de roça visitada, onde havia ao menos um morador presente, com o objetivo de identificar as relações de parentesco entre os membros da comunidade e o processo de mobilização espacial. 3) sistematização dos dados coletados em campo (análise das entrevistas e elaboração dos mapas do território do Engenho; e 4) redação da dissertação.

Conforme acima descrito, a principal fonte documental para o desenvolvimento do presente trabalho foram as entrevistas realizadas com os membros da comunidade do Engenho II, isso se deve ao fato de que uma das premissas deste trabalho é que ele faça sentido e venha a contribuir de alguma forma para a comunidade do Engenho II. Vale destacar que esse aspecto foi abordado pelo Sr. Cirilo dos Santos Rosa – liderança da comunidade – logo na primeira visita, ou seja, os membros da comunidade esperam retorno ou desdobramento dos trabalhos que são desenvolvidos em seu território e sobre o modo de vida da comunidade.

O presente trabalho buscará contribuir para a construção da memória espacial da comunidade do Engenho II, pela identificação dos elementos e das forças da dinâmica territorial, evidenciando o processo de perda do território físico da comunidade, mas também buscando apontar alternativas e possibilidades para recuperação de áreas, ora sob domínio privado, situadas no território da comunidade, mas que permanecem sendo parte da estrutura do espaço do Engenho II.

O resultado esperado com esta pesquisa é uma abordagem dialética entre o referencial conceitual e o olhar empírico acerca do processo histórico-espacial da Comunidade Engenho II - Kalunga, a partir dos relatos de seus moradores, identificando as transformações ocorridas em seu território, conflitos pela posse da terra e estratégias de resistência construídas pela comunidade, principalmente a partir de 1988. Este estudo busca demonstrar, pela análise espacial, que é no

⁹ Sobre as técnicas para elaboração de roteiros e análise de entrevistas ver ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

território que as práticas sociais materializam-se. Assim, estudar um grupo social a partir dessa perspectiva pode contribuir para a construção do conhecimento sobre essa comunidade.

A relevância da temática abordada neste trabalho está em contribuir para a construção da resistência da comunidade quilombola do Engenho II que, de diferentes maneiras, vem historicamente reelaborando e fortalecendo sua identidade cultural e étnica em um território próprio, em face de um processo crescente e acelerado de expansão do capital.

A produção do conhecimento sobre comunidades de quilombo tem se intensificado, sobretudo acerca da comunidade Kalunga. Entretanto, são poucos os estudos que buscam lançar um olhar territorial sobre as análises sociais, realizadas no presente trabalho por meio da espacialização das narrativas dos membros da comunidade, considerando o significado simbólico atribuído ao território pela comunidade que o produz.

O trabalho é composto de três capítulos, além de introdução e de conclusão das idéias. No capítulo 1, são apresentados os principais conceitos que orientam toda elaboração da proposta da pesquisa: a relação entre identidade e território como elementos que constituem as referências para a elaboração de diferentes estratégias de resistência da população negra, enquanto grupo social, analisados aqui por meio do fenômeno social quilombola.

No capítulo 2, são abordados os aspectos históricos e espaciais da formação do estado de Goiás, tendo como foco de análise as relações sociais no âmbito da produção e da constituição dos quilombos no Brasil Central. A partir da contextualização histórica da região, são apresentados aspectos do processo histórico de formação do quilombo Kalunga, seguida por uma análise da estrutura socioespacial e da territorialidade da comunidade do Engenho II.

No capítulo 3, são analisadas as narrativas de pessoas da comunidade do Engenho II e a identificação dos elementos que constituem o território e a territorialidade da comunidade. O estudo e a escuta atenta das narrativas ofereceram os subsídios fundamentais para desenvolver a análise do processo de perda recente do domínio do território físico, bem como identificar as estratégias elaboradas pelos ancestrais da comunidade para a garantia do território a todos os seus descendentes e a estratégia de resistência acionada, desde o final da década de 1980, pelas pessoas da comunidade do Engenho II para a permanência em seu território e a garantia do legado ancestral do território às próximas gerações.

2. QUILOMBOS: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

O tema das comunidades remanescentes de quilombo adquiriu maior visibilidade no Brasil com a inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal de 1988, que garante a titulação aos ocupantes das terras de antigos quilombos em todo o território nacional. Essa conquista está associada, entre outros aspectos, ao crescimento e à inserção política dos movimentos sociais, mais especificamente, do movimento negro. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988, ADCT, Art.68) reza que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Verificam-se, no Artigo 68, o reconhecimento e a legitimidade da reivindicação dos quilombolas pela titulação de seus territórios e o início de um processo de inserção social dessas comunidades, como desdobramento da luta por direitos sociais. Na Constituição, há outro artigo, que trata especificamente da contribuição das referências culturais africanas e afro-brasileiras para a nação, o qual cita os quilombos como sítios a serem preservados: para isso “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Art. 216 §5º).

Essa construção social da população negra brasileira está associada ao reconhecimento da existência/resistência do fenômeno social dos quilombos no período contemporâneo, bem como à ocupação de um território específico, muitas vezes o mesmo de seus antepassados africanos e afro-brasileiros. O reconhecimento pelo Estado revela infinitos desdobramentos, entre eles: a afirmação do espaço político desses grupos sociais, cuja “invisibilidade” na sociedade brasileira, bem como na historiografia¹⁰ dificultaram que exercessem sua plena cidadania¹¹.

A partir desse período, teve início o debate sobre políticas públicas voltadas para essas comunidades, mas, para iniciar esse novo processo, era necessário compreender o conceito de

¹⁰ O discurso historiográfico por muito tempo corroborou para simplificação das análises sobre a sociedade escravista no Brasil, omitindo conflitos internos ao sistema, bem como a estrutura social forjada pelos negros, buscando demonstrar homogeneização das relações sociais, restritas aos senhores (opressores) e negros escravizados (oprimidos). É recente a escrita da história, a partir da década de 1970, que considera a complexidade do sistema escravista e busca abordar temas que ampliem esse campo de análise, apresentando negros e negras como sujeitos sociais (escravos libertos, quilombolas, mulheres negras, crianças, artesãos, comerciantes, pequenos agricultores) e sua resistência à escravidão, muitas vezes conquistada, configurando novos espaços de atuação na sociedade colonial.

¹¹ No sentido da inserção do sujeito perante a sociedade, adquirindo direitos e deveres civis e políticos. Esse termo deverá ser melhor analisado na elaboração da dissertação.

remanescentes de quilombos, muito embora o termo já estivesse presente no texto constitucional. Com a criação da Fundação Cultural Palmares¹², em 1988¹³, iniciaram-se estudos sistematizados, na esfera do Governo Federal, para a compreensão do universo desse grupo social específico e de suas características, com o objetivo de subsidiar o processo de identificação dos quilombos no território brasileiro.

A primeira sistematização nacional das comunidades remanescentes de quilombos, realizada em setembro de 2000 pela Fundação Cultural Palmares, revelou um universo de 724 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, sendo a maior parte delas situada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O número de quilombos identificados, desde esse levantamento, cresceu de forma significativa, conforme demonstrado por Anjos (2005), sobretudo a partir da publicação do decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003¹⁴, que modificou o procedimento para a obtenção da titulação das áreas de quilombo.

Apesar do crescimento de comunidades reconhecidas pelo Estado, muito pouco se alterou nos aspectos relativos à inclusão desses grupos socialmente vulneráveis¹⁵. A maioria dos quilombolas possui acesso restrito, ou ausência, à infra-estrutura mínima em seus territórios: saneamento básico, energia, ensino formal, saúde e, acima de tudo, acesso a terra, principal reivindicação das comunidades, na medida que seus territórios são sobrepostos com áreas de títulos privados¹⁶.

Outro aspecto relevante, que contribui para a exclusão social do grupo, é o alto índice de pessoas que não possuem documentos de identidade ou qualquer registro civil. Dessa forma, pode-se considerar que essa população não existe perante o Estado brasileiro, aspectos como esses dificultam a implantação de políticas públicas para a melhoria das condições de vida e de trabalho dessas pessoas.

¹² A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988.

¹³ Em 1988, comemorou-se no Brasil o centenário da Abolição da Escravidão.

¹⁴ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

¹⁵ As comunidades remanescentes de quilombos são consideradas grupos socialmente vulneráveis por serem minoria étnica e terem autonomia e representatividade reduzidas na sociedade. Para saber mais: www.feedingminds.org.

¹⁶ Levantamento Sócio-Econômico-Cultural. Relatório Estatístico Qualitativo e Quantitativo. Fundação Cultural Palmares, 2004. Disponível no portal www.palmares.gov.br.

Com os direitos fundamentais negados aos quilombolas, a maioria das comunidades vem-se desestruturando historicamente, muitas não resistiram e já não existem. O processo de desestruturação, causado pela necessidade dessas pessoas de buscarem condições mínimas de cidadania, revela-se em diferentes aspectos da vida social, tais como a migração para centros urbanos mais próximos em busca de melhores oportunidades (educação e trabalho), fenômeno que se verifica principalmente entre os jovens.

Diante desse cenário, verifica-se, de um lado, a negligência do Estado perante milhares de pessoas que habitam o território brasileiro. Por outro lado, à medida que esses grupos sociais constroem e estabelecem seu espaço político, o Estado vê-se diante de um desafio: compreender sua diversidade cultural e garantir seus direitos fundamentais, dispostos na Constituição e em acordos internacionais.

As políticas públicas brasileiras são pautadas, na maioria das vezes, em bases metodológicas universalistas, que freqüentemente não consideram as especificidades do território e do público a ser atendido. Esse aspecto gera o insucesso de grande parte das políticas implementadas em comunidades tradicionais, dentre elas comunidades remanescentes de quilombo.

A partir da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003¹⁷, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres¹⁸, o processo de inserção das categorias raça e gênero para a gestão de políticas públicas fortaleceram o desafio do enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil.

Muito ainda há por se construir, sobretudo a linguagem e os instrumentos para a ação pública, tendo em vista a inclusão social das comunidades remanescentes de quilombo. Este trabalho busca contribuir para a compreensão da organização social, política, cultural e, sobretudo, espacial desses grupos específicos, notadamente nos aspectos que revelam sua resistência.

No caso da comunidade do Engenho II – Kalunga, verifica-se, em sua história, que a luta pelo direito ao território - um dos aspetos que constituem a identidade do grupo social -, pela autonomia sobre o uso dos recursos naturais e pela garantia do direito ao uso comunal da terra,

¹⁷ A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) foi criada pelo decreto nº 4.651 de 27 de março de 2003.

¹⁸ A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) foi criada através do decreto nº 4.625, de 21 de março de 2003.

caracterizam formas de resistência a processos “civilizatórios” que buscam atender à lógica do capitalismo na homogeneização dos padrões culturais que orientam as relações sociais.

O território Kalunga atravessa três municípios do norte de Goiás: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. Nesse território, destacam-se quatro áreas: Vão de Almas, Contenda, Vão do Muleque e Ribeirão dos Bois. Mas, nessas áreas, existem outros agrupamentos: Riachão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'Água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Vargem Grande, Engenho ou Engenho II, Funil, Capela e mais dezenas de outros nomes.

São diversos agrupamentos, ocupando área composta basicamente por serras, tombada, em Goiás, em forma de Sítio Histórico e Patrimônio Cultural pela lei nº 11.406, de 21 de janeiro de 1991, regulamentada pela Lei Complementar nº 19 de 5 de janeiro de 1996. Dessa grande área, estima-se que apenas 30% são agricultáveis, sendo a maior parte do território composta por serras, o que torna difícil o acesso à região, que é marcada pela intercalação de grandes extensões de áreas íngremes, veredas e muitos rios. O principal rio é o Paranã – afluente do rio Tocantins. As vias de acesso às comunidades são escassas e variadas, dependendo do agrupamento/localidade. Na comunidade do Engenho II, há uma estrada de terra que passa pelo núcleo da comunidade, o que facilita um pouco o acesso, dependendo do período do ano. Quando há muita chuva, muitos carros não conseguem subir a serra que liga Cavalcante ao Engenho II.

No caminho de Cavalcante para a comunidade do Engenho II, verificam-se grandes áreas com cercas de arame farpado que margeiam a estrada, demonstrando a posse e demarcação das fazendas, suscitando uma questão: por que existem cercas se o território é da comunidade Kalunga? No núcleo da comunidade (ver figura 2.1), não há cercas, as casas são dispostas de forma livre, algumas delas agrupadas de acordo com os laços de parentesco.

Figura 2.1 - Vista geral da Comunidade do Engenho II

Na região do norte goiano, a grilagem faz parte da história de ocupação¹⁹, a atuação dos grileiros na região tem como base duas atividades: a retirada dos moradores da área e a legalização da posse no cartório do município²⁰, seguida pela venda dessas áreas a outras pessoas. Em toda a área do Sítio, verificam-se conflitos entre os antigos ocupantes e fazendeiros, que ocupam as terras mais acessíveis e férteis.

De acordo com relatos de pessoas da comunidade do Engenho II, o processo de inserção da comunidade como parte do território Kalunga foi difícil, pois, quando houve o projeto Kalunga – Povo da Terra, na década de 1980, período em que se iniciou a identificação do território, a área que a comunidade do Engenho II ocupa não faria parte do território. Mas, a comunidade do Engenho II organizou-se e reivindicou o direito de ser parte dessa grande comunidade Kalunga, devido a vários aspectos: a ancestralidade e o fato de a maioria das

¹⁹ A grilagem é o processo fraudulento de posse da terra pública ou particular, caracterizado por falsidade documental, usurpação; quando há ocupantes na área pretendida, é comum o uso da violência.

²⁰ A pesquisa no cartório da cidade de Cavalcante foi muito complicada, pois o acesso às informações sobre a documentação de propriedade das fazendas que estão na área do Sítio Histórico Kalunga é dificultado pelos técnicos que, por um lado, não têm paciência de atender, já que a documentação está totalmente desorganizada e, por outro lado, parece haver resistência em contribuir para a pesquisa sobre as informações referentes ao registro de propriedade de terras. As poucas informações que são possíveis de serem coletadas demonstram incoerências como sobreposição de áreas e várias fazendas com o mesmo nome.

extensões de roçado da comunidade estar situada em áreas que faziam parte do primeiro mapeamento, que tinha como limite o córrego Capivara.

A área de domínio, ou seja, o núcleo onde as pessoas da comunidade do Engenho II habitam (escola, igrejas, barracão e campo de futebol), é apenas uma parte de seu território, conforme demonstrado no mapa 2.1, cujo detalhamento da imagem está demonstrado na figura 2.2. As demais áreas, cujo acesso é restrito por se tratar de domínio de fazendeiros, são justamente onde as terras são férteis e onde se localizam as roças da comunidade. Para que os membros da Comunidade do Engenho II possam trabalhar na roça, necessitam pedir autorização sempre e pagar pelo uso da terra que em verdade é sua.

2.1. A transdisciplinaridade dos estudos dos quilombos

A proposta deste trabalho – analisar o processo histórico-espacial da Comunidade quilombola do Engenho II – insere-se em uma análise recorrente sobre comunidades remanescentes de quilombo, que trata da relação entre as categorias: identidade étnico-racial, territorialidade e resistência. Outro aspecto que orienta a opção pela análise histórico-espacial fundamenta-se na perspectiva que os quilombolas têm sobre o significado da terra, fortemente associado à ancestralidade e que, por sua vez, caracteriza e orienta a produção do espaço.

Entretanto, as abordagens teóricas desses conceitos, surgidas no campo da antropologia cultural, têm sido tratadas por diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais²¹, portanto inseridos em um contexto transdisciplinar de análise.

A construção do olhar sobre a relação entre identidade étnico-racial e territorialidade é elaborada a partir da análise do conceito de resistência. Essa escolha decorre da perspectiva teórica que define os quilombos como espaços de resistência²² por excelência, associados a uma trajetória histórica de luta pelo acesso à terra, vinculada à visão de mundo específica de comunidades tradicionais e à ancestralidade do povo negro.

A territorialidade é a forma pela qual um grupo social se relaciona com seu território, atribuindo a ele elementos simbólicos que orientam a relação dos sujeitos sociais com a terra. O conceito de territorialidade africano é referenciado na força vital e na ancestralidade, na energia concentrada em tal espaço e não possui fronteiras rígidas (ver figura 2.2). “A territorialidade pode ser percebida como espaço de práticas culturais nas quais se criam mecanismos identitários de representação a partir da memória coletiva, das suas singularidades culturais e paisagens” (MEC/SECAD, 2006, p. 223).

²¹ Ciências humanas: as ciências que têm como objetivo de estudo o comportamento do homem e os fenômenos culturais humanos: Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, etc. Ciências sociais: as ciências que têm como objetivo de estudo os grupos humanos: Sociologia, Antropologia, Geografia Humana, História, Linguística, Pedagogia, Psicologia Social.. (DICIONÁRIO AURÉLIO eletrônico; século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0).

²² BAIOCCHI, Mari de Nasaré (1999); LEITE, Ilka Boaventura. (1999); MOURA, Carlos Alves (2002); NASCIMENTO, Abdias do (2002); SILVA, Martiniano José (2003); ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2002).

Figura 2.3 - Caminhos do território do Engenho II

Ao abordar cientificamente uma comunidade que possui sua visão de mundo orientada pela tradição, a partir de referenciais teóricos e metodológicos construídos pelo pensamento social moderno e contemporâneo, fortemente associado ao racionalismo, torna-se evidente o desafio de articulá-los a fim de construir uma reflexão que faça sentido para ambas as perspectivas.

Essa consideração é relevante porque revela a importância de elaborar uma reflexão aprofundada acerca de diferentes maneiras de perceber, sentir e construir a realidade, tendo como referências: o olhar e a ação de uma comunidade tradicional, por meio de seus depoimentos em entrevistas, e a teoria social, por meio de revisão teórica.

Sendo assim, este estudo é desenvolvido tendo como elemento fundamental para a construção metodológica o materialismo dialético, proposto por Karl Marx²³. Parte-se do pressuposto de que a orientação do olhar sobre a “realidade” e sua construção teórica são elaborados em um processo dinâmico, em constante movimento.

As categorias e leis que qualificam e normatizam o pensamento teórico e científico, implicam premissas sobre a realidade em si mesma. O método está, em consequência, indissolivelmente ligado a uma visão global do mundo e é tão histórico quanto ela. Quando um se move, o outro não pode ficar estático (GENRO FILHO, 1987, p. 4).

²³ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 10ªed. Vol.1. São Paulo: DIFEL, 1985.

Assim, uma abordagem teórica com base na perspectiva da dialética materialista, expressa por meio da *práxis*, consiste em considerar como referência basilar para a ação na realidade a associação entre prática e teoria, na medida em que uma não pode existir sem a outra, e que apresentam entre si relação de permanente troca e retroalimentação.

A partir desse jogo dialético entre a ação do sujeito social e a elaboração consciente dessa ação, historicamente produzida, a abordagem teórica sobre o processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II construiu-se na ação e, sobretudo, na interação com os membros da comunidade, buscando elaborar teoricamente uma abordagem mais próxima à realidade, se isso é possível de ser alcançado, e ao contexto social construído pelos “kalungueiros duros”²⁴.

Sendo assim, para a análise do fenômeno social quilombola, levando em conta a articulação entre a visão dos sujeitos sociais inseridos no contexto da pesquisa e os conceitos formulados acerca de identidade étnica, territorialidade e resistência, é relevante considerar as perspectivas construídas por diferentes áreas das ciências humanas e sociais, conforme já enunciado. Assim, apesar da inserção deste tema ser transdisciplinar, no processo de elaboração do presente trabalho, foram identificados enfoques preferenciais de abordagem para cada um dos conceitos em análise.

Inicialmente desenvolveu-se análise do fenômeno social do quilombo associado à construção da historiografia brasileira sobre a temática. A partir da contextualização da temática proposta, foi inserida análise acerca da identidade étnico-racial, tendo como referência a perspectiva da história cultural. A abordagem espacial, expressa pelos conceitos de território e de territorialidade, é elaborada a partir dos estudos da geografia humana. O conceito de resistência perpassa as demais categorias de análise. Vale destacar que todos os conceitos articulam-se nos diversos momentos do trabalho, já que não existem categorias estanques. Entretanto, para efeito de sistematização e aprofundamento da análise histórico-espacial da Comunidade do Engenho II,

²⁴ Chama-se Calungueiro(a) ou Kalungueiro(a), no contexto da região, a alguma pessoa da comunidade quilombola. Geralmente, fala-se calungueiro daquele que fez longa jornada à pé para ir à cidade, à roça ou visitar algum parente. A palavra foi durante muito tempo e, em algumas situações ainda é, utilizada de forma pejorativa, principalmente pelas pessoas das cidades próximas ao território Kalunga, ao referirem-se às pessoas das comunidades da área Kalunga. A expressão “Dura” ou “Duro” está associada a pessoas que tenham força para o trabalho e para longas viagens à pé ou em lombo de burro. Na maioria das vezes, a expressão é usada, entre membros da comunidade, para referir-se a mulheres fortes, resistentes. A expressão “Calungueiro duro” não é usualmente utilizada. Nesse contexto, trata-se de uma licença poética da autora.

optou-se em abordar inicialmente as categorias separadamente e, no capítulo de análise, demonstrar a estreita relação entre elas.

2.2. A construção teórica do fenômeno social quilombola

Para a compreensão da significação e da importância dos quilombos para a configuração social do Brasil, é fundamental a análise do sistema escravocrata no país. Pois esse é o ponto de partida para a estruturação das comunidades negras, a afirmação de suas tradições e a definição de sua forma de organização espacial em território brasileiro. Mas, sobretudo, é o que caracteriza sua trajetória de resistência e marca a herança legada aos remanescentes.

O fenômeno social dos quilombos surge no Brasil associado ao sistema escravista, vigente no período colonial, em que negros africanos eram trazidos para servirem como mão-de-obra escrava nas lavouras. Essa associação ocorre devido ao processo de resistência que os negros exerciam frente ao sistema escravocrata. Durante o período em que o sistema vigorou no Brasil, diferentes estratégias de resistência foram elaboradas pelos negros, entre elas os quilombos e sua organização espacial em território nacional.

Não existe uma definição única sobre o fenômeno social dos quilombos, entretanto é possível identificar uma característica fundamental para a sua compreensão: a resistência. Na literatura sobre os quilombos brasileiros, verifica-se o processo de construção da definição desse fenômeno social. Consta, entre os primeiros registros sobre a existência de quilombos no Brasil, um documento que trata da resposta do Rei de Portugal a uma consulta do Conselho Ultramarino do final do século XVII: “toda habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões nele” (MOURA apud CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, 2002).

A historiografia brasileira tem abordado a temática do trabalho escravo sob diferentes perspectivas. Apesar das diversas abordagens, é evidente a preocupação dos historiadores e cientistas sociais em compreender o papel da população negra, submetida à escravidão durante o período colonial, na formação de sua autonomia, bem como na construção e na operação do sistema escravocrata. Como pode ser visto em Reis e Gomes (1996, p. 9):

Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. (...) Houve no entanto um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão – e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos.

Dessa forma, os senhores deparavam-se com limitações impostas pela resistência exercida pelos negros que se dava de diferentes maneiras, de acordo com cada contexto específico.

2.2.1. A historiografia recente sobre o trabalho escravo no Brasil

Em 1988, comemorou-se o centenário da abolição do trabalho escravo no Brasil. Durante o período colonial brasileiro, esse sistema foi a base de sustentação e de reprodução da dominação da elite minoritária branca portuguesa e de seus descendentes, sobre a população negra. Embora a escravatura fosse uma instituição moribunda, no contexto da assinatura da “Lei Áurea”, apenas em 13 de maio de 1888 é que se encerra oficialmente a escravidão no ocidente. Com efeito, a abolição oficial estava associada diretamente à Revolução Industrial Inglesa e, portanto, à emergência da constituição de um mercado para escoar sua produção. Para constituir esse mercado, era necessário que a base da economia fosse o trabalho livre, aspecto que irá fortalecer estruturalmente o movimento de luta contra o trabalho escravo, culminando na abolição do sistema escravista. Daí em diante, as classes dominantes passaram a assumir os benefícios da política econômica ditada pelos interesses do capitalismo industrial emergente. Conforme Nascimento (2002, p. 74-5): “Havia lucro na derrocada do sistema escravista; em consequência organizaram movimentos abolicionistas e imigracionistas, assim matando dois coelhos com uma cajadada; livrando o país da mancha negra e alvejando a aparência da população”.

Assim, a população africana e afro-brasileira passa da condição de trabalhadora escrava para a de sujeito social, porém sem acesso à terra e ao trabalho, “submetido pelas correntes invisíveis forjadas por aquela mesma sociedade racista e escravocrata” (NASCIMENTO, 2002, p. 75).

O sistema escravocrata orientou as relações sociais brasileiras de diferentes maneiras e a construção do conhecimento histórico sobre o sistema escravista tem abordado essa temática sob diferentes enfoques. Sendo assim, neste trabalho, a referência para analisar a historiografia

recente sobre a escravidão brasileira parte da influência de Gilberto Freyre na renovação do olhar sobre a sociedade escravocrata; seguido pelas análises críticas marxistas sobre sua obra e as abordagens mais recentes sobre a temática, tendo em vista compreender os quilombos como objeto de pesquisa das ciências humanas e sociais.

Em 1933, com a publicação do clássico de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, inicia-se na historiografia brasileira um enfoque diferente de abordagem da natureza do sistema escravocrata e sua repercussão na sociedade. Essa publicação é um marco na interpretação da História do Brasil, apesar de inúmeras críticas²⁵ à perspectiva apresentada por Freyre, acerca das relações patriarcais e raciais no período de vigência do sistema escravista e pós-emancipatório.

Nas obras de Freyre, percebe-se que o objetivo central é alcançar a subjetividade das relações sociais, aspecto inovador nas ciências sociais, na medida em que diversifica a percepção da realidade por meio de novas fontes e novo olhar sobre o Brasil colonial, no qual “o imaginário se mistura à realidade, e a realidade social ganha toda a sua densidade” (REIS, 2005, p. 53). A estrutura dos estudos acerca das relações sociais amplia-se, permitindo aprofundamento, por meio de novas perspectivas de análise, configurando novos objetos.

Freyre não se deixará limitar, no entanto, pela falta de fontes. Ele tomará como fonte tudo o que o homem colonial brasileiro produziu, acreditou, pensou, pintou, brincou, falou, construiu, comeu, adoeceu, lutou, defendeu, expulsou, plantou, escravizou ... A Casa grande & senzala foi, portanto, o centro da história colonial brasileira, foi um verdadeiro “palácio rural” – ali morou o seu verdadeiro sujeito, o senhor patriarcal, cercado da família legítima e ilegítima, seus escravos domésticos, seus agregados, sua capela, sua plantação e escravos, sobre os quais exercia um poder absoluto, sem apelo (REIS, 2005, p. 72).

Percebe-se assim, a centralidade do branco português e portanto o reelogio²⁶ da colonização portuguesa e a justificação do sistema escravocrata.

²⁵ O contexto histórico no qual Gilberto Freyre, pertencente à elite nordestina, lança a obra *Casa Grande & Senzala* deve ser considerado ao analisar as críticas elaboradas à sua obra, sobretudo por pesquisadores paulistanos daquele período. A voz saudosista de Gilberto Freyre retrata, de um lado, a região nordeste na qual as oligarquias locais perdiam poder desde a abolição do tráfico negreiro e, por outro lado, a crítica dos pesquisadores paulistanos traduz seu processo de ascensão ao poder, por meio da produção do café.

²⁶ Ao tratar a visão de Gilberto Freyre como o reelogio da colonização portuguesa, deve-se considerar a influência que suas obras têm, entre outros autores, de Francisco Adolfo de Varnhagen, sobretudo em sua obra *A História Geral do Brasil*, publicada no século XIX. Entretanto, diferentemente da percepção de Gilberto Freyre, para Varnhagen, a presença do negro no Brasil significava atraso. Para ele, somente a raça branca poderia levar o Brasil a constituir-se como nação. Assim, o autor defendia um sistema de doação de terras a agricultores europeus e não o latifúndio monocultor com base no trabalho escravo.

Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização no Brasil pelo europeu – só a casa grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o escravo capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime do trabalho escravo (FREYRE, 1933, p. 242).

Para Freyre, a presença do negro na construção da nação brasileira era fundamental, mas para servir ao branco e ao seu projeto de colonização. “Os negros estavam inseridos no movimento colonial de descobrir, resgatar, povoar e governar – só que como povos dominados.” (LEITE, 2005, p. 4). Segundo REIS (2005), a visão de Freyre rompe com a de Varnhagen ao ver o Brasil em termos culturais e não raciais. Dessa forma, sua contribuição deve-se também por trazer o espaço e a cultura negra para dentro da História do Brasil²⁷.

Gilberto Freyre, entretanto, opta por “não ver” as tensões, contradições e problemas do sistema escravocrata, questão que orienta toda a crítica marxista a sua obra. Sua abordagem constrói a idéia segundo a qual a formação brasileira seria marcada por “um processo de equilíbrio de antagonismos” (TUNA, 2003, p. 1). Nessa linha, os conflitos existentes na sociedade brasileira seriam amortecidos, isto é, os antagonismos - que poderiam ocasionar choques violentos - caminhariam, no Brasil, para um processo de harmonização.

O pensamento social marxista brasileiro opôs-se vigorosamente a Freyre, sobretudo à sua visão romântica do Brasil colonial. Grande parte das críticas durante as décadas de 1950-70 provinha de jovens sociólogos, sobretudo de São Paulo, preocupados com a repercussão do sistema escravista no desenvolvimento geral da economia brasileira e, em alguns casos, no sistema subsequente das relações raciais.

Destaca-se no embate entre marxistas e culturalistas suas diferentes perspectivas teóricas. Para os marxistas, o motor da história não está associado às idéias, nem às mentalidades coletivas, mas à luta de classes, as classes em luta na esfera da produção. A visão culturalista, naquele contexto, é vista como reacionária e harmonizadora das contradições reais.

²⁷ Apesar da referência à obra de Gilberto Freyre como marco da interpretação da História do Brasil, é importante destacar a obra de Capistrano de Abreu, *Capítulos da História Colonial*, que também apresenta perspectiva diferente sobre a formação do Brasil e sua cultura.

Esse embate teórico permanece no contexto atual, entretanto, desde a década de 1980²⁸, a produção historiográfica brasileira tem se renovado, o interesse por aspectos da história intelectual e cultural vem conquistando popularidade. Assim, a perspectiva do fenômeno dos quilombos começa a ser percebida pela academia e analisada de diferentes perspectivas, sobretudo como elemento de resistência ao sistema escravocrata.

Partindo do panorama da historiografia brasileira recente, é possível compreender a contribuição de Freyre enquanto teoria inovadora, mas utilizada em seu contexto histórico, para manter o *status quo* das relações sociais do período de transição do Brasil colonial para o Brasil republicano.

A historiografia desde 1980 sobre o regime de trabalho escravo no Brasil ressalta a importância de se compreender a sua organização sob diferentes prismas: econômico, social e cultural, para assim entender suas conseqüências teóricas e sistêmicas mais amplas para a construção da História do Brasil e de seu lugar no contexto econômico mundial. Entretanto, é relevante destacar que essa percepção não é totalmente bem aceita, “Jacob Gorender (1990) vê nessa atenção à vida e à cultura dos escravos uma tentativa de ‘reabilitar’ o modelo patriarcal de escravidão de Freyre e de se afastar do entendimento do poder da escravidão como sistema coercitivo” (SWARTZ, 2001, p. 28).

Esse aspecto é relevante e deve ser considerado para quaisquer abordagens sobre as relações sociais em que haja diferentes atores sociais e seus poderes construindo a realidade. Entretanto, é importante também buscar compreender as diferentes formas de construção da realidade, que não é única e homogênea; ao contrário, é complexa e possui uma dinâmica própria para cada contexto social-econômico-cultural.

Vale destacar também que o período do regime da ditadura militar no Brasil impossibilitou o avanço nas pesquisas que buscavam revelar uma história construída por diferentes sujeitos sociais, suas contradições e conflitos. Em um ambiente no qual a liberdade era restrita, a questão da resistência evidenciava-se. Os movimentos sociais e populares no Brasil cresceram e lutaram unidos pela retomada da democracia, dentre eles se destacou o movimento negro, que contribuiu para maior conscientização acerca da desigualdade racial brasileira. A história real e imaginada de Palmares assumiu, no contexto da redemocratização, profunda

²⁸ Nas décadas de 1970 e 1980, os métodos quantitativos passaram a ser fortemente utilizados para estudos historiográficos sobre a escravidão e continuam sendo elemento importante na historiografia.

importância simbólica e política, tanto como referência para a organização da população negra na sociedade, como para a retomada da democracia no Brasil.

Analogamente, a historiografia renova-se e, de maneira crítica, neste contexto, surgem as contribuições de intelectuais revisionistas e afro-brasileiros, tendo como referências importantes os trabalhos de Clóvis Moura, que se concentram nas comunidades de quilombos e nas rebeliões²⁹. Essa nova tendência na historiografia sobre o trabalho escravo no Brasil expressa o interesse cada vez maior pela cultura popular³⁰ e pelas *mentalités*, o que chamou atenção também de historiadores estrangeiros.

O quilombo como espaço de resistência permanece vivo e construindo a sua história, afirmando-se perante uma sociedade que reproduz o mesmo padrão das relações sociais vigentes no período colonial, como revelam vários estudos acerca das desigualdades étnico-raciais no Brasil³¹.

Em um país tão profundamente influenciado pelo sistema escravista, é fundamental compreender os diferentes desdobramentos que esse sistema violento gerou na sociedade contemporânea e nas relações étnico-raciais, entendendo-as em suas diversas dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais. A atenção deste trabalho volta-se para as comunidades de quilombo que, no contexto atual, permanecem resistindo à dominação da elite minoritária branca brasileira.

2.2.2. Quilombo: um conceito em construção

A construção teórica do conceito de quilombo apresenta-se de forma renovada no Brasil na Constituição de 1988, iniciando processo de “atribuição da identidade” quilombola a diferentes grupos sociais, espalhados pelo território nacional, tendo em vista identificar as comunidades remanescentes de quilombos.

²⁹ Sobre as obras de Clovis Moura acerca da resistência negra ver: *Rebeliões na Senzala* (1981); *Brasil. Raízes do protesto negro* (1983); *Quilombos. Resistência ao escravismo* (1987); *As injustiças de Clio. O negro na historiografia brasileira* (1990).

³⁰ Sobre estudos da cultura, religiosidade e resistência à aculturação afro-descendente ver João José Reis (1986); Kátia Mattoso (1974, 1979); Pierre Verger (1966; 1968; 1975; 1981; 1985; 1992) e Roger Bastide (1960).

³¹ Sobre esta temática ver HENRIQUES, Ricardo. *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: UNESCO, 2002.

Apesar da constituição desses territórios ter ocorrido por processos distintos - fuga com ocupação de terras livres; heranças; doação, compra, etc., há um elemento comum a todos no contexto atual: a luta política pela garantia legítima de acesso às terras tradicionalmente ocupadas.

Esse marco regulatório trouxe a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar as amplas e variadas formas de ocupação de terras por comunidades de negros, superando as referências clássicas associadas a assentamentos de negros originados da fuga de escravos, ocorridos em um passado remoto e distante. Assim, a questão quilombola situa-se em tempo presente e dentro de complexo sistema de idéias, abordadas por diversas áreas do conhecimento e associada a processo de construção política de conquistas sociais.

Conforme já citado, os primeiros registros do final do século XVII sobre quilombos no Brasil, definem-nos como “toda habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões nele”. É notório, nessa definição, o número reduzido de pessoas agrupadas que caracterizavam um quilombo. Esse aspecto demonstra a preocupação das autoridades com a insurreição em massa dos negros. SWARTZ (2001, p. 219) aponta que:

Nas Américas, onde quer que a escravidão fosse instituição, a resistência dos escravos, o medo de rebeliões de escravos e o problema de escravos fugitivos atormentava os colonos e os administradores coloniais. Essa resistência assumia inúmeras formas e era expressa de diversas maneiras.

O significado da palavra quilombo provém de vocábulo de origem banto, que significa acampamento ou fortaleza e foi essa a referência utilizada pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativoiro. Na linguagem africana iorubá, quilombo significa habitação. Ambas as línguas remetem à morada e a espaço de reação guerreira a situação de opressão (VAINFAS, 2000, p. 494). Destaca-se também, de acordo com Rafael Sanzio (2006, p. 46), que, na região central da Bacia do Congo, quilombo significa “lugar para estar com Deus”.

Segundo Reis e Gomes (1996), onde houve trabalho escravo houve resistência e essa manifestação configurou-se de variadas formas, sendo uma delas os quilombos (ver figura 2.3). No Brasil, esses grupos eram chamados principalmente *quilombos* e *mocambos* e seus membros,

quilombolas, *calhambolas* ou *mocambeiros*. No restante das Américas, teve outras denominações: na América espanhola, *palenques*, *cumbes*; na América inglesa, *marrons*; na América francesa, *marronage*.

Figura 2.4 - Planta do Quilombo chamado o Buraco do Tatu. Original do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. ca. 1764. p.320. In. REIS FILHO (2000, p. 54).

No Brasil, há muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado a lugar: um estabelecimento singular, um povo que vive nesse lugar; ora às várias etnias que o compõe ou a manifestações populares, festas de rua ou local de uma prática condenada pela sociedade; ora a lugar público onde se instala casa de prostitutas; ora associado a conflito: uma grande confusão; ora à relação social: uma união; ora a sistema econômico: localização fronteira, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos (LOPES apud LEITE, 2005, p.3)

Os primeiros estudos sistemáticos sobre os quilombos brasileiros iniciaram-se na década de 1930, com Arthur Ramos e Edson Carneiro, influenciados pela antropologia culturalista. O elemento comum entre esses autores é atribuir aos quilombos um tempo histórico passado, além de os caracterizarem exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista, de reação guerreira a uma situação de opressão e, portanto, estabeleciam-se em lugares isolados.

O espaço dos quilombos é de resistência por excelência, entretanto a resistência da população negra manifestava-se de diferentes maneiras, de acordo com o contexto histórico específico e, muitas vezes, o isolamento geográfico não foi opção escolhida pela comunidade. Ao contrário, é reconhecido hoje que muitos quilombos mantinham relações comerciais estreitas com núcleos urbanos e que possuíam considerável rede de informações.

Posteriormente, Roger Bastide analisou os quilombos pelo viés da resistência à “aculturação” imposta pelos europeus. Seguindo essa linha de pensamento, K. Kent, um africanista norte-americano, procurou descobrir em Palmares um verdadeiro Estado africano no Brasil, vendo o quilombo como projeto restauracionista dos fugitivos.

Analogamente, Abdias do Nascimento também viu em Palmares, como em outras manifestações afro-americanas semelhantes, a tentativa de construção de um verdadeiro Estado africano no Brasil.

Movimentos de insurreições e levantes, revoltas armadas proclamando a queda do sistema escravo podem ser localizados em toda a extensão geográfica do país (...) Frequentemente aqueles movimentos tomavam a forma de quilombos, à semelhança de Palmares (...) eram comunidades organizadas por africanos livres, que se recusaram a submeter-se aos grilhões e à chibata. Africanos orgulhosos de sua liberdade e dignidade humana. Os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, costumavam manter bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade na América (NASCIMENTO, 2002, p.61).

Apesar da idealização apresentada por Abdias do Nascimento sobre a organização social dos quilombos, muitos aspectos relativos à ancestralidade e ao uso comum das terras são facilmente identificados em comunidades quilombolas, bem como em outras comunidades tradicionais.

Datam do final da década de 1950 os estudos que privilegiavam a rebeldia negra para a análise dos quilombos no Brasil. Esses trabalhos surgiram na conjuntura de emergência dos movimentos políticos de esquerda e na ascensão dos movimentos sociais negros. Clóvis Moura, em seu livro *Rebeliões na senzala* (1959), apresenta, a partir da perspectiva marxista, os conflitos e contradições do sistema escravocrata e opõe-se à visão inspirada em *Casa grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre.

Os anos de 1980 e 1990 renovaram, em larga medida, os estudos sobre os quilombos no Brasil. A descoberta de novas fontes manuscritas e orais, a inclusão dos aspectos simbólicos e

rituais presentes nos quilombos e a ampliação dos estudos arqueológicos dos lugares onde essas comunidades erigiram-se permitiu reavaliar a história dos quilombos, atentando para suas especificidades sem reduzi-los a modelos preconcebidos ou ingenuamente idealizados.

Conforme já mencionado, a construção teórica do conceito de quilombo é recente e vem sendo elaborada e revista na medida em que o Artigo 68 da Constituição e o parágrafo 5º do Artigo 216 vão sendo aplicados e, mais recentemente, o Decreto 4.887, de 2003. Há diversos sujeitos sociais e poderes em jogo para a aplicação da legislação, além, é claro, da legislação nos níveis, estadual e municipal, mas a luta dos quilombolas pela garantia de direitos tem-se concretizado no Brasil, conforme revela o crescimento do número de comunidades que se auto-declararam como remanescentes de quilombos.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos constituíram-se a partir de grande diversidade de processos, que incluem, ainda antes da abolição do sistema escravocrata, as “terras de preto” oriundas de: quilombos; serviços prestados por escravos em períodos de guerra; desagregação de fazendas de ordens religiosas; ocupação após desagregação sem pagamento de foro. A última situação refere-se a ocorrências anteriores e posteriores à abolição. Após 1888, surgem novos povoados de negros decorrentes de: compra; doação; concessão das chamadas “terras de índio”, que também abrangem povoados em “terras de preto”; ocupação após a desagregação de fazendas, sem pagamento de foro e desapropriação realizada por órgãos fundiários oficiais (Projeto Vida de Negro, 2002, p. 76).

Essas diferentes modalidades de acesso à terra evidenciam a complexidade do significado de *quilombo*, da mesma forma que as múltiplas abordagens científicas sobre esse objeto – Antropologia, História, Geografia, Sociologia, entre outras –, o que demonstra também o desafio e a riqueza das análises desenvolvidas sobre a temática.

Desde a década de 1980, os afro-brasileiros, em todo o território nacional, organizados de diferentes formas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, também denominadas de terras tradicionalmente ocupadas, bem como o livre exercício de suas práticas culturais, consideradas em sua especificidade.

“Já na primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria brasileiro, situando-os numa outra categoria separada, denominada “libertos” (LEITE, 2005, p.2). A partir de então, esse grupo social, que à época do

senso de 1872 representava praticamente metade da população no Brasil, tem enfrentado todo tipo de exclusão e violência decorrentes da cor da pele. Entre as violências praticadas pelo racismo, verifica-se o processo de expropriação das comunidades negras de seus territórios - prática que perdura até o momento atual - inclusive, em terras em que a população negra residente possuía documentação comprobatória de propriedade. Portanto, a apropriação do espaço, configurando territórios de um grupo específico, significa ato de luta e resistência étnica no Brasil.

A exclusão do amplo segmento populacional negro em relação à propriedade da terra foi estabelecida, por meio de uma série de atos do poder legislativo ao longo da história do Brasil. Ainda durante o período escravocrata, a Lei de Terras de 1850, subverteu a prática de acesso à terra até então vigente no País. Substituiu o direito à terra calcado na posse pelo direito garantido por registros cartoriais para comprovação do domínio de dada porção de terra. Essa norma atingiu também as classes dominantes do campo, que se rebelaram contra a medida. Entretanto, diferentemente dos pequenos posseiros, conseguiram concessões junto ao governo imperial. Schmitt *et al* (2002, p. 3) esclarece que “O direito legítimo adquirido através da posse efetiva é uma noção do ‘direito costumeiro’, que até hoje regeu a relação do campesinato tradicional com a terra, incluindo os grupos camponeses negros”.

A partir desse referencial que demonstra a construção dos quilombos brasileiros como organização de resistência étnica contraposta às classes dominantes desde o período do Brasil colonial até o período contemporâneo, verifica-se que os padrões culturais de relações étnico-raciais pouco se alteram, apesar de muitos reafirmarem a tese de Gilberto Freyre sobre a democracia racial brasileira.

De um lado, saltam aos olhos as desigualdades sociais entre negros e brancos no país e, para a manutenção do *status quo* de dominação ao longo da história, diferentes estratégias foram elaboradas. Por outro lado, a resistência da população negra também foi sendo reelaborada, por meio de diferentes estratégias de ação política, social e cultural e ainda por diferentes configurações de suas formas de organização.

O significado simbólico de quilombo inaugura nova pauta na política nacional, com demandas específicas, construindo visibilidade política de brasileiros historicamente excluídos e esquecidos pelo poder público. A noção de quilombo na atualidade significa, para essa parcela da

sociedade brasileira, sobretudo, direito a ser reconhecido e, não propriamente e apenas, um passado a ser lembrado.

A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, surgem novos sujeitos sociais, territórios e ações políticas de reconhecimento à diversidade étnico-cultural. “Delineiam-se desde então novas questões de identidade que perpassam as lutas por cidadania e sua versão, trágica e festiva, a folclorização” (LEITE, 2005, p.3).

Portanto, o principal elemento que orienta a definição do conceito de quilombo é sua capacidade organizativa que se dá por meio da identidade étnica negra.

Destruídos dezenas de vezes (os quilombos)³², reaparecem em novos lugares, como verdadeiros focos de defesa contra um inimigo sempre ao lado. Ter uma base econômica que permita a sobrevivência de um grande grupo significou, desde o início, uma organização sócio-política com posições e estrutura de poder bem definida, até porque o inimigo externo, caracterizado pelas invasões frequentes, vem impondo, ao longo da história, a necessidade de uma defesa competente da área ocupada. Este caráter defensivo começa a mudar, em parte, com a abolição da escravidão, quando mudam-se os nomes e as táticas de expropriação, e a partir de então a situação dos grupos corresponde a outra dinâmica, a da territorialização étnica como modelo de convivência com os outros grupos na sociedade nacional. Mas, por outro lado, inicia-se a longa etapa de construção da identidade destes grupos, seja pela formalização da diferenciação étnico-cultural no âmbito local, regional e nacional, e na consolidação de um tipo específico de segregação social e residencial dos negros, chegando até os dias atuais (MOURA apud LEITE, 2005, p. 5).

A identidade étnica é que operacionaliza o fenômeno dos quilombos desde seu surgimento. Hoje, a luta de resistência é reconhecida em suas complexas e diversas formas organizativas, podendo ocorrer em comunidades negras rurais e urbanas e em suas variadas formas de expressão: terreiros de candomblé, práticas culturais e saberes de comunidades diretamente associados ao território onde estão situadas, como, por exemplo, a dança da Sussa ou Sussia na comunidade Kalunga³³ (ver figura 2.4), o ofício das paneleiras de goiabeiras no Espírito Santo, o samba-de-roda baiano e o ofício das baianas do acarajé, considerados patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial, sendo os dois primeiros inscritos no Livro dos Saberes e o último no Livro das Formas de Expressão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CHIOZZINI, 2005, p. 2).

³² Grifo nosso.

³³ A dança da Sussa ou Sussia é praticada por mulheres e homens da comunidade Kalunga. O toque do batuque geralmente é efetuado por homens e a dança por várias mulheres e alguns homens.

Figura 2.5 - Sussa ou Sussia – dança própria da comunidade Kalunga

“Isto vem a reafirmar que, mais do que uma exclusiva dependência da terra, o quilombo, neste sentido, faz da terra a metáfora para pensar o grupo e não o contrário” LEITE, 2005, p.5). Pode-se dizer que a relação entre a identidade étnica e os territórios tradicionalmente ocupados é dialética, na medida em que a produção e a manutenção de um aspecto da cultura se dá com referência ao outro elemento, construindo a realidade por meio de sua visão específica de mundo.

A expressão “remanescentes das comunidades de quilombos”, que emerge na Assembléia Constituinte de 1988, vai além das reivindicações por títulos fundiários, impõe discussão ampliada e que alcança o enfrentamento das questões raciais brasileiras. Nesse período, o conceito de quilombo foi acionado pelo movimento negro de maneira a respaldar a reivindicação cuja base de argumentação era a dívida que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência do regime de trabalho escravo.

A delimitação do conceito acerca do fenômeno social dos quilombos apresentou problemas de diferentes ordens. A utilização da designação “remanescente de quilombo” no texto constitucional não era expressão utilizada pelos próprios grupos sociais, também não era categoria científica e, o mais inadequado, essa denominação define o grupo pelo que ele já não é mais ou ainda pelo resíduo daquilo que já existiu. Esses grupos, portanto, não existiriam mais em sua plenitude.

Entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, as populações negras em condições rurais eram um dos objetos tratados pela Antropologia, sendo o termo mais usualmente empregado para classificá-las o de “comunidades negras rurais”.

De acordo com os estudos realizados pelo antropólogo João Baptista Borges Pereira em 1981, nas comunidades negras rurais de Ivaporanduva, Castainho e Cedro, a categoria quilombo não se aplicaria às inúmeras comunidades negras se o conceito não adquirisse novas dimensões de abordagens. Nesses diferentes contextos sociais abordados, o antropólogo identifica que, do ponto de vista cultural, as comunidades estudadas pouco se diferenciavam das demais comunidades rurais da região onde se encontravam. O que era bastante característico, entretanto, era o nível de oposição brancos/negros. Já em 1981, os estudos antropológicos desmistificavam a idéia de que esses grupos fossem exclusivamente uma expressão/reprodução da África no Brasil, demonstrando como cunharam cultura própria a partir das mais diversas influências (PEREIRA apud ANDRADE e TRECCANI, 2005, p.4).

Com o objetivo de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68, em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), convocada pelo Ministério Público, divulgou a definição de “remanescente de quilombo”:

... constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar filiação ou exclusão (...) Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA apud ANDRADE e TRECCANI, 2005, p. 5).

A definição apresentada pela ABA ampliou a visão do fenômeno social dos quilombos e conferiu-lhe maior dinamicidade, historicamente construída, e demonstrou sua complexidade. Além disso, a definição apresenta a diversidade de sujeitos sociais envolvidos e seus interesses, muitas vezes em conflito, revelando, segundo Leite (2005), “minorias de poder no Brasil” que se organizam perante a sociedade em busca de seus direitos econômicos, sociais e culturais.

Na perspectiva antropológica, as comunidades remanescentes de quilombos constituem grupos sociais que compartilham uma identidade que os distingue dos demais. A identidade étnica pode estar baseada em diversos fatores, como a auto-identificação, ancestralidade comum, estrutura de organização política própria, um sistema de produção particular - por meio das formas específicas de uso da terra -, aspectos da identidade étnico-racial, elementos lingüísticos e religiosos, ou símbolos específicos (ANDRADE e TRECCANI, 2005, p. 6).

O elemento étnico-racial é, portanto, fundamental para a organização dos quilombolas em sua ação política, mobilização junto à sociedade e suas instituições. Aliado a esse aspecto, destaca-se a auto-identificação ou auto-declaração desses sujeitos sociais, elemento definidor da condição de grupo étnico.

A ampliação da definição da categoria “remanescentes de comunidades de quilombo” acarretou em problemática jurídica acerca da definição dos sujeitos de direito, sob diferentes aspectos, entre eles, a necessidade de comprovação da constituição dos quilombos com base na comprovação de sua origem como “refúgio de escravos fugidos”. Assim, a origem histórica sobrepunha-se a outros elementos tão ou mais importantes para a constituição da identidade étnica desses grupos sociais.

Outro aspecto é a dificuldade da aplicabilidade jurídica, a partir da definição da ABA, pois não há figura legal que contemple o tipo de apropriação dos recursos naturais dessas comunidades. Procuradores, cientistas sociais, advogados e lideranças comunitárias ligadas à Articulação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas têm se manifestado, pela titulação coletiva das terras. A maioria tem sugerido o título em nome de uma associação, figura jurídica constituída para representar os membros da comunidade³⁴.

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (2005), as chamadas terras de quilombos deveriam ser remetidas à formalização jurídica das terras de uso comum. Para ele, as chamadas “terras de preto” correspondem a diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravocrata, em que, inclusive, não apenas os afro-descendentes estão envolvidos.

Importante destacar que as chamadas terras tradicionalmente ocupadas, como os territórios quilombolas, são pensadas não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo. Nesse sentido, o regime de uso comum permitiu a consolidação do território étnico e representou fator fundamental de identidade cultural, coesão social, amparados na construção coletiva.

³⁴ Segundo Danielli Jatobá (2002), há sugestões de titulação na forma de condomínio por diviso, em que cada membro da comunidade teria o domínio de uma fração da terra titulada, o que não reflete propriamente o caráter coletivo da propriedade. Essa proposta ainda esbarra no registro nos cartórios de imóveis, visto que o Poder Judiciário não está preparado para interpretar a lei para casos dessa natureza, o que demonstra postura positivista e de caráter privatista. Outro aspecto que deve ser levado em conta é o direito que proprietários têm em vender sua propriedade a quem lhe interessar, bem como o de associar-se livremente, ver o Artigo 5º, inciso XVII da Constituição Brasileira.

É importante destacar que muitas comunidades quilombolas, bem como diversos outros grupos sociais, preferem não participar desses movimentos que buscam a “emancipação” política, cultural e social, por entenderem que qualquer associação ao Estado significa a dominação de sua forma específica de vivência, conforme destaca uma mulher quilombola entrevistada pela antropóloga Rita Laura Segato (apud JATOBÁ, 2002, p. 62): *“Hacer política es entrar en el campo propuesto por el estado, es validar ese campo, es dejarse capturar por el lenguaje ‘tracionero’ de las instituciones y ser, incautamente, aprisionados por esa historia cívica de lo que lo se quiere es, em verdad, distanciarse”*.

2.2.3. Aspectos conceituais da identidade como referência para a compreensão do fenômeno social dos quilombos

Para abordar o fenômeno social dos quilombos, faz-se necessário compreender quais fatores constituem esse grupo social específico desde sua formação no Brasil, no período escravocrata, identificar os elementos que o estruturam e permitem sua existência até o tempo presente e sua projeção no futuro.

Pela análise da construção teórica do fenômeno social dos quilombos, percebe-se que a identidade é um dos elementos que estruturam o entendimento da organização social dos quilombos e sua relação com a sociedade, construída de diferentes formas de acordo com a diversidade de contextos sociais existentes no Brasil.

Ao analisar o conceito de identidade como referencial para compreensão dos quilombos, é necessário compreender como ocorre a construção da identidade individual e coletiva do ser humano e ainda como se deu o processo de valorização da identidade negra no Brasil e a constituição e o fortalecimento da organização política dos quilombos.

A identidade é o processo pelo qual o ser humano se localiza na sociedade, é por meio dela que são estabelecidos e restabelecidos os elementos organizacionais que definem a forma pela qual o indivíduo observa e produz a realidade. Diferentes áreas do conhecimento e militantes de organizações sociais, com perspectivas teóricas e ideológicas distintas, utilizam o conceito de identidade em diversos contextos, o que leva, por um lado, à sua banalização e uso não adequado, mas, por outro lado, à medida que esse termo é apropriado e utilizado, revela sua importância e ainda constrói sentidos e dimensões novas, levando à compreensão mais ampliada do conceito.

Vale destacar ainda que, ao associar o termo identidade a outros conceitos - como: individual, coletivo, étnico, gênero - sua complexidade e definição tornam-se ainda mais difíceis e, portanto, devem ser cuidadosamente utilizadas para não perder sua importância e consistência para compreensão das relações sociais.

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (auto-definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA apud GOMES, 2005, p. 40).

Partindo da abordagem de Kabengele Munanga, verifica-se que a identidade individual ou coletiva processa-se na construção de sentidos que a pessoa projeta, ao longo da vivência, de si, para si e para os outros. Isto é, “a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 204). Portanto, a identidade do indivíduo não é algo inato ou estático, ao contrário ela se constrói e reconstrói, e ainda apresenta novos significados para o indivíduo e para o coletivo na relação com outro.

Segundo Pollak (1992), baseado na literatura da psicologia social e da psicanálise, existem três elementos essenciais a serem considerados na construção da identidade: a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras de pertencimento ao grupo (no caso de um coletivo); a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico: e, finalmente, o sentido de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. O autor ainda destaca que a memória é elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo.

Assim, a memória é uma das estruturas que constituem o processo de construção e reconstrução do indivíduo na sociedade e, da sociedade no indivíduo, associada a elementos de pertencimento, modos de ser, ver e construir o mundo.

A identidade é fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam pelas práticas linguísticas, festivas,

ritualísticas, comportamentos alimentares, tradições populares, religiosidades, referências no tempo e no espaço das mais diversas culturas que marcam a condição humana em diferentes escalas e formas de relações (locais, regionais e mundiais).

De acordo com Hall (2001), o contexto contemporâneo tem demonstrado tendência de ruptura dos indivíduos para com suas referências fixas (que organizaram estruturalmente as relações sociais na modernidade), para um contexto de construção social, no qual o sujeito individual e coletivo estabelece sua identidade com diversos outros grupos, unindo-se e dissolvendo-se, de acordo com o outro. Esse aspecto da pós-modernidade pode ser verificado na perspectiva contemporânea sobre as várias articulações existentes entre organizações sociais distintas, entre elas as associações quilombolas. Conforme se pode verificar na fala da Sra. Disé, no 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social no período entre 17 e 19 de agosto de 2005, o processo de organização social se dá de acordo com a circunstância e com o outro: “Eu me identifico como mulher, negra, quilombola, quebradeira de coco babaçu ... e, como a Marina³⁵ disse, eu me coloco, me identifico de acordo com o meu posicionamento, eu me coloco numa transversalidade”³⁶.

Com base na teoria lacaniana, o processo de identificação do sujeito na sociedade assume diferentes identidades em diferentes momentos. Para Lacan, a identidade única, permanente, fixa e coerente é uma fantasia e se processa sempre na relação com o outro (NASIO, 1993, p. 128).

O fenômeno da globalização tem gerado transformações significativas nas relações entre diferentes culturas, o desenho e as cores do mundo têm-se transformado e se revelado mais complexo, os processos identitários encontram-se em profunda mudança. Diferenças sexuais, raciais, religiosas, etc., antes não reconhecidas, são colocadas a partir dos movimentos sociais, da década de 1960, como fundamentais para a garantia da democracia, em retomada no plano internacional naquele período.

Assim, diferentes identidades manifestam-se politicamente na construção da inclusão social. Esse processo denomina-se identidade coletiva, no qual grupos sociais empenham-se em garantir a cada membro – quer se trate de família, comunidade ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência e, para garantir esse sentimento de pertencimento, coesão e continuidade, os grupos sociais atualizam os elementos que constituem sua identidade

³⁵ A Sra. Disé refere-se à fala da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na abertura do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais.

³⁶ Senhora Disé é uma liderança do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão.

coletiva, ou seja, acionam elementos da memória para reconstituir e localizar cada indivíduo do grupo. Mas, a cada momento histórico no qual a memória é acionada, ela se apresenta de forma diferente do que outrora, ou seja, cada sujeito e grupo social constrói a história a partir dos elementos de sua vivência, que é historicamente definida. Assim, como aponta Costa (2002, p. 150):

(...) os atos criadores individuais estão atrelados ao histórico social, a liberdade do autor é sempre condicionada à cultura da sociedade em que ele vive e não uma idéia desencarnada do histórico social. (...) é na inefável relação entre cultura e história, do código e da configuração histórico-social, que a gênese literária dever ser procurada.

A autora refere-se à literatura escravista brasileira como reinvenção da identidade étnica e reconstrução da memória coletiva, e ainda a obra literária como produção de um sujeito social como forma de expressão da criação humana, mas também das condições histórico-sociais da época em que foi produzida. Sua análise demonstra, entre outros aspectos, que o sujeito social é criador e produtor de sua história, portanto sua ação é, ao mesmo tempo, ruptura e reprodução, criação e ação historicamente determinada e socialmente compartilhada.

A categoria identidade associada à etnia e raça é a referência que faz com que as comunidades remanescentes de quilombos resistam no tempo e no espaço, organizando-se de diferentes formas para lutar pelos seus direitos, enquanto grupo social específico, que aciona elementos da memória e evoca seus ancestrais para garantir sua permanência como comunidade negra, e criando novas relações, articulando-se politicamente com diferentes grupos sociais, tendo em vista a inclusão social dos quilombolas, unindo-se a uns e outros grupos de acordo com os interesses a serem negociados.

A identidade étnico-racial determina a constituição e a manutenção das comunidades remanescentes de quilombo e, de acordo com Pollak (1992), possui unidade física, que determina o lugar em que esse grupo vem construindo sua cultura historicamente, seu território, lugar onde as pessoas de determinada comunidade relacionam-se com seus irmãos e antepassados, lugar onde essa cultura é produzida, tendo como referência o modo de vida africano.

Na década de 1980, a comunidade Kalunga começa a organizar-se politicamente para ser reconhecida como remanescente de quilombo, principalmente após a Constituição de 1988 e para garantir o direito a permanência em seus territórios. Paralelamente a isso, foi desenvolvido o projeto Kalunga – Povo da Terra (1981/1998), coordenado pela antropóloga Mari de Nasaré

Baiocchi, que teve como objetivo mapear as referências culturais da comunidade, realizando pesquisas sobre sua história e identificando seu processo de formação e territorialidade.

Dessa forma, o processo de organização social e política da comunidade Kalunga levou à afirmação de sua identidade étnico-racial, culminando em conquistas importantes para a comunidade, entre elas: o tombamento do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, a implantação de escolas em algumas comunidades, a formação de associações, a eleição de representantes nas câmaras legislativas das cidades em que o território perpassa, etc.

A organização social da comunidade foi fundamental para que ela participasse, questionasse, interferisse e impedisse a implantação de projetos que não interessavam à comunidade Kalunga, como o da companhia hidrelétrica de Furnas para a construção de uma barragem na foz do Rio Bezerra; a disseminação de empresas mineradoras pelo território e invasão e grilagem de suas terras.

2.2.4. Quilombos, territórios e territorialidade étnico-raciais

Com as análises que precederam a abordagem sobre o espaço dos quilombos, percebe-se que esse fenômeno, apesar de originado no Brasil no período colonial, vem-se transformando ao longo da História e caracteriza-se, no tempo presente, ainda como espaço de resistência e de luta por direitos.

O principal elemento de reivindicação das comunidades remanescentes de quilombo é a titulação de seus territórios, pautando-se por uma perspectiva que considere a especificidade do uso tradicional da terra³⁷, levando em conta aspectos culturais para a demarcação desses territórios, aliado a autonomia sobre o uso e a destinação das áreas dos territórios. Para subsidiar a análise da territorialidade quilombola, parte-se da compreensão das categorias geográficas: espaço, território e territorialidade, tendo em vista compreender a especificidade do espaço dos quilombos.

A importância do território - espaço apropriado pelo ser humano - na produção do conhecimento, pode ser verificada pelo interesse crescente que lhe dedicam, além dos geógrafos, outras áreas do conhecimento. A análise espacial contribui significativamente para a busca de

³⁷ Os termos uso tradicional da terra; terras/territórios tradicionalmente ocupadas(os); territórios sociais e territórios tradicionais são utilizados com o mesmo sentido “para expressar uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2005, p. 1).

traduzir parte da realidade tão ocultada por diferentes elementos que a compõe: linguagem, organização social, significados, especialização produtiva, economia, etc. A realidade caracteriza-se por complexo sistema que tem-se tornado cada vez mais fragmentado e, ao mesmo tempo, inter-relacionado. Nessa relação entre fragmentação e unidade, considerar o espaço para analisar um fenômeno social qualquer é relevante, na medida que o espaço pode ser a soma e a síntese da realidade, um fragmento da totalidade.

Segundo A.L. Mabogunje (*apud* Milton Santos, 1997), o espaço pode ser definido a partir de três perspectivas e escalas: o espaço pode ser visto em um sentido absoluto, como coisa em si, na qual a base de análise se caracteriza pelos elementos físicos que o constituem; há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre os objetos que organizam o espaço, considerando que esses só existem por estarem em relação uns com os outros e; o espaço relacional, no qual o espaço é percebido como conteúdo e forma, em que no interior de si mesmo (conteúdo) identificam-se outros tipos de relação entre objetos (forma). O espaço relacional busca considerar o espaço em sua totalidade. Sendo assim, “o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 1997, p. 26).

A partir da perspectiva do espaço relacional, o espaço adquire dimensão que supera clássicas definições sobre a produção do conhecimento geográfico, como resultado da interação entre homem e natureza (associada à visão do espaço relativo) ou como o estudo da Terra (associada à visão do espaço no sentido absoluto). Percebe-se, nas definições clássicas, visão dualista da sociedade; enquanto no espaço relacional, o espaço é definido a partir de seus elementos físicos e simbólicos, que são construídos e percebidos de forma dialética, podendo adquirir múltiplas formas e significados, mas que são, ao mesmo tempo, historicamente determinados e socialmente compartilhados.

A abordagem do espaço relacional considera o espaço a partir da sociedade que o produz, atribuindo significados universais e específicos da cultura. A partir dessa perspectiva, o espaço caracteriza-se por um conjunto de objetos geográficos, naturais e sociais e cada um desses objetos, que se relacionam entre si, possui também, significação de acordo com o período histórico e grupo social que o elabora e define. Há, dessa maneira, relação entre a sociedade e um conjunto de formas materiais e imateriais e, portanto, o espaço constitui-se como *locus* da *práxis* humana que adquire diferentes formas e conteúdos em diferentes contextos. Essas múltiplas relações são entendidas, segundo Milton Santos (1997), como a sociedade em movimento.

O espaço está associado à produção da sociedade, sendo possível identificar em uma paisagem³⁸, categoria do espaço³⁹, seletividades e hierarquias de utilização. Pela análise de determinada paisagem, pode-se observar que os processos pelos quais se determinaram um objeto no passado estavam associados à lógica da produção daquele dado momento.

o conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 1997, p. 26-7).

Com base na análise de Milton Santos (1997), a sociedade em movimento produz configurações diversas, caracterizando-se como a própria concretização da história. A partir dessa perspectiva sobre a relação entre espaço e sociedade, percebe-se que múltiplas relações em diferentes escalas processam-se. Verificam-se nas sociedades aspectos particulares e específicos de cada cultura em relação a elementos universais da humanidade, constituindo de forma dinâmica o movimento da sociedade, em constante transformação.

Quando determinada sociedade atribui sua visão de mundo para a construção de sua realidade, o espaço passa a ser compreendido como território. Esse processo aproxima-se do conceito de espacialização que, segundo Soja (*apud* SANTOS, 1997, p. 73), é a inserção territorial dos processos sociais. Portanto, “A paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente” (SANTOS, 1997, p. 73).

A espacialização é um processo em permanente transformação, assim como os territórios e as paisagens. Cada um desses elementos que compõem o espaço sintetiza a história de cada sociedade e de cada lugar. O território quilombola caracteriza-se por espacialização fortemente associada à resistência cultural da população negra, cujo território é definido pela identidade étnico-racial.

Além da espacialização, o processo de análise espacial considera as diferentes escalas com as quais os sujeitos dos contextos sociais em estudo relacionam-se. Isso significa buscar compreender a inserção desse contexto social específico na sociedade - organizações sociais

³⁸ Paisagem é a materialização de um instante da sociedade. Como uma fotografia, ela pode ser captada de diferentes maneiras, dependendo da percepção daquele que a observa.

³⁹ Segundo SILVA *apud* SANTOS (1997, p. 70), as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, o espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, que definem o objeto da geografia em seu relacionamento. De todas, a mais geral, e que inclui todas as outras, é o espaço.

internas de cada grupo, os conflitos, as lideranças e suas articulações com instituições que estão fora do universo cultural específico. No caso da comunidade Kalunga, suas relações com a prefeitura municipal, organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), governo do estado, Governo Federal, turistas, etc.

Dessa forma, a noção de escala é fundamental para compreender as múltiplas relações que configuram o espaço dos quilombos, sobretudo ao considerar a construção recente de um território político que tem transformado a comunidade Kalunga e, portanto, o Engenho II, desde a década de 1980. O conceito de escala “é essencial para compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e têm repercussão na ordem econômica cultural, política e moral, assim como na ordem territorial” (SANTOS, 1997, p. 82).

Nas diferentes escalas de relação entre o contexto social local das comunidades de quilombo com o *outro* é que se processam a permanente construção e afirmação da identidade quilombola. Essas múltiplas escalas relacionais configuram novos campos de relação ou novas territorialidades, na medida em que os quilombolas apropriam-se de novos espaços e conquistam novos lugares de fala na sociedade brasileira.

Essas novas relações sociais, chamadas aqui de novas territorialidades, situam-se no tempo e no espaço, ou seja, a concretização dessas relações processa-se em um tempo histórico determinado. De acordo com Milton Santos (1997), é pelo significado particular de cada segmento do tempo no espaço que se apreende o valor, atribuído pela sociedade, de cada coisa em dado momento. Assim, as transformações do território Kalunga são a concretização de sua história e essa história processa-se na afirmação da identidade em busca, principalmente, do direito ao território.

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como “tempo”, não porém como “espaço”; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. “Todavia, estamos acostumados a pensar que o passado está morto, e que nada do passado pode ser também presente”, escreveu Bertrand Russel (1948, 1966, p.231) (SANTOS, 1982, p. 10).

Milton Santos (1982) demonstra de forma clara as múltiplas temporalidades existentes e suas relações com o espaço. Para ele, um dos principais motores desse processo é a inovação que transforma toda a cultura de uma sociedade. Esse processo ocorre de forma diferenciada em cada parte de uma mesma paisagem, portanto não se trata de processo homogêneo.

Na construção da análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II, buscou-se identificar os elementos que constituem o território. Esses elementos possuem materialidade e características simbólicas que vem se transformando, sobretudo a partir da década de 1980. Verificou-se, por um lado, processo acelerado de redução dos limites territoriais físicos, mas, por outro lado, processo também acelerado de fortalecimento político da comunidade Kalunga na região onde o território está inserido. Apesar da conquista do reconhecimento do território Kalunga como patrimônio cultural no ano de 1991, o processo de invasão por fazendeiros não cessou, ao contrário tem-se intensificado e se materializado no território. Mas, a comunidade do Engenho II tem consciência de seu território e de que a luta por ele não é recente, seus antepassados também enfrentaram a mesma luta com o objetivo de garantir aos seus descendentes um lugar para continuarem a produzir e a cultivar sua história. Esse legado fortalece o grupo para desenvolver diferentes formas de resistência, para se manter em seu lugar e para conquistar definitivamente os títulos de suas terras.

Retomando a questão do território, definida pela apropriação do espaço pelos sujeitos sociais, é relevante destacar que essa ação sempre se dá em relação ao *outro*. Nessa relação com o *outro*, são estabelecidos processos de exclusão e delimitação de fronteiras, caracterizando o lugar do sujeito individual e coletivo, ou seja, constituem-se suportes na paisagem, em que as produções espaciais e territoriais concretizam-se. Nessa paisagem, é possível perceber um sentido de *nós*, que passa pelo processo de identidade, e dos *outros*.

Conforme propõe Segato (2005, p. 3-4)

O território é o cenário do reconhecimento; as paisagens (geográficas e humanas) que o formam são os emblemas em que nos reconhecemos e cobramos realidade e materialidade ante nossos próprios olhos e os olhos dos outros. (...) O território sempre existe marcado pelos emblemas identificadores de sua ocupação por um grupo particular, inscrito pela identidade desse grupo que o considera próprio e o transita livremente.

As referências compartilhadas e construídas coletivamente são os elementos que garantem a unidade de qualquer grupo. A concretização dessas referências no espaço denomina-se

território, que se constitui em tempo histórico definido. No contexto da modernidade tardia, a concretude das referências compartilhadas por determinado grupo vai além dos elementos físicos, manifesta-se também pela política, na medida em que os grupos sociais conquistam poder na sociedade.

É nesse contexto que se insere a análise do processo histórico recente da comunidade do Engenho II – Kalunga. Compreender as relações sociais que se processam nesse território, pela narrativa das pessoas da comunidade que subsidiaram o mapeamento e as análises espaciais: organização socioespacial, contradições e conflitos existentes no território, referências culturais, ou seja, os elementos que constituem o território do Engenho II e que garantem sua existência, resistindo às pressões que são exercidas sobre ele.

O que se observa no território Kalunga, e também em outros remanescentes de quilombos, é que, apesar do reconhecimento do Estado acerca da legitimidade da reivindicação dos quilombolas pelo direito a um território, a posse e o uso das terras ainda é de pessoas que se apresentam como proprietárias das terras que a comunidade Kalunga ocupa há muitos anos, na maioria dos casos, desde o período colonial.

As características desses territórios, chamados de tradicionalmente ocupados, estão associadas ao conceito de cosmografia, ou seja, “os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2005, p. 4).

Dessa forma, para a compreensão do significado dos territórios tradicionalmente ocupados, deve-se considerar aspectos como: uso comunal da terra; relações de parentesco (vínculo e afetividade); memória; identificação, defesa; força; relações solidárias e de ajuda mútua. Todos esses aspectos orientam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias acaso existentes (ALMEIDA, 2005).

A questão da diversidade cultural e étnica no Brasil vem sendo reconhecida e valorizada, inserindo-se em espaços importantes de discussões teóricas e políticas. Da mesma forma que se reconhece a diversidade cultural, é necessário aprofundar o debate acerca do reconhecimento da diversidade fundiária.

Denomina-se diversidade fundiária as diferentes formas, usos, significados e propriedades da terra. O termo contribui para a ampliação dos sujeitos sociais que, além dos camponeses,

lutam pelo acesso à terra. Esses grupos, apesar de serem diversos, possuem característica comum: o uso comunal da terra e, por isso, são chamados de “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” – cada um dos quais tende a ser acompanhado por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas de proteção ambiental].

Essa categoria é formada por diferentes grupos sociais, entre eles: povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos, varjeiros, fundos de pasto, faxinais, castanheiros, seringueiros, ribeirinhos, atingidos por barragens, quebradeiras-de-coco babaçu, atingidos pela base de Alcântara e ciganos.

Segundo dados apresentados pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, (2005), estima-se que essa população é de mais de 4.320.727⁴⁰. Esse levantamento, entretanto, não abarcou todas as categorias acima citadas, que também não relaciona todos os grupos sociais específicos existentes no Brasil, o que revela a dificuldade de acesso a essa informação.

Até recentemente, a diversidade fundiária no Brasil foi pouco conhecida e muito pouco reconhecida oficialmente pelo Estado. Ao incluir os diversos grupos não-camponeses para abordar a questão do acesso à terra, a problemática fundiária toma densidade maior de significação e vai além da simples redistribuição de terras.

Para o Estado, reconhecer a existência de diferentes territórios dentro do território nacional gera reflexão acerca de aspectos como soberania, ordenamento territorial, políticas diferenciadas e enfrentamento das desigualdades. Políticas públicas sobre essas temáticas são amplamente reclamadas pela população brasileira, mas ainda pouco abordadas na prática, sobretudo a relação entre o necessário ordenamento territorial e os conflitos fundiários, que se manifestam na maioria das vezes por meio da violência.

Sabe-se que o Estado não detém o conhecimento sobre todas as áreas do território nacional que estão sob sua responsabilidade ou que são de sua propriedade. Além disso, outro aspecto é que há conflitos de informações quanto à responsabilidade pela gestão dessas áreas (Ibama, Secretária de Patrimônio da União, Iphan, Terras da Marinha, Exército e Aeronáutica, etc.), isso porque foram citados apenas órgãos federais, mas essa questão atinge também outras

⁴⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais** (2005, p. 12-19).

esferas da administração pública. Esse cenário de desconhecimento sobre as terras sob domínio do Estado demonstra como o problema fundiário no Brasil ainda está longe de ser superado, além da percepção legalista da terra, limitada por dois referenciais: público e privado, quando, na verdade, o uso social da terra, como demonstrado, é diverso e carece de abordagem que o considere em toda sua complexidade.

Se, por um lado, pouco se avançou na distribuição de renda e no acesso à terra no Brasil; por outro lado, a organização social e política da população brasileira fortaleceu-se e constituiu rede muito bem organizada que leva a uma ressignificação da chamada reforma agrária, inserindo aspectos como processos de ocupação e afirmação territorial.

Em termos teórico-conceituais, a análise sobre os territórios tradicionalmente ocupados está bastante avançada, ao passo que o marco legal ainda permanece fortemente associado à noção privatista de propriedade da terra, apesar do avanço propiciado pelo pluralismo jurídico, desencadeado no Brasil, especialmente a partir da Constituição de 1988, que considera que o Estado não é o único que produz o direito.

A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com conduta territorial própria e dominante, sempre gerou conflito com as territorialidades existentes e praticadas pelos grupos residentes nas áreas de expansão. O conflito entre diferentes territorialidades manifesta-se de diversas maneiras, entre elas: guerras, migrações forçadas e reagrupamento étnico. O que se tem observado na História do Brasil é que, na maioria das vezes, a sociedade dominante expande seu poder no território e impõe para os que permanecem nos territórios ocupados conduta territorial de caráter privatista. Mas, como constata o levantamento das comunidades/povos tradicionais existentes no Brasil, realizado por Almeida (2005), muitos vêm resistindo a esse processo de dominação por meio de diferentes estratégias. Vale destacar também que há casos em que houve processos de consentimento e influência mútua entre os diferentes grupos sociais.

As terras tradicionalmente ocupadas designam situações em que o controle e o acesso aos recursos naturais se dão por normas específicas, combinando uso comum e apropriação privada de bens. Essas normas são estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social e, portanto, respeitada por todos os membros.

Há outro aspecto que orienta o acesso aos recursos naturais desses territórios, a relação com a terra, que contribui para a coesão e a solidariedade do grupo, sobretudo no sentido de

resistência às pressões externas que os territórios sofrem. Esse elemento reforça politicamente as redes de relações sociais.

Neste sentido a noção de “tradicional” não se reduz à história, nem tampouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado (ALMEIDA, 2005, p. 2).

Não há dissociação entre território e identidade ao analisar os territórios tradicionais. Para os estudos sobre os territórios quilombolas, deve-se considerar também a questão da identidade étnico-racial, talvez o principal elemento de coesão do grupo social. Outro aspecto bastante recorrente nesses territórios é a sua localização que, muitas vezes, se deu em áreas afastadas, muito embora se reconheça que houve quilombos situados próximos a centros urbanos. De modo geral, a sobrevivência desses territórios durante séculos deve-se, em parte, à estratégia da invisibilidade, tanto simbólica quanto social, empregada pelos quilombolas (CARVALHO *apud* LITTLE, 2005).

No caso do quilombo Kalunga, composto por várias comunidades, há algumas que estão localizadas próximas ao meio urbano, como é o caso do Engenho II, mas o acesso é muito difícil, caracterizando estratégia diferente de distanciamento que não significa isolamento, pois permite, ao mesmo tempo, autonomia e estabelecimento de relações econômicas necessárias com os centros urbanos.

3. OS QUILOMBOS NO BRASIL CENTRAL

O surgimento dos quilombos nas Américas está associado ao processo de luta e de resistência da população negra, por meio do estabelecimento de uma sociedade que se contrapunha ao sistema escravista, tendo como agente social os povos africanos e seus descendentes.

A morronagem nos outros países da América ou a quilombagem no Brasil eram resultantes das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, em sua dinâmica, a negação desse sistema por parte dos oprimidos. Assim, segundo Klein (*apud* SILVA, 2003, p. 48):

O crescimento de um sentido de identidade e comunidade entre os escravos africanos na América Latina foi essencial para sua sobrevivência como sociedade e grupo. As famílias foram estabelecidas, as crianças educadas, e desenvolveram-se as crenças que deram legitimidade a suas vidas.

O fenômeno social dos quilombos no Brasil teve abrangência territorial nas capitanias e províncias como em nenhuma outra parte das Américas. A expansão geográfica da quilombagem no Brasil é um dado histórico e político de relevância e abrangência que ocorreu em quase todos os estados da federação, “onde quer que o trabalho se estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando” (SILVA, 2003, p 65) o sistema colonial e, em diversos níveis, as forças produtivas escravistas.

Houve intenso fluxo comercial nas regiões mineradoras do Brasil Colônia, entre elas a comercialização de escravos ocorrida em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Bahia. Esse movimento da população negra pelas regiões de exploração de minérios ocorria por duas formas: sob guarda e feitoria para atender a encomendas de fazendeiros ou mineradores; ou fuga, individual ou coletiva, em que os trabalhadores escravizados uniam-se a quilombos existentes fora da região ou na mesma região, mas afastados das rotas e caminhos utilizados pelos tropeiros, muitas vezes situados nos sertões, como é o caso dos quilombos em Goiás.

Segundo Silva (2003), acerca do surgimento das comunidades de quilombos em Goiás, é possível que, desde o século XVII, os negros já fugissem do Maranhão, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, com destino ao norte e nordeste do território goiano.

Os africanos e afro-brasileiros da região do Brasil Central, desde o povoamento inicial, foram trazidos de São Paulo, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Piauí e, a partir de meados do século XVIII (1755), do Maranhão e do Norte pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que adquiria escravos de diferentes portos da África. Esses locais transformaram-se em entrepostos de venda, redistribuição e irradiação de trabalhadores escravizados, inclusive para os árduos trabalhos de mineração do século XVIII em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

O tráfico de povos africanos escravizados para o Brasil foi bastante intenso e praticado durante o período de quase quatro séculos, tendo se iniciado no século XVI. Esses povos possuíam referências de estruturas sociais, organização política, matrizes tecnológicas e culturais distintas e foram a base do desenvolvimento do sistema escravista no Brasil, bem como foram os sujeitos sociais que produziram a base econômica desse sistema em todo período colonial: agricultura, mineração e pecuária, expandindo-se para medicina, nutrição, tecelagem, metalurgia, cerâmica, arquitetura e engenharia, inclusive atuando militarmente (ANJOS, 2006, p, 65).

O mapa 3.1 demonstra o processo de escravização dos povos africanos, evidenciando os que eram escravizados, seus territórios e os principais fluxos de comercialização. O tráfico de africanos escravizados para a região do Brasil Central ocorreu mais intensamente no final do século XVIII e durante o século XIX, conforme demonstram os mapas 3.4 e 3.5, até 1888, quando a abolição da escravidão no Brasil foi decretada.

Mapa 3.1 - Dinâmica das principais rotas e articulações econômicas da diáspora africana no mundo – séculos XV – XIX – Fonte: ANJOS (2006, p. 59).

Os mapas 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 revelam, em diferentes momentos, os principais povos africanos escravizados e seus destinos no Brasil. Verifica-se que, para a região do Brasil Central, foram trazidos os povos das regiões africanas denominadas Costa de Angola ou África Central Ocidental (século XVIII), Contra Costa ou África Oriental e Central Sul-Oriental e África no Oceano Índico (século XIX).

Mapa 3.2 – Século XVI

Mapa 3.3 – Século XVII

Mapa 3.4 – Século XVIII

Mapa 3.5 – Século XIX

Referências territoriais de origem do tráfico de povos africanos escravizados para o Brasil nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Fonte: ANJOS (2006, p. 64).

O universo de diferentes etnias que foram escravizadas e trazidas para o Brasil foi muito grande, entre eles Anjos (2006, p. 65) destaca: *Minas, Congos, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Ijexás, Jafolos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas*. O autor demonstra que essa caracterização etnológica⁴¹ dos povos africanos não representa a diversidade de povos que foram submetidos à escravidão, além desses grupos há outras denominações que ainda não foram devidamente estudadas, tampouco quantificadas. Mas, o que fica evidente, pela cartografia, é a dimensão territorial, intensidade e força do processo de escravização na África.

A região de Goiás, antes do período das primeiras expedições, missões e bandeiras, que iniciou a penetração e reconhecimento do território goiano, pelos colonizadores, era território de diferentes etnias indígenas: Paiaguás, do alto do Rio Paraguai; “Pés-largos”; Caiapós; Xavantes; Crixás; Borora, das margens do Rio São Lourenço; Goyazes, vizinhanças da Serra Dourada; Araés, do baixo rio das Mortes; Avá-Canoeiros, do vale do Paranã e Tocantins, que teriam se aliado e misturado a escravos negros em fuga; os Capepuxis, os Apinagés, entre outros.

Segundo Silva (2003), somente em Goiás, à época do “descobrimento”, essas nações indígenas eram mais de duas dezenas. Os registros feitos pelos colonizadores sempre as citam de modo negativo nos documentos, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, consoante relato de cronistas e a literatura: “bárbaros”, “selvagens”, “infiéis”, “bestiais”, “ferozes”, “incultos”, “hereges”, “inferiores”, essas foram algumas das denominações que os povos indígenas receberam. Vale destacar que essa representação social fortemente preconceituosa e sob uma visão do “civilizado” sobre os “primitivos”, nesse caso os povos indígenas, ainda permanece bastante forte na sociedade brasileira contemporânea, o que também ocorre com relação a outros povos: ciganos, judeus, africanos, etc.

O processo de penetração e reconhecimento dos colonizadores e a conseqüente irradiação das bandeiras paulistas, transpondo ou não os limites de Mato Grosso e Goiás, tinham como objetivo implantar na região o sentido profundo e permanente de colonização e subjugação, tendo como prioridade o interesse econômico. Segundo Silva (2003), até o século XVIII apenas aproximadamente, 2.600.000 km² do território pertenciam de fato a Portugal, incluindo a maior parte do litoral e representando menos de 1/3 do atual território brasileiro.

⁴¹ Caracterização etnológica define qual a origem geográfica precisa dos grupos étnicos deslocados aos longo de quase quatro séculos de tráfico (ANJOS, 2006, p. 65).

3.1. Relações de produção: do trabalho escravo ao trabalho livre e a constituição dos quilombos em Goiás

A análise do processo de transformação das relações produtivas em Goiás é fundamental para compreensão da constituição dos quilombos nesta região. As relações sociais são complexas e perpassam diversos aspectos da vida social: cultura, economia, política. Através da análise destes elementos é possível compreender a estrutura social de determinada sociedade, que está em permanente processo de renovação. O objetivo de abordar as relações de produção historicamente produzidas pela sociedade goiana através de ciclos econômicos foi demonstrar sua transformação no tempo, mas é importante destacar que o tempo não é linear e as transformações históricas se materializam de forma complexa, em um processo dinâmico de relações entre permanências e rupturas.

3.1.1. Ciclo econômico da mineração

A primeira região ocupada pelos colonizadores em Goiás foi a do rio Vermelho, onde foi fundado o arraial de Sant'Ana, que depois viria a ser chamado de Vila Boa e, atualmente, é conhecida como Cidade de Goiás, tendo sido durante 200 anos a capital do território goiano. Nas proximidades de Sant'Ana, surgiram numerosos arraiais, nas margens de córregos e rios, cujo elemento exclusivo de exploração e desenvolvimento econômico eram os garimpos.

Corriam, pelo Brasil e por Portugal, notícias sobre as recém-descobertas riquezas minerais de Goiás, o que gerou rápido processo de povoamento da região, característico de áreas de mineração. Segundo registros da capacitação, apontados por Palacin e Moraes (1975) dez anos após a descoberta das minas em Goiás, em 1736, havia na região 10.263 trabalhadores escravizados.

“O povoamento determinado pela mineração de ouro é o povoamento mais irregular e mais instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem.” (PALACIN e MORAES, 1975, p.11). Essa afirmação foi fortemente reiterada pela historiografia oficial, no entanto, a partir da década de 1980, estudos sobre a estrutura socioespacial das vilas coloniais surgidas no ciclo econômico da mineração demonstram que os povoamentos iniciais dessas regiões podem ter tido

configuração irregular e não planejada, mas, com a sua consolidação, propunham-se planejamentos urbanos para os locais, conforme se verifica na planta da Cidade de Goiás datada do final do século XVIII - mapa 3.6, associados ao interesse de Portugal pela ocupação do território da colônia e pela geração de riquezas.

Mapa 3.6 - Planta de Vila Boa de Goiás, 1782. In REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial (2000)⁴².

⁴² REIS FILHO, Nestor Goulart (2000). Villa Boa – 1782 "Planta de Villa Boa Capital da Capitania g.al de Goyás, Levantada no ano de 1782, pelo Il.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capm General da mesma Capitania, e Copiada pelo Soldado Dragaõ Manoel Ribeiro Guim.es, na qual demonstra tambem alem das declaraçoens feitas no Canvoâ (sic), q. a dita V.a tem actualmente 554 moradas de Cazas, habitadas por 3.000 pessoas...". Autor: Levantada por Luis da Cunha Menezes e copiada pelo Soldado Manoel Ribeiro Guimarães. Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Mostra a situação de Vila Boa, quase cinqüenta anos após a sua fundação. Podemos observar um setor mais central, com traçado irregular, que corresponde certamente ao primitivo arraial de mineradores. Na parte urbanizada, ao seu redor, à direita e na parte de baixo do desenho, constata-se a existência de um traçado geométrico regular, com ruas retas de largura constante. O mesmo tipo de traçado se encontra no trecho urbanizado na outra margem do rio, do lado esquerdo do desenho, na qual apenas uma pequena parcela, mais ao alto, não evidencia regularidade. Nesses dois setores, são indicadas apenas algumas áreas edificadas, já consolidadas as práticas de adequado alinhamento, e as demais correspondem ao plano para expansão da área urbanizada decidido em 1778 pelo governador Menezes. Na parte inferior do desenho são representados os

O número elevado de habitantes urbanos, nas regiões das minas, necessariamente conduzia a formas complexas de vida e de estrutura social. Ao mesmo tempo, induzia mudanças em outras regiões. Esse movimento era acompanhado pela administração colonial, durante o Período Pombalino, com estímulos diretos ao seu desenvolvimento. Na segunda metade do século XVIII, eram comuns, nas regiões das minas, as casas da ópera, com suas companhias permanentes de músicos e cantores, a produção musical local de caráter religioso, envolvendo músicos de origem africana. A produção arquitetônica, escultural, na talha, na pintura e na literatura comprovam materialmente a complexidade daquela vida urbana. Também indicam que as atividades culturais de maior nível não estavam restritas aos portugueses e seus descendentes diretos, mas incluíam a participação dos setores de origem africana⁴³.

Em Goiás, houve três zonas que se consolidaram durante o século XVIII:

- centro-sul, com uma série desconexa de arraiais no caminho de São Paulo e proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) - principal centro de comunicações, Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos;
- zona da região do Tocantins, no alto Tocantins ou Maranhão, que administrativamente pertencia à Correição do Norte, área de limitada extensão, mas com povoações densas: Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, etc.
- E, por fim, o norte da Capitania goiana, abrangendo uma extensa zona entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia, onde se encontravam algumas povoações dispersas: Arraias, S. Félix, Cavalcante, Natividade, Porto Real (Porto Nacional), o arraial mais setentrional.

Além dessas áreas de povoamento, surgiram alguns arraiais isolados de mineração: Pilões, Pilar, Crixás e Couros (Formosa).

O restante do território goiano, cerca de dois terços dos Estados de Goiás e Tocantins, permaneciam sem povoação adensada, como pode ser verificado na carta topográfica administrativa de Goiás datada de meados do século XIX - mapa 3.7.

uniformes da guarnição militar da vila e, à sua esquerda, a fachada do palácio de residência do governador e de uma outra edificação.

⁴³ Sobre a estrutura socioespacial das vilas e cidades do Brasil Colônia, ver REIS FILHO, Nestor Goulart (2000); DELSON, Roberta Marx (1997).

Mapa 3.7 - Carta topográfica administrativa de Goiás, 1849, in FUNES (1986, p. 112)

A mineração em Goiás teve duração efêmera, iniciou-se por volta de 1726, chegou ao apogeu na década de 50 e, a partir daí, entrou em declínio, conforme demonstram as informações da tabela 3.1 quadro abaixo, que apresenta dados do período em que as regiões mineradoras de Mato Grosso e Minas Gerais também passaram a enfrentar crises na mineração.

Tabela 3.1 - Arrecadação do Quinto em Goiás – 1753 a 1823 – em Arrobas

Ano	Quantia
1753	40
1758	33
1763	26
1768	22
1773	15
1778	14
1783	10
1788	8
1793	6
1798	6
1803	4
1808	4
1813	1
1818	1
1823	0,5

Fonte: SALLES *apud* FUNES. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária (1986, p. 27)

Vários aspectos levaram ao declínio da mineração em Goiás: a aplicação de técnicas rudimentares para a extração do ouro; falta de capital para investimento e má administração pública.

Dois tipos de jazidas auríferas foram exploradas no Brasil: as jazidas sedimentares do ouro de aluvião – mineração de cascalho - e as formações rochosas com veios auríferos na pedra – mineração de morro, técnica mais complexa e que requeria grandes investimentos. Em Goiás, essa técnica não foi aplicada, pois não foram identificadas jazidas que justificassem o investimento.

As jazidas sedimentares, que utilizavam técnica mais simples e largamente usadas em Goiás, davam lugar ao que se chamava de mineração de cascalho. Para esse tipo de extração, o ouro, levado pelas chuvas, ficava depositado no cascalho, no fundo das correntes de água: córregos e rios, ou antigos rios. O trabalho do mineiro consistia em arrancar o cascalho e peneirá-lo, para

que o ouro, mais pesado que a areia, ficasse depositado no fundo. Para retirar o cascalho aurífero, às vezes recoberto por outras camadas sedimentares, costumava-se cercar e secar parte do rio, ou desviar a corrente (figura 3.1), ou, em formas mais elementares, retirar o cascalho do fundo da água. A dificuldade na extração era ainda maior quando o cascalho encontrava-se acima do nível da água; para superar esse problema, era necessário trazer água de longe, até de várias léguas, pois, sem uma corrente de água, era impossível a operação de retirada e de lavagem, feita manualmente, agitando o cascalho na bateia, ou em recipiente com água corrente, chamada canoas.

Figura 3.1 - Desvio de corrente de rio para a extração de minério – território do Engenho II

Outro aspecto associado à falta de investimentos na região foi a escassez de mão-de-obra para a extração do minério, reflexo da baixa produtividade das jazidas e da exploração excessiva dos negros, quase exclusivamente apenas os escravos exerciam as atividades de extração do ouro. Elementos que levaram à redução da importação da mão-de-obra escrava para a província e, portanto, à queda na produção econômica centrada exclusivamente na mineração.

Durante o século XVIII, as capitanias de Minas eram Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O governo colonial tinha interesse, dentro da mentalidade mercantilista de especialização para a exportação, em concentrar todos os esforços na produção do ouro. Com essa finalidade, proibia ou dificultava outros ramos de produção, o que explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, principalmente durante os cinquenta primeiros anos do século XVIII.

Eschewege (*apud* PALACIN e MORAES, p. 37, 1975) esclarece que “O branco, mesmo quando pobre, escrevia Eschwege na época da independência, não move uma palha pois até na vadiagem encontra com que viver. As mais vezes, limita-se a possuir um escravo, que se encarrega de sustentá-lo”.

O pouco interesse pela agropecuária, demonstrado pelos mineiros, era reforçado pelas autoridades governamentais, que procuravam impedir o desenvolvimento de outras atividades econômicas como pode ser visto pelo bando, datado de 13 de junho 1732:

... é proibido haver cana de açúcar, engenhos e as suas destilações de aguardentes em minas, e com especialidades nestas de Goiás, por principiarem de novo ... pelo que mando que nenhuma pessoa de qualquer grau e condição seja, não tenha em suas roças e fazendas a referida planta de cana e os que tiverem, a destruirão logo (ALENCASTRE *apud* FUNES, 1986, p. 29)

Durante toda a primeira metade do século XIX, o pouco comércio externo goiano esteve voltado para o sudeste da colônia, mesmo que as autoridades o quisessem voltado para o Norte. As relações comerciais externas realizadas no período colonial eram realizadas com o Rio de Janeiro e com São Paulo no caso dos julgados do sul, enquanto os julgados do norte tinham suas relações comerciais voltadas para a Bahia. As vias de comunicação eram poucas, o que dificultava a expansão das relações comerciais de Goiás, mas, de alguma forma, houve forte interesse da administração da província, no início do século XIX, seguindo recomendações da corte, em estabelecer o comércio com o Pará, incentivando a comunicação via fluvial. Mas, apesar dos esforços, o projeto não se consolidou, sobretudo devido à escassez de capital.

A posição geográfica de Goiás, a precariedade das estradas, a escassez de recursos e as distâncias entre as vilas praticamente fizeram com que, na província, não houvesse concorrência interna e muito menos externa. Isolado do contexto econômico, em Goiás predominou a economia de subsistência⁴⁴, que teve por base a agropecuária.

⁴⁴ Entende-se por economia de subsistência, para o caso de Goiás, nesse contexto específico, não de pura subsistência, mas uma economia em que havia produção para o mercado, mas não suficientemente para fazer frente às necessidades básicas da província.

As formas de ocupação da terra em Goiás deram-se inicialmente pela concessão de sesmarias - primeira forma legal de apropriação do solo -, pela posse e, posteriormente, por outras formas legais de aquisição da terra, especialmente por meio de compra e de herança⁴⁵.

De acordo com Eurípedes Funes (1986), o declínio da mineração e o aumento dos preços dos gêneros alimentícios desencadearam um processo de rápida ocupação das áreas próximas aos centros mineradores. Os mineiros, no intuito de minimizarem os custos da produção, apossaram-se das terras próximas às minas. Posteriormente, alguns procuravam legalizar suas posses requerendo sesmarias, nas quais desenvolveram agricultura para o sustento de suas famílias e dos negros submetidos ao trabalho escravo.

Ainda segundo Funes (1986), as técnicas rudimentares empregadas na agricultura e a abundância de terra funcionaram como estímulo à prática da posse, como forma de aquisição de terra; na medida em que o solo enfraquecia, tornava-se necessário ocupar novas áreas para o cultivo. O acesso legal às terras era restrito no período de transição entre o ciclo econômico da mineração e do gado, final do século XIX, devido às condições impostas aos requerentes. Esse aspecto evidencia-se no trecho da correspondência do governador Francisco de Assis Mascarenhas, apresentado por Funes (1986, p. 97):

Os povoadores e cultivadores das terras já situadas não precisam de Sesmarias, e com efeito se tiram poucas, porque até uma grande parte deles que se acham estabelecidos sem outro título que não seja uma cruz de pau [**ver figura 3.2**], que levantaram no seu terreiro, a que chamam a sua posse, não têm possibilidades de titularem-se por outra forma e possuir legitimamente os seus prédios⁴⁶.

⁴⁵ Em pesquisa junto a inventários do século XIX na comarca de Cavalcante, constatou-se que vários inventários não eram concluídos, supõe-se que devido ao fato de as custas do processo superavam o valor dos bens inventariados. Esse aspecto contribui para a afirmação da prática de acesso à terra em Goiás por meio da posse.

⁴⁶ B. N. Correspondência do Governador da Capitania de Goiás Francisco de Assis Mascarenhas – Cód. 9, 4, 2. Doc. 75.

Figura 3.2 - Cruzeiro situado no alto da serra que dá acesso e demarca o início do Território Kalunga – Comunidade do Engenho II

Em todo Brasil no início do século XIX, a questão da posse de terra alcançava situação caótica – não existia ordenamento jurídico que possibilitasse qualificar quem era ou não proprietário de terras no país. Nesse período, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com o bem. Nessa nova perspectiva, a terra transforma-se em valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro tanto por seu caráter específico quanto pela sua capacidade de produzir outros bens.

O que se desenvolveu no Brasil, após a abolição do sistema escravista (1888) e a Proclamação da República (1889), foi um tipo de capitalismo periférico, subalterno à ordem capitalista imperialista, tardio em seu desenvolvimento industrial, que só iria ocorrer a partir da década de 1930, e que preservou, em sua gênese, traços arcaicos que passaram a estruturar o mercado de trabalho e a sociedade brasileira.

Com o fortalecimento do sistema capitalista em que a terra passa a ser mercadoria, a Lei de Terras, implementada em 1850, garantirá acesso a terra apenas por meio de sua compra, ou seja, as aquisições de terras públicas só poderiam ocorrer pela compra, o que irá expropriar e impedir o acesso da maioria do campesinato, em formação no Brasil, entre eles enorme contingente de trabalhadores negros.

Houve, no Brasil, uma política que favorecia a população branca em detrimento da população negra, evidenciada em diferentes instâncias sociais, entre elas o processo de não-incorporação do trabalhador livre negro ao mercado de trabalho, o que gerou imenso contingente de força de trabalho excluída das atividades produtivas mais dinâmicas. Preferiu-se importar

colonos imigrantes brancos, inclusive com incentivo de política estatal, a incluir os trabalhadores negros.

Com os obstáculos à posse da terra, o processo de migração para as periferias das cidades iniciou-se, em decorrência de uma estrutura agrária concentrada e excludente que impediu (e ainda impede) o acesso a terra. A Lei de Terras de 1850 é referência para compreensão das razões pelas quais o Brasil possui extrema concentração de terra, latifúndios improdutivos e grande massa de excluídos, sendo a maioria deste grupo social composto pela população negra.

Apesar do objetivo de construção de um ordenamento jurídico para o acesso a terra no Brasil, em 1850, a prática do acesso a terra por meio da posse, em Goiás, era a mais comum entre todas as classes sociais. Vale destacar que essa prática, historicamente constituída no Brasil, em especial em Goiás, ocorre, muitas vezes, com o objetivo de que a nova posse venha a garantir nova invasão. Como estratégia para essa ação, os posseiros aplicam em suas terras a alternância das áreas de cultivo, que levam a invasão de propriedades e posses de outros, caracterizando conflitos entre posseiros, manifestados, muitas vezes, por meio da violência e do abuso de poder de uns sobre outros.

A agricultura em Goiás, apesar de diversificada, não foi dinâmica no período colonial, plantavam-se todos os gêneros básicos à alimentação, sendo que a produtividade maior era a do milho, e em menor escala a do feijão, do arroz, da cana e da mandioca. Esses gêneros alimentícios demonstram a influência da cultura africana e permanecem como base da alimentação em comunidades remanescentes de quilombo em todo o Brasil.

Segundo Funes (1986), a pecuária também se desenvolveu como atividade econômica subsidiária da mineração, tendo-se desenvolvido principalmente nos arraiais de Flores, São João da Palma, Arraias, Conceição, áreas abrangidas pelo sertão do Paranã - região onde se situa o quilombo Kalunga - e no Arraial de Couros. Essa atividade consolidou-se no Brasil Central e, aos poucos, se tornou a principal atividade produtiva da região, processo que se inicia nos julgados do norte e que tinha como principal mercado consumidor a província da Bahia. Posteriormente, entretanto, os julgados do norte enfrentam crise devido ao desenvolvimento da pecuária no sertão baiano e em novas áreas agro-pastoris em Goiás, o que desencadeou redução de seu mercado, em especial a região do Paranã.

Durante o período de transição do ciclo da mineração para o ciclo do gado, verificou-se, em Goiás, processo de transformação das relações de produção desencadeado pela afirmação da

nova base da economia goiana. Nesse contexto, a terra tornou-se mercadoria e elemento de produção, e a preocupação da classe dominante deixou de ser a aquisição de trabalhadores escravos, passando a ser a aquisição de terras e a posse dos melhores solos e pastagens.

A crise que se abateu sobre Goiás, após a queda da mineração, provocou não apenas a passagem de uma economia considerada efêmera e bastante lucrativa para uma economia rudimentar de subsistência, com pouco excedente, mas, sobretudo, gerou reestruturação fundiária e profundas alterações nas relações de produção.

3.1.2. Ciclo econômico do gado

O declínio da economia mineradora em Goiás gerou transformações significativas na estrutura social da província goiana. Se, no início do século XIX, cerca de 40% da população de Goiás era classificada como escrava, no final desse mesmo século, apenas 7% eram escravos. No início do ciclo da mineração em Goiás, em que o sistema escravista vigorava fortemente em todo Brasil, pouco menos da metade da população goiana era composta por trabalhadores escravizados. Diante desse cenário, vis a vis, a projeção demonstrada na tabela 3.2, percebe-se que a resistência da população negra ao sistema escravista sempre foi forte.

Tabela 3.2 - População Livre e Escrava de Goiás 1804-1872

ANO	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	% DE ESCRAVOS
1804	50.447	30.338	20.109	40%
1819	63.168	36.368	26.800	42%
1823	61.000	37.000	24.000	39%
1824	62.518	49.143	13.375	21%
1825	62.478	49.103	13.375	21%
1832	68.489	55.232	13.257	19%
1848	79.339	68.383	10.933	14%
1856	119.052	106.998	12.054	10%
1872	160.395	149.743	10.652	7%

Fonte: FUNES (1986, p. 116)

Nas comarcas do norte, região onde os Kalungas vivem desde o período da mineração, a presença da população negra e livre, na segunda metade do século XIX, demonstra também a resistência dessa população e o processo de construção de sua liberdade, muito antes da abolição do sistema escravista. Vale destacar que, de acordo com a tabela 3.3, em especial as comarcas do Rio Paranã e Cavalcante, área de estudo, em 1856, do total de habitantes das duas comarcas, 19.472, 88,63% eram livres.

Tabela 3.3 - População de Goiás – 1856

COMARCAS	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL GERAL
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Capital	11.090	11.491	22.581	1.703	1.544	3.247	25.828
Rio Corumbá	9.125	9.321	18.446	920	828	1.748	20.194
Rio Paranaíba	7.278	7.145	14.423	829	690	1.519	15.942
Rio Maranhão	5.915	6.253	12.168	760	762	1.522	13.690
Rio Palma	6.522	6.358	12.880	390	396	786	13.666
Cavalcante	4.169	4.465	8.634	733	702	1.439	10.073
Rio Paranã	4.295	4.330	8.625	409	365	774	9.399
Porto Imperial	3.113	3.562	6.675	426	411	837	7.512
Boa Vista do Tocantins	1.293	1.273	2.566	96	86	182	2.748

Fonte: Relatório do Presidente da Província – Antônio Augusto Pereira da Cunha – 1857 *apud* FUNES (1986, p. 115)

Em Cavalcante, no ano de 1832, a estrutura da sociedade em termos de etnia e cor da pele era composta majoritariamente de negros, categoria que na tabela 3.4 é composta por pardos e pretos (africanos e brasileiros).

Os dados apresentados demonstram que as relações raciais em Goiás caracterizaram-se pelo poder de poucos brancos, em Cavalcante apenas 10%, sobre a imensa maioria de negros. A população negra de Cavalcante, entre livres e escravos, era composta, em 1832, por 2.097 pessoas, das quais 474 eram escravas, portanto 22,6% do total da população negra.

Tabela 3.4 - População de Goiás – 1832

Termo	Homens Livres					Escravos		
	Branco	Índios	Pardos	Pretos Bras.	Pretos Afric.	Pardos	Pretos Bras.	Pretos Afric.
Cavalcante	93	3	596	190	-	-	218	36
Termo	Mulheres Livres					Escravas		
	Branca	Índias	Pardas	Pretas Bras.	Pretas Afric.	Pardas	Pretas Brás.	Pretas Afric.
Cavalcante	89	-	669	168	-	-	200	20

Fonte: A. N. Estatística da Província de Goiás – 1832 *apud* FUNES (1986, p. 113)

De todos os dados apresentados, conclui-se que a população considerada escrava em Goiás, entre 1819 e 1872, sofreu diminuição de 60%. Esse processo acompanhou o declínio da produção mineradora na região. A análise da população e de sua condição no sistema escravocrata contribui para uma visão da sociedade colonial como sociedade complexa, ou seja, sua constituição era estratificada e havia muitos negros livres que constituíam a maioria da população goiana no século XIX. Ademais, era uma sociedade em que o valor atribuído ao trabalho era baixo, ou seja, deveria ser executado apenas por trabalhadores escravizados, aliado ao pouco interesse dos proprietários de escravos em investir em casamentos entre escravos. Além dos maus tratos que levavam à morte prematura de grande parte dos negros, submetidos ao trabalho forçado, o impacto gerado pela diminuição da aquisição de trabalhadores escravos foi bastante considerável.

Ao lado do processo de diminuição de compra de escravos, estavam as diferentes formas de resistência que a população negra exercia contra o sistema escravocrata, entre elas a fuga e constituição de quilombos. Goiás vivia “à sombra dos quilombos⁴⁷” e “toda a geografia colonial de Goiás estava pontilhada de quilombos, alguns dos quais subsistiram até os nossos dias (Mineiros, Crixás, Campos Belos, etc.). É uma manifestação da constante luta do negro pela sua liberdade” (PALACIN, 1975, p. 80).

Com o declínio da mineração, a população em condição escrava em Goiás foi desviada para a agropecuária. O trabalho realizado pelo escravo na agricultura em Goiás não fugia aos padrões das demais regiões brasileiras e reproduzia as concessões previstas na época da mineração. Ao trabalhador escravizado, era concedido o direito de cultivar uma parcela de terra durante os domingos e feriados, o que levou Funes (1986), consoante Tadeu Lepkowski, a nomear essa categoria de relação de trabalho como “brecha camponesa”. Expressão criada por Lepkowski para as atividades que fugiam ao padrão de relações entre as classes dominante e subordinada no sistema escravista, especialmente o sistema de *plantation*. De acordo com o autor, a brecha camponesa possuía duas modalidades: 1) a economia independente de subsistência, em que os negros fugidos organizavam-se em quilombos; 2) os pequenos lotes de terras concedidos, em usufruto, nas fazendas, aos trabalhadores escravizados não-domésticos, criando uma espécie de “mosaico camponês-escravo”.

⁴⁷ PALACIN *apud* SILVA, 2003, p. 340.

Segundo Sidney Mintz, citado por Ciro Cardoso, as modalidades de atividades camponesas possíveis, sob o regime escravista do tipo colonial, são: camponeses não-proprietários, onde são englobados posseiros, arrendatários, moradores e parceiro; camponeses proprietários; atividades camponesas dos quilombolas e o protocampesinato escravo (FUNES, 1986, p.127)”.

Funes (1986) adotou em sua obra, para o caso de Goiás, a segunda modalidade, ou seja, as concessões feitas pelo senhor ao seu escravo, mas, a partir de uma visão diferenciada da apresentada por Ciro Flamarion. A perspectiva apresentada por Funes se aproxima da percepção de Jacob Gorender, que lança olhar crítico sobre a relação entre senhores e escravos, em que o processo de concessão de terras a população negra seria, por um lado, uma estratégia aplicada pelos senhores para reduzir as despesas com a manutenção dos trabalhadores escravizados e ainda um mecanismo de controle para impedir suas fugas. Essa abordagem reforça a tese de que a negociação entre senhores e escravos era permanente, caracterizando, por outro lado, a resistência e a pressão da população negra, rompendo com o sistema escravista.

Dessa forma, a consolidação da atividade econômica pastoril em Goiás contribuirá para a ruptura da população negra com o sistema escravocrata, impondo novo padrão de relação de produção, baseada no trabalho livre, consoante aponta Funes (1986, p. 130):

Em 1783, existiam, nas margens do Paranã, 160 fazendas de criação, que produziam, anualmente, 15.000 cabeças de gado vacum e 800 cavalares, “ocupam-se no benefício e costeação delas mais ou menos 280 escravos além dos vaqueiros e assalariados”.

Assim como em Goiás, há registros da resistência da população negra, cerca de 100 anos antes da abolição da escravidão no Brasil, emergiram no território outras diversas manifestações, capitaneadas por africanos e afro-brasileiros, todas com o objetivo de minar a estrutura do regime escravista. Entre elas, destaca-se a Rebelião dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, que, longe de ser um conflito religioso, conforme afirmavam intelectuais como Nina Rodrigues, foi uma revolta organizada pelo fim do sistema escravocrata. Analogamente, vale citar, no contexto latino-americano, a revolta da população negra, sob condição escrava no Haiti, que, no início do século XIX, massacrou a classe dominante, branca, e tomou o poder da colônia francesa, ora chamada de São Domingos.

Conforme já exposto, com o declínio da mineração e a consolidação da atividade econômica agro-pastoril, bem como o início de uma economia pré-capitalista no Brasil, a terra passa a ser considerada mercadoria de alto valor. Em Goiás, à medida que a concessão de sesmarias era feita observando uma série de requisitos, nos quais só se enquadravam os “homens de bens”, e, posteriormente, com a implantação da Lei de Terras em 1850, as camadas pobres da sociedade goiana, composta por maioria negra, tinham as seguintes opções: avançarem pelos sertões goianos para terem acesso a terra por meio da posse, submeterem-se a condição de agregados nas fazendas ou ainda unirem-se às comunidades de quilombos.

No período da República Velha, a economia goiana em seu conjunto permaneceu como economia de subsistência. Em todo o estado, predominavam as grandes propriedades rurais, os latifúndios que, de acordo com Palacin (1975), era uma estrutura fundiária que decorria ainda do sistema de sesmarias proveniente do tempo colonial.

A falta de mercados e de uma economia monetária contribuía para fortalecer o sistema de latifúndio, pois somente as grandes fazendas podiam vender algum excedente (principalmente gado levado pelos tropeiros à Bahia ou Minas) à dinheiro, com que comprar o sal, as armas, a pólvora, o chumbo e outras poucas coisas imprescindíveis para a vida e não produzidas na própria fazenda. Nessas propriedades, trabalhavam e viviam os proprietários e seus poucos dependentes: sitiantes, vaqueiros, meeiros, camaradas, jagunços, etc., em um sistema patriarcal, herdado do período colonial.

3.1.3. A Marcha para o Oeste e as transformações espaciais no Brasil Central

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso goiano, a campanha nacional de “marcha para o Oeste”, que culmina na década de cinquenta com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.

Esse processo de transição de colonização de subsistência por pequenos colonos, partindo de uma produção ligada principalmente a mercados regionais locais, transformando-se em agricultura comercial, de exportações, tendo em vista os mercados inter-regionais e internacionais caracteriza-se, entre outros aspectos, pela violência provocada pela disputa pela posse da terra.

Segundo Bertran (1988, p, 89), essa ruptura deu-se no contexto brasileiro por meio da emergência do processo urbano-industrial de substituição de importações, ocupando a posição do antigo primário-exportador. Nesse processo, a região do Brasil Central adquiriu lugar relevante no novo discurso nacionalista, baseado, em linhas gerais, na necessidade de equilibrar os interesses da elite política paulista e de diversificar suas bases regionais de sustentação. Como exemplo desse processo, pode-se identificar a fundação de Goiânia, que estabeleceu ruptura física com o passado permeado pela ideologia agrária da “Marcha para o Oeste”.

A Marcha para o Oeste teve como objetivo central a ocupação dos espaços, à época denominados “vazios”, do Brasil Central. Considerando a grande massa de desempregados provenientes da região Sudeste do Brasil nos anos 1930, o Estado viu a oportunidade de solucionar dois “problemas”, propondo às populações a migração para essas novas frentes de expansão (Goiás e Mato Grosso), garantindo-lhes a condição de se tornarem pequenos proprietários de terra.

Entretanto, embora ideologicamente o Estado brasileiro pretendesse desenvolver um planejamento para essas novas áreas, considerando aspectos de infra-estrutura, o que de fato ocorreu, nos primeiros anos da expansão, foi um processo de incentivo à migração pautado apenas na titulação de terras, sem investimentos para os colonos que ali chegavam.

O golpe militar de 1964 deu uma guinada no processo de ocupação do planalto central brasileiro. Com a construção de Brasília, a abertura e o asfaltamento de várias rodovias, foram abertos novos caminhos para a entrada do moderno sistema de apropriação da terra como propriedade de valor.

Diferentemente do período inicial da expansão das fronteiras agrícolas, a partir do final dos anos 1960, inaugurou-se uma nova fase, marcada basicamente pela introdução da tecnificação das atividades produtivas relacionadas à agricultura e à pecuária no Brasil Central. Nesse período, observa-se fluxo migratório menos intenso, porém mais qualificado, composto por paulistas, paranaenses e gaúchos. Esses novos agentes sociais, em geral, possuíam capital e experiência na atividade agrícola moderna, baseada na produção em grande escala.

Essa nova fase foi marcada não só pelo ingresso de novos migrantes e de novos produtos (como a soja), como também pelo deslocamento dos produtos tradicionais de abertura de fronteira (arroz, milho e feijão) e pela expulsão e/ou deslocamento da população rural,

anteriormente assentada de maneira precária. Esse fato pode ser constatado pelo rápido esvaziamento da população rural dos municípios pioneiros, a partir de meados dos anos 1970.

Nesse período, o governo dos militares, por meio do Programa de Integração Nacional, cujo lema era “Integrar para não entregar”, ampliou a fronteira agrícola do País como forma de garantir o aumento da produção de grãos e de gerar divisas por meio das exportações. O mais importante era transformar o País no celeiro do mundo.

Todas essas etapas do processo de expansão da fronteira agrícola no Brasil Central geraram um ambiente propício para situações de conflito, envolvendo, de um lado, colonos e pequenos proprietários de terra - sem subsídios do Estado que garantisse condições econômicas viáveis para o desenvolvimento da pequena agricultura; de outro lado, latifundiários, vindos do sul do país, com poder econômico e conhecimento especializado na agricultura moderna, além de possuir fácil acesso aos créditos rurais das agências de financiamento. Além da população que habitava a região do Brasil Central, antes dos fluxos migratórios que, praticamente, assistiu a todo esse processo de transformação de seu território, sem serem inseridos no processo.

Nesse contexto, insere-se a comunidade Kalunga que, por habitar uma região de difícil acesso e com reduzidas áreas de cultivo, não foi atingida diretamente pelo rápido processo de expansão do capital pelo território goiano. No entanto, sofreu com os desdobramentos do processo, por meio da ideologia do progresso, especialmente na expansão de grandes fazendas monocultoras, da implantação de projetos de mineração e construção de usinas hidrelétricas. Entre as décadas de 1960 e 1980, os projetos foram-se consolidando na região, os garimpos multiplicaram-se para extração de ouro e outros minérios: cassiterita, tantalita, manganês cristal de rocha, calcário e brita. As madeireiras e empresas produtoras de carvão apropriaram-se das áreas próximas ao território Kalunga, gerando impactos negativos no ecossistema, intensificando os períodos de seca, prejudicando, assim, a pequena produção agrícola.

O projeto de modernização gerou muita concentração fundiária e acarretou a expulsão de colonos e pequenos proprietários rurais para os grandes centros urbanos, pois, nessas imensas propriedades, o cultivo de lavouras ou a criação bovina, requeria apenas o trabalho de uns poucos trabalhadores. Essa população rural sobreviveu e vem sobrevivendo, nos centros urbanos, com subempregos, em condições subumanas de vida, acarretando aceleração do processo de favelização urbana e rural.

Portanto, é possível perceber que o padrão de modernização não foi e ainda não é um dado que abarca o conjunto da sociedade de forma igual. A modernização agropecuária no Brasil foi implantada de forma desigual, possibilitando profundo descompasso social e político e a convivência de situações e valores diferentes e quase sempre contraditórios, frutos de uma “produção capitalista baseada em relações não-capitalistas” (Martins, 1989).

O cultivo monocultor de grandes extensões – padrão predominante do modelo de modernização – aumentou a produção agrícola do País, porém não promoveu o bem-estar social da maioria da população rural; ao contrário, provocou concentração da propriedade da terra, êxodo rural, fome e violência.

A dominação do capital industrial ou agro-industrial permitiu uma subversão do processo produtivo e uma expropriação do saber dos agricultores familiares e camponeses. Esse processo provocou a dominação desses trabalhadores rurais, imobilizando sua força de trabalho ou expropriando seus meios de produção por meio da expulsão da terra, o que levou ao deslocamento de grande parte da população do meio rural para as periferias das grandes cidades.

Entretanto, o deslocamento espacial dessas populações rurais, em direção ao meio urbano, não resultou em um processo de emancipação, como anunciavam os defensores da modernização. O êxodo rural era difundido pelo ideário modernizador como positivo, na medida em que desencadeava, por meio da mobilidade social e espacial, um processo de emancipação do indivíduo da dependência tradicional da comunidade rural. Contudo, o resultado desse processo foi bastante diferente do discurso apresentado pela modernização, o que se verificou foi que por meio do desenraizamento (espacial, social, cultural), esse agente social perdeu seus referenciais culturais que definiam seus valores e garantiam sua autodeterminação.

Em um novo contexto social, definido por uma dinâmica mais complexa de relações, esse sujeito social não é “capaz” de inserir-se, sobretudo porque sua força de trabalho não atende a esse mercado. Além disso, esse ambiente urbano não possui uma significação objetiva para esse sujeito, não existe uma relação com o lugar. Todos esses aspectos irão definir o espaço dessas populações rurais no meio urbano: periferias, subempregos, miséria e exclusão.

Vários autores têm demonstrado que as lutas camponesas ultrapassam a simples demanda por terra porque, em essência, são lutas pela libertação e emancipação humanas. Essas lutas em busca de sobrevivência e reprodução social não se restringem à dimensão econômica, pois

incluem demandas por saúde, educação, justiça, paz. São lutas que reivindicam “...*integração política*, [de] *emancipação*, (isto é, de libertação de todos os vínculos de dependência e submissão), [de] reconhecimento como *sujeitos* de seu próprio destino e de um *destino próprio*, diferente, se necessário” (MARTINS, 1994, p. 159), possibilitando processos sociais e políticos de recriação do rural e de uma nova ruralidade.

A luta pela terra como um processo social de resistência ao modelo materializa-se em embates sociais e políticos contra a concentração da propriedade fundiária e do latifúndio, instrumento e local de exercício de poder e de dominação. Mais do que falta de eficiência econômica, o latifúndio – como promotor do deslocamento geográfico por meio do êxodo rural – é símbolo, instrumento e lugar de exclusão social e de marginalização política.

Essa luta reflete a importância da noção de território e de lugar, como parte da experiência humana de espacialidade. A estrutura espacial (entendida como resultado de processos sociais, inclusive de embates pelo poder) é parte da construção e de representação da vida cotidiana. A luta pela terra materializa essa importância porque é, explicitamente, a busca por um lugar geograficamente localizado e delimitado.

3.2. A comunidade Kalunga: caracterização físico-espacial do sítio

A Comunidade Kalunga está situada na microrregião⁴⁸ da Chapada dos Veadeiros, que é formada por uma área territorial de 21.338 km², composta pelos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João d’Aliança e Teresina de Goiás. Em 2005, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população dessa microrregião foi estimada em 60.021 habitantes, considerando a situação de domicílio – urbana e rural⁴⁹.

O território Kalunga atravessa três municípios do norte de Goiás: Cavalcante, Monte e Alegre e Teresina. Nesse território, destacam-se quatro áreas: Vão de Almas (figura 3.3),

⁴⁸ As microrregiões são divisões regionais que consideram diferentes elementos físicos, geográficos, geológicos, econômicos, sociais, inserção produtiva etc., comuns, mas não únicos, que constituem uma homogeneidade em determinada porção territorial. Vale destacar que qualquer regionalização deve considerar as transformações contínuas do espaço, dessa forma não são referências territoriais de análise em todo e qualquer contexto histórico.

⁴⁹ Os dados verificados pelo IBGE não conferem com os dados apresentados por BAIOCCHI (1999, p. 19), em que a autora apresenta para a década de 1980 uma população residente na microrregião da Chapada dos Veadeiros composta por 50.592 pessoas residentes na zona urbana e 125.754 residentes na zona rural.

Contenda, Vão do Muleque e Ribeirão dos Bois. Mas, dentro destas áreas, existem outros agrupamentos: Richão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Vargem Grande, Engenho ou Engenho II, Funil, Capela e mais dezenas de outros lugares. Esses nomes traduzem a relação dos Kalungas com o seu território e os aspectos físicos, são referências espaciais que configuram o território (MEC/SEF, 2001).

Figura 3.3 - Vão de Almas – território Kalunga

São diversos agrupamentos, como já dito anteriormente, ocupando uma área composta basicamente por serras, tombada, em Goiás, como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural pela Lei nº 11.406, de 21 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Complementar nº 19 de 5 de janeiro de 1996. Dessa grande área, estima-se que apenas 30% são agricultáveis, sendo a maior parte do território composta por serras, o que torna difícil o acesso à região, marcada por grandes áreas entremeadas de extensões íngremes, veredas e muitos rios, sendo o principal o Paranã – afluente do rio Tocantins.

As vias de acesso às comunidades são poucas e diferentes, dependendo do agrupamento/localidade. Na comunidade do Engenho II, há uma estrada de terra, que liga o município de Cavalcante ao município de Colinas do Sul, essa estrada, em determinado ponto (figura 3.4), dá acesso à estrada que passa pelo núcleo da comunidade, o que facilita o acesso,

dependendo do período do ano. Quando há muita chuva, muitos carros não conseguem subir a serra, situada na saída de Cavalcante no sentido que vai para a comunidade do Engenho II.

Figura 3.4 - Indicação de acesso ao Núcleo da Comunidade do Engenho II – Kalunga

A microrregião da Chapada dos Veadeiros possui grande riqueza mineral, encontram-se na região algumas empresas mineradoras. O clima caracteriza-se por um período chuvoso que abrange os meses de novembro a março; o período de estiagem ocorre entre os meses de junho e agosto e os meses de abril, maio e, setembro e outubro podem ser considerados períodos de transição.

A rede hidrográfica pertence à bacia do rio Tocantins, tendo como principais referências o rio Paranã e os afluentes: Prata, Bezerra; das Almas e Ribeirão dos Bois, que se destacam dos demais afluentes pela extensão e pelo volume de água. O Rio das Almas, mais próximo da comunidade do Engenho II, avoluma-se após receber os córregos Gameleira, Capivara, Maquiné, Vargem Grande, Bananal, Escorregador, Moxila, Palmeira, Ave Maria, Terra Vermelha (BAIOCCHI, 1999, p. 22).

A dinâmica de uso e ocupação da microrregião da Chapada dos Veadeiros transformou-se de forma significativa a partir da expansão da frente pioneira efetivada pela transferência da

capital nacional para o Centro-Oeste. De acordo com Rigonato (2004), a construção da Belém-Brasília propiciou a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão e inaugurou uma nova expansão demográfica, econômica e cultural do norte e nordeste Goianos. Dentre os impactos gerados por esse processo, estão a valorização e o parcelamento de terras, aumento do fluxo migratório e deslocamento populacional para as margens da rodovia GO-118 e estradas vicinais.

A microrregião da Chapada dos Veadeiros passou a integrar de fato os programas desenvolvimentistas estatais a partir da construção de Brasília e da implantação do Parque nacional da Chapada dos Veadeiros⁵⁰, que abrange os municípios de Alto Paraíso e Cavalcante. É importante ressaltar que esses programas tiveram relevância para o desenvolvimento da fronteira do turismo, já que criaram mecanismos jurídicos, sociais e econômicos para implementação dessa atividade econômica. Nesse contexto, o município de Alto Paraíso tornou-se novo pólo turístico de Goiás, ganhando referência nacional e internacional. Cavalcante, por sua vez, tem experimentado um crescimento da demanda turística, revelado pelo aumento do número de pousadas, de restaurantes e de agências de turismo. Dentre os principais atrativos turísticos oferecidos em Cavalcante, estão a visita à Comunidade do Engenho II e às suas cachoeiras (figura 3.5), em especial Santa Bárbara e Capivara.

⁵⁰ Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961.

Figura 3.5 - Cachoeira Santa Bárbara – Comunidade do Engenho II

Atualmente, devido à sua especificidade natural e singularidade cultural, a microrregião da Chapada dos Veadeiros enquadra-se na lógica da seletividade territorial, devido ao seu potencial para o desenvolvimento da atividade turística. Dentro desse contexto microrregional, a Comunidade Kalunga e a Comunidade do Engenho II inserem-se com seus atrativos históricos, culturais e naturais, bem como à sua localização, próxima ao município de Cavalcante. Sendo assim, a comunidade do Engenho II tem experimentado um processo dinâmico e acelerado de transformações espaciais, especialmente nos últimos vinte anos.

3.2.1. Contextualização histórica da Comunidade Kalunga

Conforme demonstrado ao longo da presente análise, os povos africanos e seus descendentes afro-brasileiros foram em Goiás a base de sustentação da economia no período colonial, tendo contribuído para na formação étnica e cultural da região. No século XIX, essa população participou do movimento migratório para o sertão de Goiás, unindo-se a populações que já residiam na região, além de outras populações migrantes de Minas Gerais, Bahia,

Maranhão entre outros, em busca de terras para lavoura e pastagem para o gado, moldando o perfil desse território.

O processo de apropriação do espaço e de constituição do território dos Kalungas configurou-se a partir da fuga de africanos e afro-brasileiros escravizados e que permaneceram na região após o declínio da mineração e a abolição do sistema escravista, juntamente com a população negra alforriada que migrou para essa região em busca de terras para habitar, cultivar e viver de forma autônoma e livre, escolhendo os momentos para estabelecer relações sociais e econômicas com o restante da sociedade, o “outro”, ou seja, “pela recusa dos seus membros em compor a estrutura hierárquica e servil de relações sociais que caracterizam o período pós-colonial brasileiro” (JATOBÁ, 2002, p.25).

A concentração fundiária e a existência de terras devolutas (do Estado) propiciaram a formação de grandes “vazios”, os quais abrigaram, a partir do século XIX, os chamados posseiros que, de acordo com Mari Baiocchi, se apropriavam das terras de santos - terras doadas pela Igreja Católica a antigos foreiros e agregados - ou ainda ocupavam as terras de compadrio, advindas de doação de padrinho ou madrinha. Associada a essas duas modalidades de acesso a terra, estavam também a compra ou troca. Destaca-se que, para a área identificada como o território do Engenho II, foram constatadas, por meio de pesquisa a alguns inventários do final do século XIX e início até meados do século XX, que se encontram no Fórum de Cavalcante, todas essas formas de acesso a terra⁵¹.

A parceria nasceu nos engenhos, perpassou as relações de trabalho no ciclo econômico da mineração, na lavoura e até o ciclo do gado, atravessou séculos e, nos dias de hoje, ainda representa parte das relações de trabalho no Brasil, principalmente no meio rural. A ambigüidade que reveste as categorias parceiro e fiscador não afastou a dupla exploração que vitimou o trabalhador escravizado e também não se caracterizou como uma transformação na postura autoritária e cruel dos proprietários de escravos para com a população negra. São diversas as formas arbitrárias com que os senhores expressavam sua violência e desprezo para com esse grupo social, entre elas, destaca-se que os escravos, no contexto do período escravocrata, eram citados como semoventes⁵² no arrolamento dos inventários de proprietários de escravos.

⁵¹ A análise da ancestralidade do território do Engenho II será abordada no capítulo 3.

⁵² Semovente, o que se move por si mesmo. Bens semoventes, no período de vigência da escravidão, eram os gados, escravos, entre outras criações.

Relação de bens deixados por fallecimento de Sona Maria Francisca os seguintes:
 Simoventes
 (...)

Uma parte no escravo Elias da quantia de seiscentos e trinta e cinco mil duzentos			
e	quarenta	e	seis reis
			635\$240 ⁵³ ”.

A violência e a percepção da elite dominante acerca da população negra constituem-se objeto de estudos das ciências humanas e sociais, em especial para os historiadores. São diversas as formas de subjugação, exploração e violência elaboradas e aplicadas para manutenção da estrutura econômica e social do período colonial. Desde o momento em que os povos africanos eram comercializados em diferentes regiões do Continente Africano, eram submetidos à condição de coisa e de mercadoria de alto valor no mercado internacional e a posse sobre esse “bem” revelava-se também de forma extremamente violenta.

As descrições das condições de apresamento e transporte dos escravos provêm de diferentes testemunhos e são movidas por interesses diversos. Em todas elas é relatado o interesse por escravos jovens e saudáveis. Aprisionados em guerras ou em excursões de resgate, seguem pelos caminhos, presos uns aos outros em longas fileiras. Depois de percorrerem centenas de milhas, chegam aos portos de embarque em péssimo estado e aí permanecem, guardados em barracões à espera de comprador e do dia do embarque. Uma vez vendidos, são marcados a ferro quente com a marca do comprador no lado interno do pulso, no peito direito ou no lado interno do braço direito. Na cidade de São Paulo de Luanda (Angola), fundada em 1575, os escravos são batizados antes do embarque para a América: recebem um nome cristão e uma pequena cruz feita a ferro, no peito. (SOARES, 2006, p. 81).

O olhar dos comerciantes, traficantes de escravos, senhores e da maioria da sociedade do Brasil Colônia sobre os africanos e afro-descendentes era o mesmo lançado sobre uma coisa qualquer, os negros eram considerados objetos e instrumento de produção. Essa percepção configurou a representação social do negro na sociedade brasileira e penetrou profundamente nas relações sociais do país, fortemente discriminatória.

Retomando as formas de relações produtivas a que a população negra vem sendo submetida ao longo da história brasileira, aliada às políticas públicas de acesso a terra que impediram esse grupo social de adquirir suas terras, o fenômeno social dos quilombos, desde sua origem no período escravista, apresenta-se como forma específica de organização socioespacial

⁵³ Trecho do Inventário de Maria Francisca Maia, de 27 de abril de 1876. Fórum de Cavalcante, inventário nº 554.

caracterizada como espaço de resistência da população africana e afro-brasileira. A questão da identidade étnico-racial para a constituição dos quilombos é o elemento principal para se pensar esse grupo social e esse elemento está fortemente associado a sua organização enquanto grupo étnico em um determinado território.

Em Goiás, a área da microrregião da Chapada dos Veadeiros até meados da década de 1970 não sofreu transformações substanciais que alterassem o cotidiano da população que habitava tradicionalmente os “vazios” do sertão goiano. O povoamento do que hoje se chama de Sítio Histórico Kalunga, conforme destaca Mari Baiocchi (1999), deu-se no mesmo período do restante do território goiano, mas de forma “independente, e, de certo modo isolado do poder oficial até a década de 80, deste século”.

Há, ainda segundo Baiocchi (1999, p. 39) registros da presença da população negra, organizada em quilombos, nessa região desde o início do século XIX.

Em uma correspondência enviada ao Sargento-Mor Conde de São Félix, Sargento Antônio J. Pereira, a 16 de abril de 1821, consta que “passam rumores entre o Arrayal de S. Félix e a Vila de Palma no lugar chamado o estreito existe um caminho muito seguido que vai da margem oriental do rio Maranhão à Serra que da lugar a que pessoas pensam que na sua serra existe índios que se comunica com negros fugidos que ali habitam, sobre este objetivo deverá um tomar as (...) informações que (mi) farás conhecer pelo correio seguinte.

Além do registro acima citado, verificou-se no cartório de Cavalcante, em inventários datados do início e de meados do século XX, que a região onde está situada a comunidade do Engenho II foi adquirida por antepassados das pessoas que hoje habitam o território.

Segundo Danielli Jatobá (2002, p. 36), a formação da Comunidade Kalunga deu-se a partir de indivíduos e de unidades familiares de origens diversas, que se fixaram na região nordeste de Goiás em períodos diferentes.

Tinham em comum a marca racial, um gradiente de cor de pele sob a categoria negro, representantes da miscigenação entre africanos bantos, e destes africanos com brancos e índios. Certamente ancestrais das famílias de hoje foram trazidos ao sertão nas várias situações (...). Porém, de forma autônoma, escolheram atravessar as serras e fixaram-se nos vales, às margens do Rio Paranã e afluentes.

O processo histórico-espacial dos membros da comunidade do Engenho II, objeto desta pesquisa, foi desenvolvido por meio das narrativas das pessoas da comunidade e da identificação

de alguns inventários de seus descendentes e foi possível verificar que o acesso à terra pelo grupo social deu-se pela apropriação das chamadas terras de santo, conforme consta nos livros de registros paroquiais, arquivados na Procuradoria Geral do Estado de Goiás (ver anexo A) , associada a compra de terras pelos descendentes das famílias que ainda hoje residem no território, conforme identificado nos inventários, em especial do inventário do Senhor Doroteu Francisco Maia, falecido em 19 de agosto de 1958.

Pelos relatos das pessoas da comunidade do Engenho II, do levantamento cadastral dos moradores da comunidade e dos registros cartoriais identificados na presente pesquisa, é possível afirmar o mesmo que Danielli Jatobá (2002), ou seja, que o surgimento do quilombo Kalunga e sua existência até o tempo presente, estão associados à identidade étnica, à ancestralidade comum e a uma territorialidade que singulariza a ocupação desse território. A análise da relação entre as narrativas e as memórias dos membros da comunidade do Engenho II e os inventários identificados, será abordada no capítulo 4.

Constatou-se, na pesquisa cartorial que, ao haver a preocupação dos familiares em abrir inventários na Comarca de Cavalcante para efetivar a partilha de bens deixados por falecimento de membros da comunidade, torna-se evidente que o chamado isolamento dessa comunidade era relativo e que eles tinham plena consciência da importância de regularização da posse legítima de suas terras.

Vale destacar que o que foi registrado, em 1991, como território Kalunga, não representa toda a amplitude territorial dessa população, aliás a questão da invisibilidade ou o chamado isolamento a que se referem muitos pesquisadores, também deve ser considerado de forma mais cuidadosa. A forma como esse grupo social vem se apropriando do sertão goiano ultrapassa e vai além das divisões regionais estabelecidas pelo Estado. Esse aspecto evidencia-se fortemente na relação entre a divisão político-administrativa dos municípios de Teresina, Monte Alegre e Cavalcante e a área do Sítio Histórico Kalunga.

Essa sobreposição de limites territoriais evidencia o desrespeito e a imposição de poder, ou melhor, um processo de expropriação da população negra que habitava a região, e ao definir e delimitar o Sítio Histórico Kalunga, muitos povoados também não foram considerados, entre eles, a comunidade do Engenho II, que não consta na relação identificada pela equipe de pesquisadores liderados pela professora Mari Baiocchi (1999), apesar do território em que a comunidade habita estar inserido no mapa do Sítio Histórico, ver mapa 1.1. Destaca-se intensa

rede de relações sociais e de parentesco da comunidade do Engenho II com comunidades situadas nas áreas dos municípios próximos, entre eles: Alto Paraíso, Colinas do Sul, Nova Roma, Arraias, Paranã, São Domingos, Minaçu, Campos Belos.

Não se trata de apresentar uma crítica ao processo de identificação e delimitação do Sítio Histórico Kalunga, ao contrário, sabe-se da importância do “Projeto Kalunga- Povo da Terra”, para garantir que ao menos a área identificada fosse registrada como território de um grupo social específico e patrimônio do estado de Goiás. Além do mais, é importante registrar e levantar a questão: o que ocorreu com os povoados que não foram identificados naquele período como “Kalungas”, e que, portanto, não foram “protegidos” pela ação do Estado? Essa questão propriamente dita não será discutida no presente trabalho, mas é necessária ao se abordar a história da comunidade Kalunga, já que a identidade denominada “Kalunga” foi atribuída e não construída pelo próprio grupo social. As comunidades referiam-se e continuam se referindo umas às outras pelo lugar que elas habitam, ou seja, fulano do Engenho, sicrano do Vão de Almas, da Contenda, etc.

A questão da denominação dessas comunidades negras rurais como Kalungas é complexa e tem sido abordada por pesquisadores como Danielli Jatobá (2002). Essa denominação sofreu total inversão de significado para a população residente na região, tanto para os que são assim chamados, quanto para os que os identificam. Somente após o Projeto Kalunga – Povo da Terra é que o sentido e o significado da palavra Kalunga transformou-se. A população residente nos municípios próximos ao Território Kalunga chamava-os historicamente de Calungas⁵⁴ ou Calungueiros, mas essa denominação sempre teve caráter negativo, associando-os aos “pretos que vivem nas serras ou nos vãos”. Após o Projeto Kalunga Povo da Terra e o reconhecimento pelo Estado do território como patrimônio de Goiás, essa palavra, ou melhor, esse nome passa a ter um significado político, transformando-se substancialmente, ou seja, ser chamado de Kalunga deixa

⁵⁴ Calunga: S.f. 1. *Bras.* Divindade secundária do culto banto. 2. *Brás.* P.ext. O fetiche dessa divindade. 3. *Bras.* Coisa qualquer de tamanho reduzido. 4. *Bras.*, BA e MG. Arbusto da família das simarubáceas (*Simaba ferruginea*), de folhas penadas que tem de quatro a oito folíolos coriáceos, pilosos, ferrugíneos e obovados, flores muito pequenas, rufas e agregadas em amplas panículas terminais, e frutos constituídos de quatro a cinco carpídeos drupáceos. Ocorre no cerrado e na caatinga. 5. *Bras.* Boneco (1) pequeno 7. *Bras.* Figuras humanas, nos desenhos infantis. 8. *Bras.* O ratinho doméstico; camundongo. [Var.(nesta acepç.): calungo] 9. *Bras.* Pessoa de pouca estatura. 10. *Bras.* Desenho sumário, representação da figura humana, que os arquitetos fazem para dar a idéia de escala ou dimensão da obra que projetam. 11. *Bras.* RJ. Pargo. 12. *Bras. SC e GO. Indivíduo preto.* 13. *Bras.*, PE e AL. Ajudante de caminhão de carga; calunga de caminhão. ♦ Calunga de caminhão. *Bras.*, PE e AL Calunga (13). (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1980). (Grifo nosso)

de ser negativo, passando a ser referência identitária positiva e o grupo social começa a assumir essa “nova” identidade⁵⁵.

Vale destacar, entretanto, que esse processo não é simples, tampouco “instantâneo”, não significa que de um momento para outro, ser chamado e se auto-declarar Kalunga seja algo manifestado e assimilado positivamente por todos. Ao contrário, muitos permanecem não se identificando com essa denominação e a negam, principalmente os adolescentes que vão para a cidade de Cavalcante para estudar, já que na comunidade o ensino formal é oferecido apenas até a sexta série, ou seja para continuarem a exercerem o direito a educação, os estudantes quilombolas necessariamente têm de deixar suas famílias. Eles são discriminados na escola por serem da comunidade e são freqüentemente chamados de Kalungueiros de forma depreciativa, associando essa imagem a cor da pele, o que caracteriza uma prática racista.

Mas, essa questão não acontece apenas no ambiente escolar, foi identificado também em relatos de moradores de Cavalcante ao se referirem ao dia em que os Kalungas vão à cidade para ter acesso aos benefícios do Governo: aposentadoria e bolsa família, o povo da cidade se refere aos Kalungas como miseráveis, demonstrando, assim, o desrespeito para com a comunidade, como se os kalungas não tivessem direito a acessar as políticas públicas governamentais.

A história da Comunidade Kalunga é marcada pela luta e pela resistência da população negra em Goiás, aliada à luta pelo direito de permanecer em seu território, retomar as áreas sob ocupação de fazendeiros, que são as de melhor acesso e mais férteis, e ter garantido o direito de gestão desse território da forma como o grupo social julgar adequada. Muitas foram as conquistas, mas ainda há muito por lutar: acesso à educação básica, hoje é oferecido na Comunidade do Engenho II apenas até da 6ª série; acesso a uma educação diferenciada que considere a cultura da comunidade; mais facilidade de acesso à saúde; saneamento básico; luz; entre outros.

3.2.2. Estrutura socioespacial da comunidade do Engenho II

A estrutura espacial da comunidade do Engenho II reflete as relações sociais produzidas por essa comunidade, fortemente ancoradas nas relações de parentesco, ancestralidade e com a

⁵⁵ Para saber mais sobre a inversão de significado da palavra Kalunga e de ser Kalunga ver: JATOBÁ, Danielli. **A comunidade Kalunga e a interpelação do Estado: da invisibilidade à identidade política**. Brasília: 2002 – tese de mestrado Departamento de Antropologia – programa de pós-graduação em Antropologia Social.

natureza. Dessa forma, os aspectos identitários e territoriais orientam uma forma espacial específica que vem sendo produzida pela comunidade do Engenho II historicamente, caracterizando-se como grupo étnico que resiste ao longo da história como um “‘tipo organizacional’, por meio de processos de exclusão e inclusão que permitem definir os limites entre os considerados de dentro e os de fora” (O’DWYER, 2004, p. 183).

O território da comunidade do Engenho II vem-se transformando significativamente desde a década de 1980, verifica-se perda contínua de território físico, principalmente as terras adequadas para cultivo e esse processo é o objeto de análise do presente trabalho, ou seja, identificar o processo de transformação recente desse território e os aspectos associados a essa transformação.

Pelas narrativas dos moradores da Comunidade do Engenho II acerca dos elementos que constituem o seu território, foi elaborada uma série de mapas com as referências histórico-culturais do sítio. O objetivo inicial do mapeamento foi subsidiar a análise do processo histórico-espacial recente da comunidade, mas os mapas revelaram também a estrutura socioespacial da comunidade.

De acordo com os mapas 3.6e 3.7, é possível constatar que a estrutura espacial da Comunidade do Engenho II é composta por dois elementos organizacionais principais: a área de concentração, local onde a maioria da comunidade habita, denominada Núcleo da Comunidade do Engenho II, e uma área mais abrangente em que se identificam principalmente as áreas de roçado e de ocupação antiga (antigas moradas, ranchos de roças e cemitérios), denominada Área de Ocupação Antiga e de produção.

Tendo como referências os dois elementos espaciais principais que constituem o território do Engenho II e os estudos sobre padrões de estruturas espaciais de comunidades remanescentes de quilombos desenvolvidos por SANZIO (2006), propõe-se a seguinte análise da estrutura socioespacial dessa comunidade:

a) Núcleo da Comunidade do Engenho II:

A Comunidade do Engenho II, no contexto atual, possui uma configuração espacial estruturada a partir do eixo da estrada de terra que liga a Comunidade à cidade de Cavalcante. Entretanto, verificou-se que esse elemento não foi sempre determinante para o processo de estruturação socioespacial da comunidade. Pelos mapeamentos, identificou-se que, até a década

de 1980, o principal eixo estruturador que determinava o padrão de ocupação era a proximidade dos rios e seus afluentes, conforme destaca SANZIO (2006, p. 53).

No entanto, não foi apenas a estrada, com sua facilidade de acesso a cidade de Cavalcante, que passou a determinar o novo padrão de ocupação do território, destacam-se também a construção da Escola Joselina Francisco Maia, no ano de 1985, e a compra e venda legal e ilegal de terras dentro do território da Comunidade, transformando significativamente a paisagem do lugar. Desta forma, verificou-se que o principal aspecto que levou à configuração de um novo padrão de estrutura espacial foi o rápido crescimento e a expansão das fronteiras da região Centro-Oeste, aliado ao processo histórico de ocupação irregular (sem documentos e registros cartoriais comprobatórios) do território que levou à prática da grilagem. Todos esses aspectos determinaram as transformações ocorridas na estrutura socioespacial da Comunidade do Engenho II.

Mapa 3.9 - Uso e Ocupação do Território (Núcleo da Comunidade)

Considerando os esquemas propostos por Rafael Sanzio (2006) sobre as estruturas socioestruturais de comunidades remanescentes de quilombo brasileiras, é possível dizer que, para o caso da Comunidade do Engenho II, identifica-se uma fusão de duas estruturas: Estrutura conduzida pelo curso de água e Organização linear orientada pelo sistema viário, de acordo com as figuras 3.6 e 3.7. Essa fusão entre padrões organizacionais evidencia-se nos mapas de Ocupação antiga e do Núcleo da Comunidade do Engenho II.

Figura 3.6 - Estrutura conduzida pelo curso de água

Figura 3.7 - Organização linear orientada pelo sistema viário

Padrões de estruturas espaciais. Fonte: SANZIO (2006, p. 53)

As referências culturais que constituem o território da Comunidade do Engenho II são: elemento comunitário (chamado de Barracão); Moradias, Roças e Cemitérios, todos esses elementos são associados, mas possuem significados próprios e que definem a configuração espacial e a territorialidade da Comunidade do Engenho II.

De acordo com o mapa 3.10, o Barracão é o elemento agregador da comunidade, é nesse espaço que se realizam as reuniões das pessoas da comunidade para tomada de decisões, cerimônias católicas, eventos políticos e celebrações referentes a datas religiosas. Há um lugar destinado a construção da Igreja Católica que, segundo os membros da comunidade, já foi abençoado pelo padre e os recursos para sua construção estão sendo angariados pelos moradores do Engenho II, com o turismo e com doações. No núcleo da comunidade, há uma Igreja evangélica construída que vem reunindo crescentemente fiéis, provavelmente porque seus cultos são celebrados semanalmente, ao contrário das cerimônias católicas que ocorrem mensalmente, apenas quando o padre visita a comunidade.

O espaço do Barracão funciona também como lugar de paragem para viajantes que vêm de outras comunidades do Território Kalunga. Essas pessoas geralmente estão a caminho da cidade de Cavalcante com o objetivo de vender e comprar produtos, receber aposentadorias ou recursos referentes a programas governamentais de inclusão social, ter acesso ao posto de saúde ou ainda para visitarem parentes, entre outras necessidades.

A Escola é outro elemento que possui aspectos que a configuram como elemento agregador, já que, nesse espaço, as crianças, adolescentes, jovens e adultos estudam e passam parte de seu dia-a-dia compartilhando a experiência do aprendizado formal e não-formal. Aos finais de semana, alguns adultos freqüentam a escola para concluir o ensino básico, por meio do programa Telecurso 2000⁵⁶ e contam com a orientação de uma professora da comunidade.

Outro elemento agregador é o Córrego Cumundanga, onde as crianças brincam, banham-se e muitas mulheres lavam roupas. Há casas em que há infra-estrutura para lavagem de roupas, mas a maioria das mulheres continua lavando as roupas à beira do córrego.

A moradia e sua localização dentro do território do Engenho II estão associadas à proximidade ao eixo da estrada e à Escola e, em alguns casos, as famílias constroem suas moradias próximas a de parentes pertencentes ao seu núcleo familiar. A relação de parentesco, entretanto, manifesta-se com mais ênfase no espaço das roças.

Há dois cemitérios na Comunidade, situados em diferentes lugares: um em local mais afastado, onde são enterrados adultos e idosos e outro, situado próximo a Escola, onde são enterradas as crianças, chamado de Cemitério dos Anjos. Segundo relato dos moradores da comunidade, as crianças são enterradas em local especial por serem consideradas almas puras.

⁵⁶ O Telecurso 2000 é uma metodologia educacional que integra conteúdos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio utilizando multimeios. A iniciativa oferece uma nova oportunidade de concluir os estudos básicos. Foi criado em 1995 pela Fundação Roberto Marinho e pela Fiesp.

b) Área de Ocupação Antiga e de produção

As roças sempre são cultivadas por um grupo de pessoas, geralmente membros do mesmo núcleo familiar. Os nomes dados às roças são associados às características naturais da localização da roça ou ainda a bichos e rios. A tabela 3.5 relaciona as áreas de roças, em que se identificam também os nomes das famílias as cultivam, organizam e produzem esse espaço⁵⁷:

Tabela 3.5 - Roças da Comunidade do Engenho II

<i>Nome da Roça</i>	<i>Famílias produtoras</i>
Tamanduá e Chapadinha	Na área de roça do Tamanduá, cultivam o Sr. José Francisco Maia (conhecido como Sr. Zeca), e seu filho Joaquim Francisco Maia. Na área de roça da Chapadinha, cultiva o Sr. Ubiraci Francisco Maia. Essas duas áreas estão bastante próximas e estão dentro da Fazenda Paciência.
Paciência	Antônio dos Santos Rosa.
Bom Jesus	Bartolomeu dos Santos Rosa (conhecido como Sr. Berto); Leonardo dos Santos Rosa; Leocádio dos Santos Rosa; Domingos dos Santos Rosa; Gustavo dos Santos Rosa; Manoel Rodrigo da Conceição (marido de Irani Hernesto Tenesmaes).
Chambá	Augusto; Insulina dos Santos Rosa (irmã do Sr. Berto) e seu filho João dos Santos Rosa.
Choco	Agripino dos Santos Maia; Valdo (gerente da fazenda); Quincas (morador do Vão de Almas); Regino; Genésio; José Neri dos Santos Rosa e Francisco.
Candarú	Geraldo Francisco Maia; Joaquim (de Cercunda); Cirilo; Bernaldino Paulino.
Segredo	Ubiraci Francisco Maia; Salomão Francisco Maia (filho de Sr. Lió).

⁵⁷ No processo de identificação das famílias que produzem as roças do território, realizado por meio de entrevistas e conversas com membros da comunidade, nem sempre foi possível identificar os nomes completos das pessoas, tampouco todas as famílias que produzem em determinado local. Vale destacar também que algumas pessoas cultivam suas roças em mais de um lugar e que, apesar de haver uma referência geográfica desses lugares feita com o objetivo de produzir o mapeamento do território do Engenho II, sua abrangência permite a produção de várias roças.

Chapadinha	Ubiraci Francisco Maia
Mato Seco	Marco Antonio Cesário de Torres, João Neto, Joaquim (filho do Sr. Zeca); Emivaldo Felipe de Souza (Tó).
<i>Nome da Roça</i>	<i>Famílias produtoras</i>
Palmeira	Elói Francisco Maia e seu filho Elias Francisco Maia; Bernaldino Paulino (irmão de Elói)
Brocotó	Emiliano dos Santos Ferreira, José Néri e Elói Francisco Maia.
Marça	Roberto, Geraldo, Agripino dos Santos Maia; Bernaldino Paulino.
Marçazinho	Valdo dos Santos e Bernaldino Paulino.
Terra Vermelha	Cesário Paulino da Silva
Cercado	Sra. Basília Pereira José dos Anjos e Bernaldino Paulino
Bucaina	Joaquim Francisco Maia; Simão dos Santos Rosa; Edmundo Paulino da Silva; Jacinto Paulino da Silva; Benedito; João dos Santos Rosa; Francisco dos Santos Rosa; Jesuíno e Ubiraci Francisco Maia.
Fundão	Ranulfo dos Santos Rosa; Sr. Jilo Rodrigo da Conceição (conhecido como Véio), este senhor reside no Vão de Almas e há outras pessoas de lá que também cultivam sua roça no Fundão.

As formas organizacionais, como as roças, são cultivadas e os nomes dados a esses lugares dizem acerca da estrutura socioespacial da Comunidade do Engenho II. A partir da tabela 3.5, verifica-se que as áreas de roçado são cultivadas entre familiares e o cultivo vem sendo realizado na mesma área pelos antepassados dessas mesmas pessoas. Vale destacar, entretanto, que a ampla maioria dessas pessoas são parentes e provém de uma origem comum, há uma variante pequena de sobrenomes: Francisco Maia, dos Santos Rosa, Paulino da Silva, acima identificados, e alguns outros como Moreira da Silva e Cesário de Torres, o que caracteriza a descendência comum, composta de maioria negra.

Na tabela 3.5, foram citados os nomes dos homens adultos das famílias, mas a atividade na roça é realizada por todas as pessoas da família, mulheres, crianças, adolescentes e jovens,

cada um com sua forma de contribuir. Nas épocas de plantio e colheita, as famílias inteiras vão para a roça e permanecem nas casas de roça até concluírem a atividade, são áreas relativamente distantes para percorrer diariamente, conforme demonstrado no mapa 3.8. Essa prática recentemente tem-se transformado devido ao calendário da escola formal, mas ainda algumas crianças e adolescentes perdem aulas nesses períodos do ano. Essa questão deve ser considerada, entre outras já citadas ao longo do presente trabalho, para uma educação voltada ao respeito à diversidade. Vale destacar que a atividade das crianças na roça, ao menos nas roças visitadas na Comunidade do Engenho II, não se caracterizam como trabalho infantil; ao contrário, as crianças são inseridas no processo produtivo para conhecerem seu desenvolvimento, estarem com seus familiares e, assim, valorizarem sua terra.

O plantio é variável, a agricultura não é mecanizada e, em apenas uma entre todas visitadas foi identificado o uso de fertilizantes e agrotóxicos (figura 3.8). Os instrumentos de trabalho utilizados são, principalmente, enxada e foice. O ciclo de plantação inicia-se em meados de março e vai até maio (período em que foram realizadas as pesquisas de campo), mas, como são cultivados diferentes alimentos, há também colheitas em épocas fora das citadas.

Figura 3.8 - Diversidade de cultivos – Roça da Paciência

Nas roças visitadas, foram identificados os seguintes cultivos: mandioca, milho, abóbora, cana, arroz e feijão, além do cultivo de frutas como laranja, goiaba, banana, manga, melancia, limão e mamão, bem como as demais frutas e legumes típicos do cerrado como o buriti, baru, pequi e guariroba.

Os pomares, nas áreas de ocupação antiga são muito comuns e, muitas vezes, são as únicas indicações que demonstram que naquele lugar houve ocupação de membros da Comunidade. No entanto, atualmente, no Núcleo da Comunidade do Engenho II, poucas são as famílias que utilizam esses espaços para fazerem pomares, a maioria faz o cultivo das frutas e hortaliças no próprio espaço das roças, provavelmente devido à especificidade do solo.

Entre os produtos básicos da agricultura kalunga estão: a mandioca, o arroz, o feijão e o milho. A mandioca destaca-se como produto utilizado para comercialização e troca e os demais são cultivados para consumo.

Vale destacar que a colheita do arroz passa por um processo diferente dos demais. Após serem colhidos, os ramos são estendidos no chão para ressecar (ver figura 3.9), em seguida são batidos em uma estrutura de madeira. Nessa parte da colheita, é necessário que a produção seja vigiada para protegê-la de insetos, pássaros e roedores. Em seguida, o arroz é ensacado e a provisão é guardada para o restante do ano. Geralmente a colheita é feita por homens adultos, a batida do arroz é feita por mulheres adultas e as crianças ajudam principalmente a vigiar. Destaca-se também que, no período da colheita, as famílias que fizeram a produção convidam outras pessoas para ajudar na colheita, principalmente aqueles que, por algum motivo, não puderam fazer sua roça naquele ano.

Figura 3.9 - Arroz colhido e separado para ser batido

Esses cultivos constituem a estrutura alimentar que vem garantindo a sobrevivência da Comunidade do Engenho II. Vale destacar que recentemente, as várias comunidades do Sítio Histórico Kalunga têm recebido cestas básicas dos governos estadual e federal, mas, no período de realização do presente trabalho (aproximadamente 90 dias), ocorreu apenas uma entrega de cestas básicas. Isso aconteceu em uma festa promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em que houve uma cerimônia de entrega de presentes às crianças e distribuição das cestas de alimentação. Participaram dessa festa todos os membros da Comunidade do Engenho II, alguns outros de outras localidades da área Kalunga, houve batuque e dança da Sussa – típica dos Kalungas (figura 3.10).

Outro aspecto apontado na identificação das roças da Comunidade do Engenho II está associado à fluidez das fronteiras entre as comunidades que compõem o Sítio Histórico Kalunga. Segundo relato da Sra. Francisca Pereira das Virgem, moradora do Vão de Almas, que cultiva sua roça no Fundão, a opção da família por essa localidade está associada a qualidade do solo.

A área do Fundão é parte de uma fazenda e para que as famílias possam fazer suas roças precisam pagar pelo uso da terra, conforme destaca a Sra. Francisca “aqui nós temos um acordo com o Avelino, gerente da fazenda, se coletar 30 sacas, passamos 5 para a proprietária”. Revela-se assim que as fronteiras são fluidas entre as pessoas das comunidades do Sítio Histórico, mas não com relação aos proprietários das terras que fazem parte dessa grande área. Esse aspecto será tratado mais detidamente no próximo capítulo.

Figura 3.10 - Entrega de presentes às crianças da Comunidade do Engenho II no Barracão – abril/maio de 2005, realizada por técnicos do MDS

A configuração cartográfica, o espaço construído e os levantamentos de história oral indicam que o processo de ocupação da terra entre as serras e vãos está associado à preocupação inicial da formação da maioria dos quilombos: construção de uma sociedade autônoma.

3.2.3. Territorialidade e resistência na comunidade do Engenho II

A estrutura espacial revela que a estrutura social da Comunidade do Engenho II é regida por espaços privativos de cada unidade familiar (moradias) e também por espaços coletivos. A todos é garantido um lugar para construção de sua moradia e acesso às roças, mesmo aos que tenham mudado para outros lugares. Aqueles que se mudam e resolvem retornar sempre terão seus espaços para construir sua casa, plantar sua roça, garantindo assim a reprodução da vida de sua família e a continuidade do grupo social. “A divisão territorial simbólica é preservada e permite que todos tenham abundância de víveres. O direito de ir e vir, o uso das águas, caçar e pescar é um direito de todos” (BAIOCCHI, 1999, p. 76).

Conforme indicado na tabela 3.5 a Comunidade do Engenho II, assim como todas as comunidades da área Kalunga, são endogâmicas, aspecto que fortalece os laços de parentesco e a identidade étnica. Nas entrevistas de cadastramento, realizadas no processo de georreferenciamento do território da Comunidade do Engenho II, algumas pessoas, ao serem perguntadas sobre seu estado civil, responderam serem casadas na fogueira, principalmente entre os mais idosos.

Segundo relatos da população local, esse ritual acontecia com mais frequência antes da década de 1980, época em que os kalungas tinham menos acesso às cidades mais próximas. Trata-se de uma celebração que ocorre durante as festas de culto aos santos católicos, essas “festas reproduzem seu modo de vida e sua visão de mundo, um momento do inconsciente coletivo, uma crônica histórica” (BAIOCCHI, 1999, p. 62).

Todo espaço quilombola e sua construção cotidiana constituem um modo de vida autônomo e “reconstrói concretamente um tipo de organização territorial de origem africana no novo espaço denominado Brasil” (SANZIO, 2006, p. 46). Os quilombos representam concretamente a resistência da população negra ao processo de dominação a que os povos africanos foram submetidos entre os séculos XVI e XIX. Cada elemento que constitui esse

espaço, determinado por uma territorialidade própria, traduz aspectos relacionados a resistência, manifestados materialmente pela organização territorial, fortemente ancorada na organização espacial de sítios africanos e, imaterialmente pela importância dada aos ancestrais, aspecto que orienta todos os demais elementos materiais e imateriais da cultura, como a relação com a terra, a força matriarcal e a religiosidade.

Para os quilombolas, o significado da terra está associado aos seus ancestrais, comuns a todos os membros da comunidade, portanto a terra é um espaço de produção coletiva, de socialização e, sobretudo, sagrado. Dessa forma, consoante Sanzio (2006, p. 46), o espaço dos quilombos caracteriza-se como um fenômeno social concreto e associado a um processo histórico que ultrapassa as referências que a História, chamada de oficial, reproduz, ou seja, trata-se de um “processo territorial” com características próprias, fundamentadas na resistência do povo africano, afro-brasileiro e também em sua aliança com os povos indígenas, bem como com muitas outras pessoas excluídas da sociedade colonial e pós-colonial, caracterizando-se, assim, como um espaço para organização e fortalecimento desses grupos marginalizados em face da elite brasileira.

O estudo do território e da territorialidade da Comunidade do Engenho II, e seu processo de transformação espacial revelam aspectos que vão ao encontro da perspectiva que considera o espaço quilombola como processo territorial, ou seja, que sua história vai além da história do Brasil, visto, na maioria das vezes, sob uma perspectiva que considera a história desse País apenas a partir da colonização portuguesa.

Observar os quilombos como processos territoriais é considerar toda sua dimensão enquanto fenômeno social concreto de resistência da população africana e de seus descendentes ao sistema escravocrata. É considerar os quilombolas como sujeitos sociais e que, portanto, se encontravam em permanente processo de elaboração e reelaboração de seu papel na sociedade. Para isso, pautavam-se em suas referências culturais africanas e em seus ancestrais para elaborar diferentes mecanismos para consolidar o processo de construção de igualdade de direitos em seu novo território, tendo como objetivo primeiro a libertação de todos os negros em condição escrava.

Ao considerar a questão da construção da igualdade de direitos, como o objeto central da luta da população negra e de outras minorias étnicas, amplia-se a visão acerca do conceito de quilombo, situando-o em um processo histórico que vem se reelaborando de acordo com o

contexto ao qual está relacionado e inserido, ou seja, espaços como os terreiros, irmandades religiosas negras.

Esses espaços de resistência da população negra são de acesso restrito, por um lado, devido à discriminação quanto às práticas culturais e religiosas de origem africana; por outro lado, por ser um espaço de resistência e de afirmação da população negra em uma sociedade preconceituosa. A partir desta perspectiva ampliada do significado dos quilombos como espaços de resistência, deve-se associar também espaços em que a população negra constitui a maioria da população como os presídios. Esses espaços não são escolhidos por essas pessoas, eles retratam a relação entre a cor da pele e a exclusão social no Brasil. Mas, a análise destes estes espaços deve considerá-los sob o prisma das desigualdades raciais no Brasil, portanto reflexo do racismo.

A Constituição do Brasil, de 1988, é um marco no processo de consolidação da democracia, em seu sentido pleno. Um dos aspectos que revelam sua importância foi a ampla participação dos movimentos sociais junto ao Congresso Nacional, reivindicando e contribuindo para a construção dessa Carta Maior, que busca retratar todos os grupos sociais que constituem a nação. No entanto, a distância entre as leis e a prática social ainda é muito grande e atinge os mais diversos temas fundamentais da organização da sociedade brasileira, entre eles a noção dos direitos dos cidadãos.

Apesar de a Constituição declarar vários aspectos referentes aos direitos fundamentais do cidadão e da cidadã, há muitas lacunas relativas ao direito à diferença, como elemento fundamental da construção real de uma igualdade social. Esse aspecto revela a face mais cruel da chamada “igualdade de direitos” praticada no Brasil, ela expõe as diversas formas de exclusão e de discriminação às quais diferentes sujeitos são submetidos historicamente, em especial as minorias étnicas (negros, ciganos, indígenas, etc.).

Ao abordar de forma dialética a noção do princípio da igualdade de direitos em face da estrutura social do Brasil, faz-se necessário reconhecer as diferenças existentes entre as classes sociais e suas várias categorias organizacionais (étnico-raciais, gênero, classe, etc.), *vis a vis* o acesso aos bens sociais.

Em todo o mundo, minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, afetadas pelo desemprego e menos escolarizadas do que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, conseqüentemente menor expectativa de vida. Estas e outras formas de injustiça racial são a cruel realidade do nosso tempo, mas não

precisam ser inevitáveis no nosso futuro (Discurso de Kofi Annan, III Conferências Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, na África do Sul: 2001).

A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso aos bens sociais. Dessa forma, a adoção de políticas afirmativas para as minorias é fundamental para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse amplo contexto, insere-se o movimento social negro e o movimento social quilombola que vêm construindo, juntamente com outros grupos sociais, mecanismos para afirmarem seus direitos no Brasil. A Comunidade Kalunga é uma das comunidades remanescentes de quilombos politicamente mais organizadas e que possui considerável visibilidade no País, tendo sido referência para a aplicação de políticas públicas com recorte racial, por meio do Programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, iniciado em 2004.

Apesar do estimável avanço que as comunidades remanescentes de quilombo têm alcançado com relação ao acesso às políticas públicas e aos bens sociais fundamentais, a questão relativa aos direitos territoriais dessas populações permanecem muito pouco garantidas, apesar de ser um direito inscrito na Constituição.

A demanda da titulação das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas é bastante delicada e deve ser analisada com cuidado, tendo em vista assegurar o direito a todas as pessoas que fazem parte desses grupos sociais. Mas, isso não justifica o fato de que desde 1988, apenas 82 comunidades quilombolas tenham tido seus territórios demarcados e suas terras tituladas, documentação que desde o ano de 2003 é emitida pelo INCRA⁵⁸, mas que também foram emitidas, principalmente até o decreto 4.887/03, pela Fundação Cultural Palmares, Institutos de Terras em nível estadual e municipal (ver anexo B). Até o ano de 2007, 1.040 comunidades remanescentes obtiveram certidões de auto-reconhecimento, emitidas pela Fundação Cultural Palmares⁵⁹, conforme dispões o decreto 4.887/2003.

⁵⁸ Dados fornecidos pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, ligada a Diretoria de Ordenamento de Estrutura Fundiária do INCRA.

⁵⁹ Dados fornecidos pela Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares.

No Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, há duas comunidades que conquistaram a titulação de suas áreas: Contenda I e II, tendo sido tituladas por meio de “doação, em condomínio, com cláusula de inalienabilidade vitalícia” (SOARES, 1993, p. 12).

Sendo assim, o capítulo a seguir busca analisar o processo histórico-espacial da Comunidade do Engenho II, tendo em vista que, apesar da Comunidade do Engenho II, inserida dentro do movimento social negro, ter alcançado conquistas sociais historicamente negadas, vem perdendo o domínio sobre seu território, principalmente a partir da década de 1980.

4. O PROCESSO HISTÓRICO-ESPACIAL DA COMUNIDADE DO ENGENHO II

De acordo com as análises desenvolvidas nos capítulos precedentes, o objeto de estudo do presente trabalho é o processo histórico-espacial da Comunidade do Engenho II – Kalunga, o qual foi construído juntamente com os membros da comunidade, por meio de entrevistas, de conversas informais e de revisão teórica.

Neste capítulo, será analisado o processo de transformação ocorrido no território do Engenho II a partir da década de 1980. Durante o trabalho de campo, desenvolvido entre os meses de março e abril do ano de 2005, foram aplicadas várias entrevistas, no entanto, para efeito de aprofundamento da análise, foram selecionadas quatro entrevistas realizadas com a Senhora Getúlia Moreira da Silva, o Senhor Cesariano Paulino da Silva, o Senhor Cirilo dos Santos Rosa e Senhor Leopoldo Francisco Maia. Cada uma dessas pessoas tem uma participação diferenciada na comunidade e seus olhares sobre o processo histórico-espacial foram fundamentais para que essa pesquisa alcançasse a perspectiva dos sujeitos sociais, uma história que poderia vir a ser esquecida.

Na maior parte dos casos, o historiador da história feita pelo povo encontra apenas o que procura, não o que já está à sua espera. A maioria das fontes desse tipo de história foi reconhecida como tal apenas porque alguém fez uma pergunta e, em seguida, garimpou desesperadamente à procura de uma maneira – qualquer maneira – de respondê-la (HOBSBAWN *apud* MARCON, 2003, p. 14-5).

O processo da construção das fontes orais foi complexo, pois levou constantemente ao questionamento do tema escolhido, das questões teórico-metodológicas e das técnicas da história oral, já que a utilização dessas fontes não se limitava apenas a buscar informações objetivas nas narrativas; ao contrário, as fontes orais orientavam todo o processo de estruturação do trabalho e revelavam significados, valores e práticas sociais próprias da comunidade e do contexto (sócio-político-regional) em que ela está inserida. Toda essa experiência foi extremamente enriquecedora, já que possibilitou o exercício da revisão do papel das teorias, dos múltiplos significados da linguagem e do trabalho com a memória.

Assim, procurou-se utilizar as fontes orais de maneira mais dinâmica e aberta, considerando de forma renovada a concepção de construção da história e do conhecimento, em especial, nos aspectos referentes à dimensão da subjetividade e do envolvimento da pesquisadora e dos entrevistados/narradores na construção das fontes e de sua historicidade, vis a vis a memória que, em essência, não se constrói por sentidos objetivos, tampouco “adequadamente” situados no tempo.

As fontes de pesquisa produzidas por meio das entrevistas possibilitaram dialogar com o conhecimento que vem sendo produzido acerca do fenômeno social quilombola, abrindo novas perspectivas de investigação, pois “coloca em evidência o trabalho de parceria entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa e o papel da memória na reconstrução das experiências e dos fatos históricos” (MARCON, 2003, p. 17).

Os procedimentos adotados para a aplicação das entrevistas foram desenvolvidos em duas etapas principais, conforme já enunciado, sendo a primeira: aplicação de atividades lúdico-pedagógicas nas turmas do ensino formal, cuja temática abordada estava associada ao objeto de análise da pesquisa, em que se buscou trabalhar, principalmente, a valorização da identidade e do território do Engenho II. A segunda etapa iniciou-se a partir do contato inicial com os professores e estudantes, o que possibilitou o acesso às casas dos moradores e às conversas de fim de dia na cozinha à beira do fogão. Assim, pouco a pouco, o vínculo foi sendo estabelecido. Em todas as casas visitadas, a recepção dos moradores sempre foi muito gentil e a conversa sobre a pesquisa era sempre tratada com todos, principalmente quando se abordava as questões referentes aos conflitos pela posse da terra, por isso, em alguns casos, foram marcadas entrevistas aprofundadas.

A partir das indicações, apresentadas pelos membros da comunidade, sobre as referências culturais que compõem o território do Engenho II, foram realizadas três viagens para a identificação e georreferecimento desses elementos - áreas de roçado, áreas de antiga ocupação (fundações e resquícios de moradas, roçados e cemitérios) e sedes de fazendas que pertencem ao território do engenho II. Cada viagem durou, em média, dois dias e foram feitas a cavalo. O roteiro foi elaborado pelo Senhor Jorge Moreira da Silva, membro da comunidade, que também tratou da organização de toda a estrutura necessária para a realização das viagens. Os pousos foram feitos nas moradias e casas de roça das pessoas da comunidade, que gentilmente nos acolheram mesmo sem me conhecerem. As pessoas receberam-nos com muita gentileza e solidariedade, ofereciam um bom lugar para esticar a rede e convidavam-nos para as refeições, em função disso sempre levarei em meu coração todos esses gestos de amor e de acolhimento.

Nos períodos de descanso das viagens, foram realizadas as entrevistas e a identificação das referências espaciais situadas no Núcleo da comunidade. Concluídos os trabalhos na comunidade, partiu-se para o desenvolvimento de pesquisas no cartório da cidade de Cavalcante, bem como entrevistas com um dos ex-proprietários da Fazenda Paciência e com a presidente da Associação Kalunga – Cavalcante, à época a Sra. Deuselina Francisco Maia.

A partir dos dados coletados em campo, foram elaborados diversos mapas temáticos (ver mapas 3.8; 3.9; 3.10), em que foi possível verificar a territorialidade da Comunidade do Engenho II e, principalmente, o processo de perda do território físico e a transformação de sua estrutura socioespacial.

Tendo como referência o recorte temporal proposto para a análise recente do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II: o período entre 1988 e 2005, bem como as narrativas dos moradores da Comunidade, pretende-se compreender os fatores que levaram ao processo de perda do território físico.

Entre os anos de 1988 e 2005, verificou-se a materialização de um processo gradual de organização político-social dos kalungas, que culminou em três conquistas importantes: a inserção do Artigo 68 na Constituição, que trata da titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos; o tombamento do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural; e a inserção da comunidade em vários programas sociais.

O fortalecimento da organização social da Comunidade Kalunga também gerou processo acelerado de apropriação da terra pelos fazendeiros, por meio da compra legal e ilegal de terras. No mapa 3.10, verifica-se a presença de oito sedes de fazendas no território do Engenho II, sendo elas:

- a sede mais ao norte do mapa é da Fazenda Choco;
- as que estão na parte central do mapa, acima do Núcleo da Comunidade são as sedes das Fazendas Paciência, Chapadinha e Segredo;
- as que estão na parte central do mapa, abaixo do Núcleo da Comunidade são as sedes das Fazendas Bucaina, Fundão e Engenho Santo Antonio;
- a que está situada na parte mais ao sul do mapa é a sede da Fazenda Nova Aurora.

É importante destacar que a área de estudo mapeada não corresponde a todas as áreas e referências espaciais indicadas nas entrevistas pelos moradores da comunidade, mas é uma parte significativa do território, 172, 7 km² e possibilitou os estudos do processo histórico-espacial da comunidade. As demais fazendas citadas pelos moradores da comunidade e que não foram georreferenciadas são: Fazenda Ave Maria; Fazenda Piteira; Fazenda João Rodrigues; Fazenda Pequi e Fazenda Maquiné, sendo assim, no território da comunidade do Engenho II estão presentes o total de treze fazendas.

Cada uma dessas fazendas formou-se em determinado período, mas, de acordo com as narrativas dos moradores do Engenho II, após a década de 1980, o impacto gerado por elas, principalmente o processo de desterritorialização, ocorreu de forma mais dinâmica.

Vale destacar também que entre as décadas de 1960 e 1980 esta região experimentou um processo de expansão de fronteira agrícola, no qual a criação de gado predominou, além da histórica exploração de minérios. Já, na década de 1980, a Microrregião da Chapada dos Veadeiros, em especial a cidade de Alto Paraíso- GO, inseriu-se fortemente como novo pólo turístico.

Essas múltiplas variáveis e escalas de impacto geraram transformações significativas no território Kalunga e no Engenho II. Com a valorização da região, a venda de terras ocorreu de forma acelerada e, na maioria das vezes, de maneira ilegal.

Esse amplo e diversificado processo de transformações na dinâmica territorial da Microrregião da Chapada dos Veadeiros gerou a desterritorialização de grande parte das comunidades da área Kalunga, entre elas a comunidade do Engenho II. Muitos acabaram migrando para os centros urbanos, principalmente para Cavalcante, constituindo inclusive uma área em que a maioria dos habitantes é kalunga, o bairro Morro Encantado.

Assim, como qualquer processo de desterritorialização, em que a população é forçada a deixar seu território, o conflito e a violência estabeleceram-se. No caso do Engenho II, os dois grupos antagônicos (kalungas e fazendeiros) fortaleceram-se e acionaram seus instrumentos para fazer valer seus interesses e direitos. Sendo assim, espera-se que, por meio das narrativas dos membros da comunidade, sejam revelados aspectos referentes à resistência da comunidade diante do processo de desterritorialização, bem como a própria dinâmica do processo de fortalecimento da identidade política dessa comunidade. Além destas fontes de análise, serão utilizados os mapas como importante instrumento de análise sócio-espacial.

4.1. Portas abertas e conversa à beira do fogão à lenha

A análise da territorialidade da comunidade do Engenho II, abordada inicialmente no capítulo 3, é um dos principais elementos apontados pelos narradores. Apenas por meio da compreensão do significado do território para essa comunidade é que se pode entender a permanência e a resistência desse povo no lugar.

(...) é aqui que eu sei viver, é aqui que eu sei. É, por exemplo, aqui eu sei andar aqui dentro, remexer essas serras de pra todo lado e sei tirar também os alimento, as coisas alimentares né, e fora daqui pra mim a vida não tem sentido porque aqui que eu sei aonde a terra permite o plantio de cada espécie de planta de manutenção e, pra mim, aqui é o que significa, tem grande significado aqui, então pra mim aqui se eu sair daqui minha vida acabou o sentido (Senhora Getúlia Moreira da Silva⁶⁰).

O conhecimento da população acerca do território é compartilhado, todos têm pleno domínio desse vasto território, identificando as áreas adequadas ao cultivo, as áreas adequadas para criação de gado, o conhecimento dos frutos nativos do cerrado, as ervas e óleos de plantas e árvores que servem para tratamentos de pequenos males e, principalmente, as fronteiras que delimitam o seu território.

Todo esse conhecimento é tradicionalmente construído, ou seja, vem sendo passado de geração para geração, mas sob uma perspectiva de renovação da cultura, o que garante sua permanência no tempo.

Esse aspecto pode ser verificado nas transformações da arquitetura das casas do Engenho II. Recentemente, a comunidade teve acesso a recursos financeiros para construir suas moradias em alvenaria, essa oportunidade levou alguns a deixarem suas casas de adobe e/ou pau-a-pique com cobertura de palha de pindoba para viverem nas novas casas de alvenaria. Mas, a maioria optou por aumentar suas casas, ou seja, manter a casa de adobe, ampliando-a com os novos materiais de alvenaria, conforme se pode verificar no mapa (3.10). Vale destacar que a parte da casa que era de adobe passou a ser a cozinha das casas (figura 4.1), principal e maior cômodo das moradas figura.

⁶⁰ A Sra. Getúlia Moreira da Silva nasceu na comunidade do Engenho II em 11 de junho de 1958. Sua participação na comunidade é muito significativa, principalmente nas atividades relativas à organização dos cultos católicos, é ela quem mobiliza a comunidade para os dias em que há missa e também para a realização das festas dos padroeiros.

Figura 4.1 - Cozinha de uma das casas da Comunidade do Engenho II

Esse aspecto revela uma característica importante da cultura da comunidade, ou seja, o desenvolvimento é bem-vindo, mas ele é absorvido de acordo com as necessidades e as opções da própria comunidade. Entretanto, com o acesso a energia elétrica, fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população, e a chegada dos aparelhos de televisão, as salas das casas passam a ter um novo significado, transformando os usos dos espaços das moradias⁶¹.

Conforme destaca Leite (2005), a terra pode ser vista como uma metáfora para a compreensão desse grupo social, ou seja, compreender a relação dessa comunidade com a terra e com o seu território significa compreender sua estrutura social.

Na comunidade, entre os adultos, poucos são alfabetizados, apenas aqueles que conseguiram freqüentar as aulas dadas pela professora Joselina Francisco Maia, nas décadas de 1970 e 1980. Sendo assim, o conhecimento ao qual a maioria tinha acesso era aquele repassado pelos membros de seu núcleo familiar e por todos os adultos e os idosos da comunidade. Um conhecimento fortemente voltado à valorização da natureza, da terra, da religião e do uso sustentável dos recursos naturais. Portanto, o vínculo dessas pessoas com o seu território e o cuidado com os idosos são os principais elementos que organizam a estrutura social da comunidade.

⁶¹ No período da realização do presente trabalho, apenas uma casa possuía aparelho de televisão.

Todos os elementos que organizam a estrutura socioespacial da comunidade estão referenciados na identidade, que é estruturalmente etnocêntrica, na qual o sujeito define-se devido à sua integração na comunidade, ancorado na descendência e na ancestralidade. Assim, é possível afirmar que a estrutura socioespacial da Comunidade do Engenho II é orientada pela cosmovisão africana, na qual, fundamentalmente, todos os elementos da vida social e da natureza são integrados e compartilhados: história, memória, educação, religião, produção, etc. e situados em um território próprio, de acordo com a definição apresentada por Henriques (2003).

Apesar de haver fluidez entre as fronteiras das diferentes comunidades que constituem o território Kalunga, cada uma possui história própria, mas, ao mesmo tempo, associada às das demais comunidades. Conforme apontado por Baiocchi (1999), no Sítio Histórico Kalunga, encontram-se quarenta e sete agrupamentos ou municípios – denominação dada pelos Kalungas.

Comunidade do Vão de Almas é uma, Engenho II é outra, Vão do Moleque é outra, Comunidade do Prata é outra. [E você tem descendentes nessas outras comunidades?]⁶² Em todas elas. [E o senhor se encontra com eles sempre ou não?] É sempre que encontra. É quase sempre em ocasiões de festa ou então a gente sai, desloca, vai lá. Ou eles vêm aqui e param porque aqui é ponto estratégico de toda a parte, não é. Aqui vem do Vão de Almas, é para aqui que vem a cavalo, é para aqui que vem do Vão do Moleque a cavalo, tem que ser aqui, queira ou não queira tem que ser por aqui. Então, aqui é o ponto aonde, tanto é que eles mesmo exigiram que a sede da Associação tem que ser aqui. O próprio Vão de Almas, o próprio Vão do Moleque aceitaram que a sede tinha que ser aqui, porque aqui é o ponto estratégico de encontro locais (Cesariano Paulino da Silva⁶³).

A forma pela qual os kalungas exercem o domínio sobre determinado território é diferente daquela realizada pelos fazendeiros, ou seja, apesar de haver o reconhecimento de territórios independentes uns dos outros, há livre trânsito entre os agrupamentos, além do uso comunitário da terra, que pertence a todos, pois todos descendem do mesmo “tronco⁶⁴”.

Eu sei bem que esses muquerão de serra aí, os daqui pertence aos daqui e pertence ao Vão de Alma também né, que eu pertenço aqui e pertenço o Vão de Alma, então a gente aqui do Engenho como do Vão de Alma é um sangue só, sabe, é um sangue só, então trabalha na mesma área também, os de lá trabalha aqui porque lá

⁶² Os trechos entre colchetes [], presentes em algumas narrativas, são perguntas feitas pela pesquisadora ao entrevistado ou referência ao contexto em que a narração se insere ou ainda explicações de palavras ou expressões locais.

⁶³ O Sr. Cesariano Paulino da Silva é o responsável e o orador dos cultos que ocorrem na Igreja Evangélica, situada na comunidade.

⁶⁴ Tronco é o nome dado pelos membros da comunidade para indicar a ancestralidade comum dos Kalungas.

embaixo não dá feijão e nem milho, então eles planta feijão e milho é pra cá também aqui que pertence ao Engenho (Senhora Getúlia Moreira da Silva).

O uso comunal da terra tem sido fortemente ameaçado, já que boa parte das áreas adequadas ao cultivo e à criação de gado foi apropriada por fazendeiros, impedindo o acesso às áreas comunitárias de produção. Além disso, outra prática comum entre os quilombolas é a criação de gado *vacum*, historicamente desenvolvida na região do Brasil Central. Para esse tipo de criação, fazem-se necessárias grandes extensões de terra onde o gado é criado solto. Mas, como estratégia para expulsar os membros da comunidade das áreas adequadas para a criação de gado, os fazendeiros, muitas vezes, roubam o gado, já que a criação fica solta pelo território. Devido a esse problema, atualmente, os poucos membros da comunidade que têm condições de criar gado o fazem em áreas cercadas.

O gado é criado solto, só que agora não tá solto, tá preso nos corredor⁶⁵, né. As terra tá fechada com os fazendeiro, (...) deixa ele [o gado] solto, o pessoal acaba roubando e nós levando prejuízo, sumindo gado aí (Cirilo dos Santos Rosa⁶⁶).

Outra estratégia bastante utilizada pelos fazendeiros para apropriação do território do Engenho II, historicamente aplicada pelos grileiros, é realizar a compra de determinada extensão de terra, mas demarcar e cercar uma área muito maior.

(...) Eles [os fazendeiros] compraram uma posse. Foi vendido aqui 105 alqueires de terras aí, olha. Mas, eles tem um documento de oitocentos e tanto (...) [Mas, tem documento assinado?] Bom, feito aí no cartório. [bate uma mão na outra, mostrando que não se pode confiar no cartório] Daí para lá, eu não sei. Só sei que 105 foi vendido, não é (...) É, e eles não pegaram documento definitivo assim (...). Eles pegaram assinatura, declaração de compra e venda. Com essa declaração eles triplicaram (...).

De posse dos documentos, a apropriação das áreas do território do Engenho II foi acontecendo. Os fazendeiros foram, pouco a pouco, estabelecendo-se, expulsando os moradores das áreas, destruindo as roças e impedindo o acesso a elas, cercando as áreas, construindo as sedes das fazendas e criando gado.

⁶⁵ Os corredores, citado pelo Sr. Cirilo, são as áreas ainda disponíveis entre as cercas de delimitação de uma fazenda para outra.

⁶⁶ O Sr. Cirilo dos Santos Rosa nasceu e foi criado no Engenho II e hoje é a principal liderança da comunidade, exercendo inclusive a atividade de tesoureiro da Associação Kalunga de Cavalcante, criada em 26 de agosto de 2006.

São várias as estratégias realizadas pelos grileiros e fazendeiros para tomarem posse das terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade do Engenho II (figura 4.2). Mas, apesar dos fazendeiros terem logrado na conquista de ocupação das principais áreas adequadas para produção, os Kalungas permanecem resistindo.

Figura 4.2 - Casa do gerente da fazenda Engenho Santo Antônio, local de antiga morada da Sra. Santana da comunidade do Engenho II

Cada uma das treze fazendas (proprietários e funcionários), situadas no território do Engenho II, utilizou diferentes instrumentos para garantir a saída dos kalungas do Engenho II de suas áreas, devido à diversidade de estratégias não seria possível analisar todas no presente trabalho. Sendo assim, optou-se por analisar o caso da Fazenda Paciência, em que há vários sujeitos sociais envolvidos, com diferentes interesses. Nesse caso, foi possível ouvir e entrevistar algumas das pessoas envolvidas na história da compra das terras. Por meio desse caso, pretende-se demonstrar o quão complexas são as relações sociais nesse lugar e seus desdobramentos no processo de desterritorialização das pessoas da comunidade do Engenho II.

4.2. As cercas e a luta pelo território ancestral

Conforme indicado no capítulo 2, quase toda extensão da estrada de acesso a Comunidade do Engenho II é margeada por cercas que demarcam as áreas das fazendas. No trecho entre a cidade de Cavalcante e a comunidade, estão situadas as fazendas: Boa Vista, Nova Aurora e Engenho Santo Antonio. Destas, apenas a fazenda Boa Vista não está dentro do Sítio Histórico Kalunga, o que não significa que não é território kalunga.

A área demarcada como Sítio Histórico é extensa e se sobrepõe aos limites administrativos, abrangendo três municípios: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina, fato que demonstra que, historicamente, a população que ocupa essa região não tem sido considerada, inclusive pelo Estado. Apesar do tombamento do território como patrimônio cultural ter sido realizado com referencial metodológico que considerou a relação dessa população com a terra e seu processo histórico de ocupação, a demarcação não abarcou toda a amplitude do território étnico. Por meio das entrevistas cadastrais, verificou-se que muitos membros da comunidade do Engenho II nasceram em áreas próximas ao Sítio Histórico e migraram para o território do Engenho II.

Foram realizadas 31 entrevistas cadastrais, cada um delas corresponde a uma casa, em que pode haver mais de uma unidade familiar. Na maioria dos casos, a pessoa entrevistada foi o adulto responsável pelo domicílio. De acordo com os dados apresentados pelo Agente de Saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Sr. Elemar, existem, na comunidade do Engenho II, 75 famílias⁶⁷.

Portanto, além das referências aos ancestrais, identificadas pelas narrativas dos membros da comunidade do Engenho II, que demonstram a ocupação antiga do território, sua história é marcada pela migração de pessoas provenientes de áreas adjacentes (ver figura 4.3). Todo esse movimento demonstra a fluidez desse território, conferindo-lhe dimensão mais ampla que a indicada pela demarcação do Sítio Histórico.

⁶⁷ A definição de unidade familiar para a FUNASA, corresponde ao número de cozinhas que existem em cada casa.

NÚMERO DE FAMÍLIAS SEGUNDO A LOCALIDADE

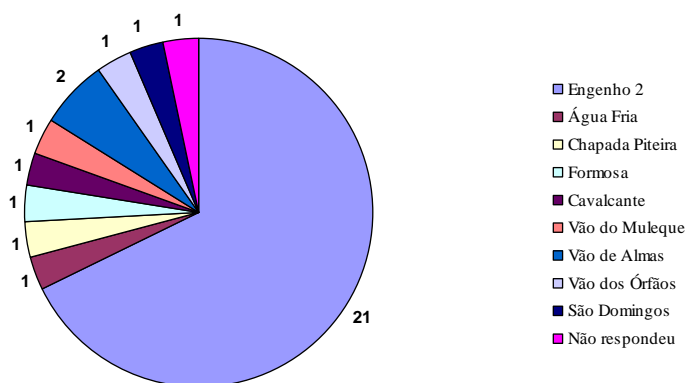


Figura 4.3 - Número de famílias de acordo com a localidade de origem e/ou nascimento

No processo de mapeamento das referências espaciais que constituem o território do Engenho II, verificou-se que havia um membro da comunidade do Engenho II que ocupava uma área que não estava dentro do Sítio Histórico, a localização de sua moradia no mapa (3.11) é o ponto mais ao sul do perímetro estudado. Trata-se da casa do Senhor Aristides dos Santos Rosa Salustiano (conhecido como Senhor Salú), nascido no Vão de Almas, pai do Sr. Cirilo dos Santos Rosa. Segundo Senhor Salú, há cerca de vinte e seis anos, ele e sua família residem nesse local. Em 2004, ele recebeu a documentação de propriedade dessa área, que era parte da Fazenda Boa Vista, cujo proprietário é o Senhor Eujácio Jorge Cheim⁶⁸. Segundo Senhor Salú, houve o reconhecimento da área que ele ocupa como uso capião, tendo sido concedido a ele cinco alqueires de terra.

Tentaram tirar a gente daqui, mas não conseguiram. A área é ruim e pequena, mas tem documento (Senhor Aristides dos Santos Rosa Salustiano).

⁶⁸ Esse senhor consta como advogado e procurador com todos os poderes para decidir sobre a sucessão dos bens deixados por falecimento de quase todos os inventários pesquisados.

Além da família do Senhor Salú, há outras pessoas que residem na área dessa fazenda, mas não foi possível ir aos locais onde elas residem para sua inserção no mapeamento do território do Engenho II. De qualquer maneira, o objetivo é demonstrar que a demarcação do Sítio Histórico não considera as áreas ocupadas por todos os Kalungas e que as pessoas que não estão dentro do Sítio estão mais vulneráveis. O caso do Senhor Salú teve desdobramento positivo, mas e as outras pessoas que residem naquelas áreas adjacentes e que não possuem documentação comprobatória das áreas que ocupam? Pouco se sabe sobre elas, por isso faz-se necessária uma pesquisa para verificar em que condições essas pessoas têm conseguido resistir em suas áreas sem possuírem documentação. Além, é claro, de identificar sua localização, se caracterizam um grupo em um determinado território, se estão organizados política e socialmente, etc.

Considerando o depoimento do Senhor Salú, verifica-se a importância atribuída por ele à documentação de propriedade de sua terra. Esse aspecto é um dos principais elementos que levaram ao processo de apropriação pelos fazendeiros do território do Engenho II, além das práticas fraudulentas aplicadas pelos grileiros, que manipulavam os moradores da comunidade, com o objetivo de tirá-los das áreas para garantir a venda da terra aos compradores.

Esses intermediários que atuavam para viabilizar a venda ou disponibilidade das áreas para os fazendeiros adquirirem, além de agirem de má-fé, podem ser considerados grileiros, já que a maioria dos ocupantes do território do Engenho II não possui documentação das áreas que ocupam. A área em questão é objeto de uma Ação Discriminatória⁶⁹, processo nº 07/04, junto à Comarca de Cavalcante. Vale destacar também que esses intermediários ou grileiros providenciavam, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Cavalcante, documentação referente às áreas negociadas, cuja legitimidade é questionável. A documentação era providenciada a fim apresentar aos compradores algum “respaldo”.

Conforme anteriormente apontado, será analisado o caso da venda das terras da Fazenda Paciência, ocorrido na década de 1980. Esta fazenda é a mais próxima do Núcleo da Comunidade do Engenho II. Com sua história, será possível compreender os principais aspectos que levaram ao processo de desterritorialização e de constituição do Núcleo da Comunidade.

⁶⁹ Ação Discriminatória é aquela que visa separar as terras do domínio público das do domínio particular – que se funda na verdade da assertiva: “no Brasil, todas as terras são públicas, exceto as que são particulares” (LEITE, José Luís Marasco in Rev. Esc. Direito, Pelotas, 5 (1): 7-22, Jan.-Dez./2004, disponível em <http://www.ucpel.tche.br/direito/revista/vol5/01.doc>, acesso em 28 de fevereiro de 2007).

A área onde está situado o Núcleo da Comunidade do Engenho II nem sempre se caracterizou como um agrupamento concentrado (ver mapa 4.2 e 4.3), como verificado atualmente. De acordo com os levantamentos, identificou-se que sua formação deu-se principalmente por três fatores: construção da Escola Joselina Francisco Maia, facilidade de acesso à cidade, devido à estrada e, principalmente, pela perda das terras historicamente ocupadas.

4.3. Mapeando narrativas: o caso da fazenda Paciência

A história da fazenda Paciência, entre várias outras histórias referentes ao processo de ocupação recente do território do Engenho II por fazendeiros, foi escolhida pelo acesso às fontes orais e escritas e por inserir-se no recorte temporal proposto para a pesquisa.

O processo de apropriação das terras do território do Engenho II pelos fazendeiros, realizada principalmente por meio da grilagem de terras, ocorreu, na maioria das vezes, pela oferta de dinheiro aos membros da comunidade que as vendiam, quase sempre sem terem a documentação de posse e/ou propriedade das áreas, ou seja, vendiam o que lhes pertencia, mas não possuíam documentação comprobatória.

Essas pessoas assinavam documentos, algumas sem saber ler, o que levava a inúmeras práticas fraudulentas, como por exemplo: acertava-se a compra de 100 alqueires, mas o comprador registrava na documentação de compra e venda uma área muito maior. Assim, os membros da comunidade eram surpreendidos com a chegada dos novos proprietários que possuíam documentação correspondente a uma área superior ao que havia sido acordado e eram obrigados a saírem das áreas.

Entre as narrativas selecionadas para a presente análise, estão, principalmente, as do Sr. Leopoldo Francisco Maia, morador da comunidade do Engenho II, herdeiro de parte da fazenda Paciência, e a do Senhor Kaibar Emílio da Silveira, morador da cidade de Cavalcante, ex-membro do grupo que comprou parte da área da fazenda Paciência.

O eixo condutor de análise é a resistência dos membros da comunidade do Engenho II ao processo de venda, feita por grileiros, das áreas historicamente ocupadas por eles. Para isso, buscou-se identificar, nas narrativas e nos documentos encontrados no cartório de Cavalcante, o processo de venda da fazenda Paciência.

Bom, morei acolá do outro lado né, aonde tem umas tapera ali do outro lado e aí eu possui mulher eu fiz essa casa lá e tava morando lá né, aí depois que o Abel vendendo essas terras aí pra o pessoal de São Paulo, né. Aí diz ele pra mim vender o meu direito eu disse “ó, eu num vendo o meu direito porque eu acho que essa terra tudo aqui é minha porque tá tudo no meu nome que quem fez o inventário da fazenda foi eu. Você me deu um centavo ajudando a fazer o inventário da fazenda? Não. Pois é, a comunidade toda me ajudou eu fazer o inventário, quer

dizer, tá no meu nome mas é da comunidade toda, que deixou” (Sr. Leopoldo Francisco Maia⁷⁰)

Em pesquisa realizada nos arquivos do Cartório de Cavalcante, foi identificado que a área da fazenda Paciência foi propriedade do Senhor Doroteu Francisco Maia e do Senhor Leocádio Francisco Maia, tendo sido comprada por eles em 11 de novembro de 1916, pelo valor de 60 mil réis.

Apesar do falecimento do Senhor Doroteu ter ocorrido em 19 de agosto de 1958, seu inventário só foi aberto em 21 de novembro de 1961, alguns meses após o falecimento de sua esposa, Senhora Maria D’Abadia de Torres, conforme consta no termo de compromisso de inventariante, dos autos do processo:

(...) que Doroteu Francisco Maia faleceu no dia 19 de agosto de 1958 e Maria D’Abadia de Torres no dia 4 de fevereiro de 1961, ambos no lugar denominado Engenho, deste município, onde eram domiciliados; Eram casados sob regime de comunhão de bens, não deixaram testamento. Deixaram os seguintes herdeiros: FILHOS: 1º) Bernardino Francisco Maia (...); 2º) Serapião Ernesto Tenesmães, por cabeça de sua mulher Maria Francisco Maia (...); 3º) Luzia Francisco Maia (...); 4º) Pio Francisco Maia (...); 5º) Melquíades Francisco Maia, já falecido em 1943, era casado com Joana de Torres com a qual deixou filhos; 6º) Lourença Francisco Maia, falecida em 1954, era casada eclesiasticamente com Raimundo da Costa Madureira, com o qual deixou filhos; NETOS: Filhos de Melquíades Francisco Maia com Joana de Torres: a) Leopoldo Francisco Maia (...); b) João Francisco Maia (...); c) José Francisco Maia (...); Filhos de Lourença Francisco Maia com Raimundo de C. Madureira: a) Maria Francisco Maia (...); b) Valeria Francisco Maia (...); c) Joaquim Francisco Maia (...); d) Dionísio Francisco Maia (...); e) Benedito Francisco Maia (...); f) Edith Francisco Maia (...) RELAÇÃO DE BENS: - Os falecidos deixaram apenas uma parte de terra a qual é a seguinte: “Uma parte de terra, em comum, na fazenda PACIÊNCIA, deste município, com uma área calculada em 225 alqueires, (...) Está compreendida dentro dos seguintes limites: Da cabeceira do córrego Lapa, conhecido também por Tamanduá; desta rumo direito ao riacho Capivara, por este abaixo a serra que tem por baixo da Chapadinha; por ela abaixo a margem direita do referido córrego Tamanduá que é o mesmo denominado de córrego da Lapa e por ele acima as suas vertentes, ponto de partida” (Inventário, processo nº 164 (?), Comarca de Cavalcante – GO)

Portanto, os bens deixados por Doroteu e Maria D’Abadia, foram repartidos por quinze pessoas, entre filhos, nora, genro e netos. A partilha resultou na divisão dessas terras em pequenas glebas, mas que, na prática, eram terras utilizadas por todos os membros da

⁷⁰ O Sr. Leopoldo Francisco Maia (conhecido na comunidade como Sr. Lió) nasceu em 7 de setembro de 1930 no Engenho II.

comunidade. Assim, com o falecimento da Senhora Maria D'Abadia⁷¹, todos da comunidade organizaram-se e ajudaram financeiramente para o pagamento das despesas decorrentes do inventário do Senhor Doroteu e da Senhora Maria D'Abadia.

Foi meu terevô Mateu que deixou pra meu avô Doroteu e, de Doroteu para meu pai Merlquido, né. Aí meu pai Merlquido morreu primeiro de que o velho Doroteu que é o meu avô, né. Aí quando ele morreu, foi quem cuidei tudo, aí foi fazer o inventário da fazenda né, diz quem tinha pra fazer o inventário era eu #⁷² cujo de fato fiz, e eu tenho dos papel eu tenho e pode a senhora querendo ver que eu tenho deles ali (Sr. Leopoldo Francisco Maia).

Além da identificação do inventário do Senhor Doroteu e de sua esposa, Sra. Maria D'Abadia, foi identificado também, em um documento apensado à Ação Discriminatória, sob nº 07/04⁷³, uma certidão, emitida pela Procuradoria Geral do Estado de Goiás, em 30 de setembro de 1985, que transcreve as informações encontradas nos livros de registros paroquiais que, em 1857, as áreas que correspondem à fazenda Paciência pertenciam aos herdeiros do Sr. Antonio Francisco Maya (ver anexo A).

(...) “Joaquim Antonio de Magalhães e sua mulher D. Symplicia Avelina Abreu Cardosa, abaixo assinados declaram para ser registrado competentemente que elles possuem nestra Freguesia da Sm^a Santa Anna a quatro legoas distante da matriz, duas léguas de terras de cultura e criação cituadas no lugar denominado Engenho de Santo Antonio. Compriendendo as capoeiras do segredo, e chapada. Duadas pello finado Vigário Geral Francisco Joaquim Coelho de Mattos, cujas terras extremão pello nascente com a serra da Boa Vista ao Norte com o corrigo denominado segredo e serrinha que parte **com terras pertencentes aos herdeiros do finado Antonio Francisco Maya**⁷⁴ e cachoeira do Capivara, e corrigo Tiririca, pello Puente na serrinha da Chapada athe o corrigo Santo Antonio, e pelo sul a serra que parte com terras de Manoel José de Santa Anna. Cavalcante, 2 de junho de 1857. (...) (Trecho da certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado de Goiás, em 30 de setembro de 1985).

As referências hidrográficas, indicadas no documento acima, para situar a área do Engenho Santo Antonio, correspondem às identificadas na área de estudo, conforme mapa (2.1). Esse registro reitera a afirmação de que ao menos a área da fazenda Paciência vem sendo

⁷¹ Na pesquisa realizada no cartório de Cavalcante, não foi encontrado nenhum inventário em nome de Leocádio Francisco Maia.

⁷² Esse símbolo significa trechos ou palavra inaudíveis.

⁷³ A Ação Discriminatória consta no Cartório de Cavalcante, trata-se de um processo para averiguação e identificação dos proprietários das terras, parte dessas terras estão situadas nas áreas que a comunidade do Engenho II ocupa.

⁷⁴ Grifo nosso.

ocupada historicamente pela família do Senhor Francisco Maia, possuindo inclusive indicação documental, nos registros paroquiais.

Observando a data do documento: 2 de junho de 1857, vê-se que, naquele período, o sistema vigente no Brasil ainda era o escravista. Para tanto, pode haver várias hipóteses para o fato de que a família Francisco Maia tenha sido proprietária dessas áreas, entre elas: a) o sobrenome foi “dado” pelo senhor de escravos; b) apesar de negro, o Sr. Antonio Francisco Maya possuía terras, que podem ter sido adquiridas por meio de compra ou recebidas pela doação do mesmo vigário que doou as terras do Engenho Santo Antonio para a família Magalhães.

Não é o objetivo do presente trabalho identificar a cadeia dominial das áreas ocupadas pela comunidade do Engenho II, mas essas informações contribuem para a percepção de que esse território vem sendo ocupado pelos ancestrais dessa comunidade, há pelo menos cento e quarenta e oito anos.

Em entrevista realizada com o Senhor João Francisco Maia (figura 4.4), um dos herdeiros de parte das terras da fazenda Paciência, ao ser perguntado se possuía a documentação correspondente à parte que lhe coube do inventário do Senhor Doroteu, ele respondeu que não tinha e que nunca teve nenhum documento de propriedade.

Muitas pessoas moravam lá na Paciência. Aí, vieram os paulista compraram e expulsaram. Disse que as cerca de madeira não servia, as que servia era as de arame. (João Francisco Maia⁷⁵)

O argumento apresentado pelos “paulistas” é, no mínimo, absurdo e demonstra o desrespeito para com o Senhor Zeca. Em sua fala, verifica-se que a legitimidade da ocupação da área da Paciência foi posta a prova diante de uma evidência material e documental, cuja validade é duvidosa, apresentada pelos novos proprietários. Embora o Senhor Zeca vivesse naquele e fosse herdeiro de parte daquelas terras, não possuía a documentação de posse.

Atualmente, o Senhor Zeca continua fazendo sua roça em uma pequena área da fazenda Paciência, área de roça cuja denominação é Tamanduá. As cercas da fazenda Paciência vão até onde o solo é plano, o restante do terreno é acidentado e foi concedido ao Senhor Zeca. Apesar de não ser um terreno fácil de ser tratado, há uma diversidade de produção naquele pequeno espaço: feijão, milho, mandioca, abóbora e várias árvores frutíferas, e toda sua produção é destinada à

⁷⁵ O Sr. João Francisco Maia, conhecido na comunidade como Senhor Zeca, é neto do Sr. Doroteu. Em tese, deveria ter documento de propriedade de parte das terras da fazenda Paciência.

subsistência. Parte da produção de feijão, que ele não consome, é utilizada como moeda de troca para aquisição de fumo.

Figura 4.4 - Sr. João Francisco Maia em sua roça no Tamanduá

O Senhor Abel Francisco Maia fez a oferta para compra das terras da área da fazenda Paciência a várias pessoas que tinham posse naquelas áreas, entre elas o Senhor Leopoldo, que não desejava vendê-las, ao contrário comprou o direito de posse de parentes seus.

Bom, o que aconteceu foi o seguinte, eles querendo que eu vendesse o meu direito pra eles e eu disse: “o meu eu não vendo, às pena dos que têm direito aqui que mora fora, eles querendo vender, querendo me vender eu compro, e pago, que eu posso comprar e posso pagar também”. Aí tem a comadre Valu mais o Antônio que mora lá na cidade, teve essa notícia correu de lá veio aqui me perguntar do lado nessa casa “pois é só que o senhor quer comprar o direito de quem mora fora daqui eu vim pra vender o meu #”, eu falei “então vamo combinar que eu compro, né” (...)“nós tem que ir é logo lá pra cidade porque lá é o seguinte né, combina tudo, o meu dinheiro que eu tenho tá é lá né, nós combina e eu pago pronto também e recebo minha escritura também logo lá”. Tudo bem, fui tentar lá, chegou lá combinemo, paguei pra eles e recebi a escritura né, e aí cheguei de lá da cidade aqui num dia, quando no outro dia tem o Gelo, que é um tio meu né, mora

lá no Vão né, teve essa notícia num veio de lá e vendeu o dele pra mim, diz ele “vou lhe vender o meu tombém”, “então vambora pra cidade”. No outro dia fui pra lá, cheguei lá comprei o dele, paguei e recebi a escritura dele também, né, aí vim embora, comprei esses dois direito né” (Sr. Leopoldo Francisco Maia).

Em seguida, a esposa do Senhor Leopoldo faleceu e o Senhor Abel, juntamente com um outro senhor chamado Paulinho, procurou-o na roça para fazer ameaças.

Se assepultou, aí eu fui embora pra roça né, o dia da visita de covas viemo fez a visita tudo de covas né, aí eu tornei me embora lá pra roça pra terminar a colheita do arroz né. E eu to lá na roça sem saber de nada, e o povo aqui sem saber também, de nada. Aí terminei tudo de colher o arroz lá né, levei eu com os menino né, e vinha mais outros menino, neto meu que a mãe tinha morrido, que é os filhos da Josa⁷⁶ né, nós tudo lá que já que ia⁷⁷ vindo “eh vovô cadê a casa?”, eu disse “a casa tá aí”, e eu vinha com o saco nas costas né, pesado “a casa tá aí meus filhos”, e quando “não tem, não tem casa não, cadê a casa de nós, cadê a casa de nós?”, até que saltou a grotinha que chegou “cadê a casa?”. Aí eu vou contar pra senhora que eu nem sei como aí eu fiquei né, e já foi de tardinha que nós chegou né (...) Foi assim, chegou o Abel e um senhor de Paulinho né com o trator e junto o carro né, aí meteu foi fogo na casa né, e meteu o trator na parede de adobo, feita de adobo né, aí meteu o trator derrubou a casa toda que derrubou né, a minha, o meu quintal era um quintal muito bacana que era o meu quintal dali, fruteira tinha tudo lá, ainda tem se não derrubaram ainda hoje tem né (Senhor Leopoldo Francisco Maia).

O que se observa, até o momento da expulsão da família Francisco Maia, das áreas correspondentes à fazenda Paciência, é que não há, de forma explícita, a ação do grupo de compradores de São Paulo. Trata-se de uma venda intermediada pelo Senhor Abel, um dos membros da comunidade kalunga, que se consolidou sem que a família Francisco Maia e os demais ocupantes das terras da fazenda Paciência consentissem, tendo ocorrida a venda à revelia de seus interesses e direitos (figura 4.5).

⁷⁶ Josa é a antiga professora da comunidade do Engenho II, Joselina Francisco Maia, cujo seu nome foi dado a escola.

⁷⁷ Os trechos das entrevistas sublinhados significam que o narrador deu ênfase nesse trecho de sua fala.

Figura 4.5 - Fundação das casas que ficavam na área da Fazenda Paciência, ao fundo as árvores frutíferas

No caso do Senhor Leopoldo, vê-se uma situação de violência inaceitável, tendo tido sua casa violada, queimada e derrubada. Mesmo diante de ameaças constantes, todas as pessoas da comunidade que utilizavam aquelas áreas da Paciência continuaram cultivando suas áreas de roçado (Segredo, Paciência, Tamanduá, Chapadinha e Bom Jesus). O Senhor Paulinho, citado pelo Senhor Leopoldo, era um dos membros do grupo de São Paulo que estava comprando as terras da fazenda Paciência.

(...) quem expulsou de lá foi este próprio Abel que vendeu com o contrato de entregar lá desocupado (Senhor Cesariano Paulino da Silva).

Após a violação de sua moradia, o Sr. Leopoldo foi à cidade, a fim de buscar alguma solução para o que estava acontecendo com ele, com seus familiares e com a comunidade, tendo sido aconselhado a procurar o advogado Senhor Eujácio Jorge Cheim, que inclusive havia sido seu procurador e de todos os herdeiros no inventário do Senhor Doroteu e Senhora Maria D'Abadia.

(...) cheguei lá eu disse “doutor Eujácio, me aconteceu isso, isso, isso tudo que aconteceu lá”, “não, então já, já sei tudo como é que é o momento seu viu, conheço tudo né, não, pode deixar comigo, só a única coisa que eu quero que você me dê é os documento”, eu disse “isso eu to com ele aqui”, aí peguei os documento entreguei pra ele né. Ele disse “pode deixar que eu resolvo tudo, viu, e

ocê pode ir embora”, e aí eu vim embora. (...) quando passou uns cinco dias, aí ele mandou o dia marcado deu chegar lá né (Sr. Leopoldo Francisco Maia).

Os documentos citados pelo Senhor Leopoldo são referentes às escrituras das glebas de terras que ele herdou e da parte que comprou da Senhora Valu e do Senhor Antonio e a outra comprada do Senhor Gelo.

Quando foi no dia marcado eu arriei #, cheguei. Que quando eu cheguei, a sala tava cheia lá, o Abel e o pessoal de São Paulo, que é os que é os dono daí tudo, sentado lá assim (...) aí eu fui chegando e disse “boa tarde, pois é doutor eu atrasei um pouquinho mas já to aqui”, aí rodou a cadeira virando as costa pra mim, aí eu fui entrei e rodei a cadeira até ele parou na parede pra sim eu disse “não, pois é doutor eu to aqui” e aí peguei a mão dele viu, disse “pois é, atrasei mas to aqui”. Aí ficou calado um pouco né, aí tornou vorta a cadeira outra vez, nem mandou eu sentar e eu também, tinha cadeira, eu também não sentei. Aí ele disse “é, o caso é o seguinte Leopoldo e, não tem nada não, tudo é deles aqui”, eu disse “doutor, não foi isso que o senhor me prometeu não, e eu não te pedi também não viu, eu vim só conversar com o senhor porque o senhor é adevogado não é, o senhor falou comigo que pudesse deixar que o senhor arrumava tudo pra mim e que o senhor conheceu o meu procedimento lá né e então eles não podia ter feito isso comigo, né? E ocê vim com uma conversa dessa comigo? Não senhor viu, porque eu não tenho dinheiro e eles têm dinheiro e já encheu o senhor de dinheiro, que encheu não é, (...), eu não tenho dinheiro mas que eu sou homem, eu sou homem viu, que eu sou homem eu sou homem doutor, viu! Então não tem nada né?”, ele disse: “não tem nada”, eu disse: “então me dá meus documentos”, ele disse “seus documentos tá preso”, “tá preso porque? Quem que eu matei? Quem é que eu matei? Eu não matei ninguém pro senhor prender meus documentos, né”, “mas tá preso”, aí parece que eu fiquei assim meio, sei lá, eu esmoreci assim um pouco né, aí eu saí, saí porta fora né, saí embestada eu fui embora né (Senhor Leopoldo Francisco Maia).

Ao longo de toda narrativa do Senhor Leopoldo, verifica-se que, do grupo de São Paulo, apenas uma pessoa é citada, o Senhor Paulinho. Entretanto, durante o trabalho de campo, identificou-se que a fazenda pertencia ao senhor Raimundo, à senhora Maria Rosa (um casal de médicos) e ao senhor Evaristo (presidente da Casa de Assistência à Criança Lar Feliz). Essas pessoas foram indicadas pela maioria dos membros da comunidade do Engenho II como pessoas que os ajudaram e, dos proprietários das fazendas situadas no território, eram com eles que as relações eram melhores.

Atualmente, o gerente da fazenda Paciência é o Senhor Atanásio, que é da comunidade do Engenho II. Segundo ele, os proprietários deram-lhe autonomia para autorizar ou desautorizar as pessoas da comunidade do Engenho II a cultivarem suas roças nas terras da fazenda Paciência.

Procurou-se identificar, no processo da entrevista realizada com o Senhor Leopoldo, alguma indicação das datas em que as situações contadas por ele ocorriam, mas não foi possível, pois ele não conseguia precisar a seqüência em que a história ocorreu, o que não invalida sua narrativa, já que a memória se constrói e reconstrói a cada momento em que é acionada, por isso a necessidade de procurar o máximo de narradores para a construção da fonte oral.

Dessa forma, ao cruzar as informações coletadas entre os membros da comunidade do Engenho II, identificou-se que havia lacunas e conflitos de informações sobre a conduta e a relação das pessoas da comunidade, com os “paulistas”. Foi possível perceber que, apesar da narrativa do Senhor Leopoldo demonstrar que estava presente no momento em que a venda da fazenda ocorreu, o cruzamento das informações indicou que a venda da fazenda Paciência foi feita antes dele ter sido expulso da área da Paciência.

Segundo o Senhor Kaibar Emílio da Silveira⁷⁸, as terras da fazenda Paciência foram compradas no início da década de 1980 por um grupo de pessoas provenientes de São Paulo⁷⁹, de religião espírita, que tinha o objetivo de formar, naquela área, um lugar para práticas comunitárias e de assistência social.

Em São Paulo, a Casa de Assistência à Criança Lar Feliz, desenvolvia trabalho de apoio e assistência a quarenta e três crianças adotadas em nome de um dos membros do grupo, o Senhor Osvaldo, mas que eram assistidas pela pessoa jurídica da Casa. Em 1981, o grupo recebeu uma orientação espiritual que eles deveriam transferir suas atividades para a cidade de Cavalcante.

Eu vim fazer parte do grupo que fez a compra da terra, a fazenda foi comprada em dezembro de 1981, do Sr. Abel e com escritura toda passada em cartório, que, se eu não me engano são 230 ou 280 alqueires goianos, comprados com a finalidade de transferir todo o trabalho que era feito em São Paulo para cá e que todas as crianças viriam e todo o grupo também. A idéia básica era viver da terra em um trabalho comunitário com as crianças dentro da Paciência. (...) Porque no início viemos, veio a minha família, a família do Dr. Raimundo e da Sra. Maria Rosa, que eram um casal de médicos, vieram Dona Isabel, que é uma senhora que mora ali em cima, o filho dela, o Paulinho, a mulher dele, Adenilda, filhos, veio a Jaci e o Mario lá da papelaria, naquela época moravam comigo lá na chácara, mas o objetivo todo era fazer as estradas, as pontes, porque não tinha como chegar lá,

⁷⁸ O Sr. Kaibar é um dos membros do grupo que comprou a fazenda Paciência. Sua família reside na cidade de Cavalcante desde o ano de 1982, mas ele só chegou em janeiro de 1983, quando foi inaugurado um posto avançado de crédito rural do Banco do Brasil. Em 1985, ele e sua família romperam com o grupo que comprou a Paciência. A população de Cavalcante tem muito respeito pelo Sr. Kaibar e por sua esposa, a Sra. Carmen. Eles são dirigentes do Centro Espírita situado na cidade.

⁷⁹ O grupo é representado, por meio de pessoa jurídica, Grupo Casa de Assistência à Criança Lar Feliz, situado na cidade de São Paulo, bairro Mandaqui.

tudo passava dentro de rio, então tudo isso foi trabalho feito em 82, 83 e 84 (Senhor Kaibar Emílio da Silveira).

De acordo com a narração do Senhor Kaibar, antes de efetuar a compra da fazenda Paciência, o grupo conheceu a terra e sabia que existiam pessoas ocupando aquela área. Segundo ele, o processo de compra da fazenda foi lícito, com escritura registrada em cartório.

(...) O processo de compra foi assim, o grupo se reuniu, se cotizou, uma grande parte quem participou foi esse médico, o Dr. Raimundo, mas a compra foi feita à vista, tudo normal, como uma compra normal. [Como o Sr. fez referência, o Sr. comprou do Sr. Abel, é o Sr. Abel Francisco Maia?] Abel Francisco Maia e compramos escriturado, passado em cartório, tudo certinho. [Vocês conheciam o lugar antes de fazer a compra?] Conhecíamos, nós viemos, foi nos mostrado a terra, aceitamos a compra, e pagamos tudo direitinho, foi uma compra lícita, normal. O que aconteceu é que depois a **área**⁸⁰, aí o que aconteceu é que as crianças não vieram, os anos foram passando, mas sempre houve uma ocupação, sempre tivemos gente lá, cuidando, eu não, mas o grupo de São Paulo, o presidente naquela época era o Evaristo Nascimento e ele até hoje é o presidente, né. E o Sr. Dalcol, também era o diretor naquela época e mora em Alto Paraíso hoje. Eu estou dando estas informações, mas, eu participei desse processo no início, conheço a história, mas a partir de 85, nós não tivemos mais nenhum vínculo, nem de ideal, nem de trabalho nenhum com eles, né (Sr. Kaibar Emílio da Silveira).

Há uma preocupação em demonstrar que sempre houve ocupação daquela área e, principalmente, o momento preciso em que ele e sua família rompem o vínculo com o grupo, tendo inclusive saído da cidade na época.

Porque nós percebemos o seguinte: que o objetivo do grupo era o trabalho comunitário e sem as crianças não tinha sentido você ficar com a fazenda aqui e as crianças em São Paulo, então perdeu-se o objetivo.

Apesar de questionado quanto ao que suscitou a saída dele do grupo da Casa de Assistência à Criança Lar Feliz, o Senhor Kaibar não deixou claro, disse apenas que os seus ideais não convergiam mais. Ao longo da entrevista, evidencia-se que algo ocorreu, além do que apenas o indicado por ele, o fato de as crianças não terem sido trazidas de São Paulo para a cidade de Cavalcante ou para a Paciência, como havia sido planejado inicialmente pelo grupo.

⁸⁰ Grifo nosso. O narrador mencionou a questão da transformação da área em Sítio Histórico, mas não deu continuidade.

Principalmente pela ênfase, dada pelo narrador, em indicar o período em que ele esteve à frente da implantação da fazenda Paciência e na afirmação de que houve, em um determinado momento, divergência de ideais, o que o levou a sair do grupo.

Outro aspecto relevante, referente ao cruzamento das narrativas do Sr. Leopoldo com a do Senhor Kaibar, é que o Senhor Kaibar confirmou que, quando a fazenda foi comprada, havia algumas casas na entrada da fazenda, “logo ali depois do Capivara” e que, segundo ele, não houve nenhum tipo de solicitação, feita àquelas pessoas, para que elas deixassem aquela área. Ou seja, de acordo com a narrativa do Sr. Leopoldo, sua casa teria sido queimada e derrubada antes da compra das terras, o que não foi confirmado pelo Sr. Kaibar, ao menos enquanto ele esteve à frente dos trabalhos do projeto da Paciência, bem como pelos demais membros da comunidade do Engenho II.

No começo, quando foi comprado, em nenhum momento houve: isso aqui é nosso, cai fora! Não, nossa relação era muito boa e de amizade. (...) Não, não houve. Porque as pessoas ficavam ali, e o projeto iria precisar de gente e essas pessoas seriam incorporadas no trabalho, iriam fazer parte do todo. Em nenhum momento houve, ou se mandou que saísse nem nada, foi dito isso na pesquisa? (Senhor Kaibar Emílio da Silveira).

Entretanto, atualmente, o que se verifica naquela área, conforme o mapa (4.1) e a figura 4.5, é que as casas não existem mais, restam apenas resquícios das fundações e as árvores dos antigos quintais. As pessoas da comunidade, para terem acesso às áreas em que historicamente cultivam suas roças, têm, necessariamente, de pedir permissão ao gerente, ou seja, a territorialidade dessa comunidade vem sendo ameaçada, mas a comunidade resiste, apesar das ameaças e do processo de desterritorialização.

Vale destacar ainda que o Senhor Kaibar reitera, diversas vezes, que seu vínculo com o grupo de São Paulo ocorreu somente até o ano de 1985,

Eu não tenho conhecimento [referindo-se a violência e as ameaças para a desocupação da Paciência, citada pelo Sr. Leopoldo], mesmo porque a partir de um determinado momento eu passei a não conviver com eles, então a partir do momento em que os objetivos não batiam mais eu me afastei e, para você ter uma idéia, para não haver interferência, eu voltei o ano passado, 93, quer dizer 2003 é que eu voltei a Paciência, depois de 18 anos é que eu voltei, exatamente para não interferir, nem a passeio eu não fui, então eu não posso dizer nada para você sobre isso ai (Sr. Kaibar Emílio da Silveira).

Por meio da narrativa do Senhor Kaibar, vê-se que ele era a pessoa que representava o grupo de São Paulo até 1985, até então ele não citava o nome do Paulinho, frequentemente citado pelo Senhor Leopoldo. Dessa forma, foi-lhe perguntado qual o vínculo do Senhor Paulinho com o grupo, e o Senhor Kaibar afirmou que ele trabalhou na fazenda Paciência, mas em período diferente do que o Senhor Kaibar esteve à frente da implantação do projeto.

[O Paulinho, filho da Sra. Isabel, ele trabalhou na fazenda também?] Trabalhou. No mesmo período que o senhor? Não, no momento em que houve o meu rompimento com o grupo, ele assumiu o meu lugar, ai ele deu continuidade ao trabalho lá (Senhor Kaibar Emílio da Silveira).

Portanto, se o Sr. Paulinho começou a representar o grupo de São Paulo apenas após o ano de 1985, vê-se que a história narrada pelo Senhor Leopoldo, sobre o processo violento ao qual sua família foi submetida para que saíssem da área da fazenda Paciência, provavelmente, ocorreu após a compra da fazenda Paciência, vis a vis a narrativa do Senhor Kaibar e o relato das demais pessoas da comunidade do Engenho II.

Na Ação Discriminatória nº07/04, foi identificado um arrolamento de imóveis cancelados pela ação, entre eles consta a Fazenda Paciência. Nesse arrolamento, foi possível verificar quem são os proprietários da fazenda, assim relacionado:

Fazenda Paciência (Bom Jesus), proprietário: Mario Siqueira e outros, área: 225 alqueires, registro: Livro 2-H, fls. 133, sob nR-3-489, em 14 de maio de 1987; Fazenda Paciência (Bom Jesus), proprietário: Casa de Assistência à criança Lar Feliz, área: 200 alqueires, registro: Livro 2-H, fls. 89v, sob nR-1-4.580, em 12 de fevereiro de 1987; Fazenda Paciência (Bom Jesus), proprietário: Leopoldo Francisco Maia, área: 8 alqueires, registro: Livro 2-A, sob nR-3-486 (Ação Discriminatória, folha nº 11.265 do volume 44).

A história da fazenda Paciência é cheia de lacunas, assim como toda a história do território do Engenho II, a história das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil e em outros diversos lugares onde houve o trabalho escravo. Entretanto, conforme verificado no capítulo 2, a produção do conhecimento sobre a história de resistência da população negra no Brasil e a inserção desses sujeitos sociais como protagonistas da construção da nação brasileira têm se ampliado, trazendo novos personagens, revendo, renovando e transformando a História do Brasil.

A abordagem da luta pela posse da terra permite demonstrar que as pessoas da comunidade do Engenho II inserem-se em grupo social amplo, que historicamente tem reivindicado o direito a terra, como elemento fundamental para construção de sua autonomia e inserção na sociedade. Mas, há elementos próprios que são identificados nas narrativas das pessoas da comunidade do Engenho II que revelam uma forma específica de relação com a terra e constituição desses territórios, a questão da ancestralidade é constantemente acionada pelos narradores, pois constitui o elemento principal que define a estrutura socioespacial do lugar e a garantia do legado cultural africano e afro-brasileiro.

4.4. A presença permanente dos ancestrais

Por meio das narrativas, foi possível evidenciar e compreender como a cosmovisão africana está presente no território do Engenho II, a terra é sagrada e caracteriza-se como herança comum a todos, a ser garantida para as próximas gerações.

Verificou-se que a garantia dessa herança comum vem sendo construída, pelos kalungas, historicamente, sendo acionados mecanismos distintos, de acordo com o contexto histórico em que a questão da garantia de posse desses territórios insere-se. O espaço dos quilombos, desde seu surgimento, constitui-se como um contraposto à sociedade brasileira e, por meio da história da luta pela posse das terras da fazenda Paciência, verificou-se, em diferentes momentos, aspectos da resistência da comunidade do Engenho II para garantir a continuidade de sua existência como grupo social.

Na década de 1910, o mecanismo para garantir o direito àquela parte do território foi a compra das terras da fazenda Paciência, por meio de duas pessoas da comunidade, o Sr. Leocádio e o Sr. Doroteu.

Na década de 1960, o mecanismo para garantir o domínio de parte das terras da fazenda Paciência em nome do Senhor Doroteu foi a partilha das terras em pequenas glebas, pela realização de um inventário, processado na comarca de Cavalcante - GO.

Ao longo da década de 1970, algumas glebas foram vendidas, preferencialmente, para pessoas da própria comunidade. Na década de 1980, as terras da fazenda Paciência foram vendidas por grileiros, sendo que parte das terras, registrada em nome do Sr. Leopoldo Francisco Maia, foi grilada pelo Senhor Abel Francisco Maia. Nesse período, a questão da garantia da

sucessão do domínio daquela parte do território do Engenho II foi gravemente ameaçada, aspecto identificado também nas demais comunidades que hoje constituem o Sítio Histórico Kalunga. As entrevistas revelam que, além da compra da Paciência pela família Francisco Maia, houve também a compra de outras terras do território do Engenho II por outras famílias que constituem a comunidade, como a área da fazenda Fundão, registrada como propriedade da família da Senhora Getúlia Moreira da Silva.

É, e pra cá é da véia Mariquinha com os filhos dela, os neto, nora e tudo (...) é que daqui pra cá, Tiririca daqui pra cá, (...) aí virando também isso aí desce o Choco até a Pedra Preta (...) reza esse documento, e aí vira e é esse pedaço aqui dentro [Núcleo da Comunidade], porque o Fundão me pertence também, o Fundão me pertence pelo lado de minha mãe e liga de novo na serra aí do Estaleiro. (...) É, isso mesmo, lá no Fundão, aonde meu bisavô, o avô de minha mãe tocava moagem de cana no engenho, ele fazia pinga que é aonde minha mãe, tinha roça (Senhora Getúlia Moreira da Silva).

A área onde está situado o Núcleo da comunidade do Engenho II é citada pela Senhora Getúlia como área de sua avó, Senhora Maria Paulino da Silva (conhecida como Mariquinha), e também pelo Senhor Cesariano como antiga propriedade de sua avó materna, Senhora Domingas Paulino da Silva.

ela pegou deu isso aqui, por uma peça de pano branco, um bulo⁸¹ de colocar café, uma caixa de pinga, caixa não, saco porque naquele tempo vinha no saco, as garrafas no saco. Vê, que a gente, isso aí eu estou bem informado, fui bem informado disso aí. (Cesariano Paulino da Silva).

As áreas das fazendas vão se ligando umas às outras, constituindo o território do Engenho II e o território Kalunga. As referências espaciais apresentadas pelas pessoas da comunidade constituem, em grande parte, às áreas das fazendas que seus antepassados foram proprietários. Identificou-se através das narrativas que há na memória das pessoas o conhecimento de quem foram os antepassados que compraram as terras que hoje a comunidade luta pela recuperação.

Apesar das terras terem sido adquiridas individualmente, pertencem a todas as pessoas da comunidade. A delimitação de fronteiras somente ocorre para indicar o que não pertence ao território do Engenho II, ou seja, o que não pertence àquele grupo social, a fronteira estabelece-se com o *outro*, passando portanto pela afirmação da identidade étnica que também determina uma

⁸¹ Buló significa bule.

territorialidade própria, configurando aspectos das relações raciais da sociedade daquela região. “A territorialidade negra, inequívoca aos negros e aos brancos, configura uma situação específica de alteridade, de cujo prisma refratam alguns aspectos encobertos das relações raciais” (BANDEIRA, 1988, p, 22).

No caso da comunidade do Engenho II, verificou-se que a maioria das terras pertenceu aos antepassados da comunidade do Engenho II, composta pelas famílias Santos Rosa, Torres, Paulino da Silva, Moreira da Silva, Francisco Maia.

Olha, eu considero nós aqui já passando de terceira pra quarta geração, e nossos ancestrais já foi é reconhecido morando aqui né, então veio com os nossos bisavô e avô (...) Olha, uns, era dividido, as vezes a mãe, a vó da gente era no Engenho, era nascida aqui no Engenho, o avô já nascido no Vão de Alma, então era assim dividido (Cirilo dos Santos Rosa).

Vê-se que historicamente a cosmovisão africana vem sendo construída e reconstruída pelos seus herdeiros com sabedoria, astúcia e coragem, ancorados na tradição e em sua permanentemente atualização. Os quilombolas dialogam com a sociedade e sua estrutura, pois a realidade objetiva não lhes é exterior (CASTORIADIS, 2000), no entanto essa relação se processa a partir de suas referências culturais, o que ocorre quando eles traduzem à sua forma os elementos da cultura ocidental e do sistema capitalista, em que estão inseridos.

Esse aspecto é muito presente na comunidade do Engenho II, pois, apesar de ter sido necessária a compra das terras e o seu registro individual, esse mecanismo não alterou o valor e o significado da terra para o grupo social, ou seja, para o grupo, a terra é sagrada, pertenceu aos ancestrais e é de todos. Conforme identificado no mapa 4.4, há vários resquícios das áreas de ocupação antiga, algumas delas identificadas e georreferenciadas com o objetivo de demonstrar a amplitude territorial e da territorialidade da comunidade do Engenho II.

(...) porque pesquisa já foi feito, então não houve dúvida, e nós, e não tem dúvida né que nós somos descendentes dos escravos e nem só por isso. Nós tem os direitos de nossos avós, nossos bisavós que trabalhou na terra (...) aquela terra é considerada daquelas pessoa que habitavam ali né, que trabalhavam ali, viveu ali então os irmãos, (...) vem passando de descendência pra descendência né, aí chega aqui, se chega até a gente né, que os os antepassados, os descendentes mais velhos já faleceram mas tem aquele aqueles lugares com sinado onde pertencia a eles, onde eles comprou ou por alguma forma era deles ali, a gente também considera que a gente tem direito ali, e como aqui essa área aqui é documentada pelos, pelos pessoas pelos tronco mais velho, eles pagava imposto era um conjunto né de pessoas que pagavam imposto e tem o limite direitinho nos documentos, eu tive a oportunidade de ler os documentos. (Sra. Getúlia Moreira da Silva).

Dessa forma, a partir da década de 1980, as comunidades negras rurais, em todo Brasil, organizaram-se como sujeitos sociais coletivos. Nesse contexto, as comunidades que se formaram nas áreas do sertão do Paranã, elaboraram um novo mecanismo para garantir a permanência em seu território, mas com uma característica nova, a ruptura com o silêncio e a invisibilidade histórica a que esses grupos sociais foram submetidos, afirmando sua identidade negra, historicamente negada.

(...) aqui no Engenho II aconteceu que tinha muita gente já, como se diz, já fora das suas áreas, que já tinha sido vendido por outras pessoas que vendeu e as pessoas situavam ali naquela área e não sabia se havia um dono diferente né, aí chegou uma época que chegaram e falaram: Ó, isso aqui hoje é meu, comprei de fulano de tal você vai ter que sair daqui. Aí acabou as pessoas, às vezes, indo embora pra cidade, outros às vezes morava lá mais fora teve que vim pra qui pra dentro né, # que a gente é comunitário né, e aí com isso, quando como surgiu essa lei né aí o pessoal achou uma assim um ânimo sentiu um ânimo que, uma esperança que podia vim mais tarde ser dono dessas áreas de novo (Cirilo dos Santos Rosa).

O Senhor Cirilo indica o processo de perda territorial física, em que as pessoas foram forçadas a se concentrar na área do Núcleo da comunidade. Apesar dessa área ser pequena, ao considerar-se a forma pela qual se configura a estrutura socioespacial da comunidade, a percepção da comunidade é inclusiva, ou seja, àqueles que foram expulsos das áreas que ocupavam era garantido um espaço que, aos poucos, constitui-se em uma área concentrada, chamada de Núcleo da Comunidade do Engenho II: “a gente é comunitário, né”.

Outro aspecto, associado à narrativa do Senhor Cirilo, é a esperança trazida pela publicação do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, em que o Estado passou a garantir a titulação das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.

Santinho foi o primeiro líder da área de Cavalcante, aí ele sempre ia em Goiânia, aí chegava eu procurava pra ir né, eu fazia questão de encontrar com ele pra saber que era que tinha sido, que tava rolando por lá, o que tava acontecendo de melhor pra nós, e ouvia no rádio, toda vida gostei dum radinho, eu ouvia sempre falava e projeto Kalunga, que ia retornar os direito dos antepassados pros descendentes né. (...) aqui era ele no município de Cavalcante, em Terezinha era a Ester, lá no Monte Alegre era a Procópio, não era o Tico. Quer dizer, lá é os dois, era os dois o Tico e a Procópio. (Cirilo dos Santos Rosa).

Um dos aspectos que contribuíram para o processo de organização social das comunidades negras dos vãos foi o Projeto Kalunga – Povo da Terra, coordenado pela antropóloga Mari Baiocchi, iniciado em 1981, bem como o projeto Resgate Histórico dos Quilombos, realizado entre os anos de 1992 e 1994.

Por meio desses projetos o povo dos vãos, já conhecidos naquela região como calungueiros, construiu uma nova identidade, associada a uma luta histórica pelo direito ao território tradicionalmente ocupado.

Antes do projeto já tinha esse nome de Kalunga e assim até, às vezes os garotos daqui que ia estudar lá, que teve a oportunidade de estudar lá, na cidade já era discriminado porque chegava no meio e era pretinho né, ia estudar lá, tava lá no meio dos dos brancos lá na cidade no colégio, era chamado de Kalungas, Kalungueiro (Cirilo dos Santos Rosa).

Com a organização social da comunidade remanescente de quilombo Kalunga, esse grupo social fortaleceu-se politicamente e “de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade” (SADER, 1988, p.29).

Por meio do fortalecimento político e social das comunidades negras, chamar-se e ser Kalunga passa a significar ser um sujeito social coletivo, detentor de direitos, produtor e partícipe dos processos históricos, até então negados pela sociedade abrangente.

Assim, apesar da conquista do tombamento do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, essa população ainda convive cotidianamente com ameaças, mas sua auto-estima e alteridade fortalecem-se para continuar a luta historicamente travada pelo direito à diferença, pela construção da igualdade.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II foi construída tendo como referência o olhar das pessoas da comunidade. Ouvir as histórias, identificar, conhecer e mapear as referências espaciais e culturais indicadas nas narrativas de todos e de cada uma das pessoas da comunidade possibilitou que o tema do trabalho fosse permanentemente revisado, permitindo assim, a elaboração de uma análise que viesse a contribuir para a construção histórica dessa comunidade.

Em cada uma das pessoas da comunidade, meninas e meninos, moças e rapazes, mulheres e homens, senhores e senhoras, existe uma força vital que indica o legado ancestral africano que lhes foi destinado, materializado em diferentes aspectos da vida social, entre eles a constituição de um território e de uma territorialidade próprios, principais elementos analisados no presente trabalho.

Através do estudo de caso da história da compra da fazenda Paciência, uma das 13 fazendas identificadas dentro do Sítio Histórico Kalunga, procurou-se demonstrar que esse grupo social, reconhecido como remanescente de quilombo, acionou diferentes mecanismos, de acordo com cada contexto histórico, para garantir a posse do seu território.

As histórias narradas e registradas são de muita dor e violência contra a humanidade das pessoas da comunidade do Engenho II mas, constituída de muita esperança e luta consciente para superar as dificuldades para a construção de sua alteridade em uma sociedade que desde o período colonial, lhes negou direitos fundamentais.

Apesar das barreiras construídas pelas práticas racistas ainda vigentes no Brasil, as pessoas da comunidade souberam, “num diálogo criativo com o sistema de dominação, responder não com ódio, mas com ternura, não com guerra, mas com sistemas de inclusão, não com lamentos, mas com atitudes estético-sociais à situação desumana a que foram submetidos” (OLIVEIRA, 2003, p.20). A força ancestral deste grupo social sempre esteve presente, fortalecendo a esperança e indicando o caminho a ser trilhado, estratégias e opções a serem tomadas, todas em âmbito coletivo, elemento que possibilitou a resistência da comunidade do Engenho II e das demais comunidades do território Kalunga até o momento presente.

Atualmente, a comunidade Kalunga tem experimentado um processo de definição de novas relações sociais, em especial com o Governo Federal.

O quilombo Kalunga é uma das comunidades que participa do Programa Brasil Quilombola, iniciado no ano de 2003, com rubrica orçamentária no Plano Plurianual 2004 – 2007 do Governo Federal. Esse programa é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a participação de órgãos da administração pública federal. O objetivo do programa é coordenar as ações governamentais, por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, tendo como público-alvo as comunidades remanescentes de quilombos. Apesar de ser um programa do Governo Federal, sua premissa está pautada na participação da sociedade civil, na interlocução com os demais entes federativos e com as representações dos órgãos federais nos estados, como o Incra, Ibama, Delegacias Regionais do Trabalho, Funasa, entre outros.

Diferentes órgãos públicos, em nível federal, foram chamados a incluir em seus orçamentos, projetos com foco em comunidades remanescentes de quilombo, tendo como linhas temáticas: Terra; Promoção da Igualdade Racial; Segurança Alimentar; Desenvolvimento e Assistência Social; Saúde; Infra-Estrutura; Geração de Renda; Gênero e Desenvolvimento; Direitos Humanos; Educação; Meio Ambiente; Esportes; Previdência Social.

Dentre as linhas temáticas acima indicadas, foram identificadas, até o mês de maio do ano de 2005, as seguintes ações na Comunidade do Engenho II: construção de casas, melhorias habitacionais e implantação da fase inicial de rede elétrica, ligada ao Programa Luz para Todos. Com relação às ações de assistência social, houve visita da unidade móvel do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), para tratar de assuntos referentes à concessão de benefícios e de aposentadoria⁸².

O presente trabalho buscou contribuir para a construção da memória espacial da comunidade do Engenho II, por meio da identificação dos elementos e das forças da dinâmica territorial, em que se evidenciou, por um lado, o processo de perda do território físico da comunidade, sobretudo a partir da década de 1980; por outro lado, o fortalecimento político da comunidade.

A partir de 1980, verificou-se que a estratégia de ação da comunidade para a garantia de permanência em seus territórios foi a construção de um sujeito social coletivo – Kalunga e sua organização social. Esse processo levou a duas principais conquistas: o reconhecimento pelo

⁸² Há outras ações implementadas na comunidade Kalunga, mas, no período da realização da pesquisa, foram identificadas apenas as referentes à infra-estrutura. Em conversa com o Senhor Cirilo e com a Senhora Deuselina, em 15 de fevereiro de 2007, verificou-se a construção de novas casas e a implantação de unidades sanitárias.

Estado desse grupo social como remanescente de quilombo e o tombamento do Sítio Histórico Kalunga. O caminho institucional para a conquista da titulação do território Kalunga foi traçado pela organização social e política dessa comunidade, entretanto os conflitos pelo acesso às terras ainda estão fortemente presentes na comunidade do Engenho II.

No período de realização da presente pesquisa, verificou-se que muito havia sido prometido para a comunidade, sobretudo com a visita do Presidente da República, em março de 2004. A principal promessa referia-se à regularização fundiária, mas até o de 2007, o que se observou foram ações fragmentadas, referentes a programas de transferência de renda e de inclusão social, que são necessários, mas não atendem a principal reivindicação da comunidade: a titulação das terras que constituem seu território.

Vê-se que na medida em que a comunidade se apropria melhor e se insere na arena das disputas pelo poder, o conflito pela posse da terra acirra-se no território do Engenho II. Verificou-se que a maioria dos fazendeiros proibirem o acesso às áreas de roçado, cobram pelo uso da terra.

Vale destacar também que, no âmbito das relações políticas, foi identificado que ocorre a manipulação da força política da comunidade para acessar recursos públicos ou privados por meio de projetos que levam o nome Kalunga, conforme destaca o Senhor Cesário:

(...) porque há espertalhões, não é, que sabem que o kalunga, em si próprio, ele tem prioridade⁸³, só basta correr atrás, não é? (...) Porque eles têm que para o kalunga vem rio de dinheiro, não é? (Cesariano Paulino da Silva).

Toda construção da imagem do Kalunga foi feita pelo *outro*, conforme se verificou ao longo do trabalho, em que a denominação kalunga transformou-se em algo positivo para muitas pessoas da comunidade. Apesar desse processo ter sido iniciado de “fora para dentro”, ou seja, a partir da realização do Projeto Kalunga Povo da Terra, não significa que não contou com a participação da comunidade. Ao contrário, a comunidade passou a inserir-se em um novo ambiente de relações, um novo território em que o uso de sua imagem passa a significar poder, tornando-se mais complexo.

Nesse processo, a comunidade tem desenvolvido uma nova forma organizacional, nos moldes do *outro*, para tornar-se protagonista dessas novas relações, o que não significa que sua

⁸³ O narrador demonstra com a mão que prioridade significa dinheiro.

estrutura social se modifique. É claro que há uma transformação, mas ela é executada de forma consciente, como tem ocorrido historicamente.

(...) depois da vinda do Lula ai, depois que o Lula passou a ser presidente mudou um pouco, mas antes era só conversa, não é? Porque, para começar, o Kalunga não tinha uma associação para receber aquilo que vinha, não é. (...) Porque olha aqui, nós temos aqui casa que iniciaram aqui, olha, que o material foi fraudado! Porque veio via prefeitura, até hoje nunca terminou de construir, ainda tem umas 10 casas para terminar de construir, isso no ano 2002 saiu o dinheiro. [silêncio] Eles ficaram com o dinheiro na prefeitura até 2003, veio liberar esse dinheiro em 2004. Esse dinheiro circulando lá dentro, eram eles que mandavam, não é?

Todo esse processo de organização social, de apropriação de novas linguagens e de instrumentos para ter acesso aos bens e aos serviços públicos é lento e complexo, o que leva a práticas como a acima relatada, em que a figura do intermediário, no caso a Prefeitura, sobrepõe-se aos interesses da comunidade.

Com a implantação do Sítio Histórico Kalunga, foi criada a Associação Kalunga Povo da Terra, que atualmente chama-se Associação do Quilombo Kalunga. Em 26 de agosto de 2004, foi criada a Associação Kalunga de Cavalcante, com o objetivo de apoiar a Associação do Quilombo Kalunga e atender aos interesses das comunidades situadas na área administrativa de Cavalcante (ver anexo C). Segundo relato do Senhor Cesário, há um movimento para a criação de uma nova associação que seja formada apenas por moradores do Engenho II.

Entre as disposições do estatuto da Associação Kalunga de Cavalcante constam algumas que merecem destaque:

- no Capítulo I Artigo 5º:

A Associação poderá manter convênios com órgãos públicos e entidades do terceiro setor, fechar contratos com empresas e parceiros comerciais em nome da comunidade e deverá se desdobrar na captação de recursos e apoios que venham colaborar no desenvolvimento local, integrado e sustentável de sua jurisdição.

- Capítulo II Artigo 9º: “São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais”.
- Capítulo II Artigo 9º item V: “Todos os associados e seus herdeiros têm igualdade de direitos sobre as terras de propriedade coletiva da comunidade Kalunga no Município de Cavalcante”.
- Capítulo II Artigo 10º item VIII: “Fazer a contribuição social mensal fixada pela Coordenação e aprovada pela Assembléia Geral”.

- Capítulo II Artigo 11º: “Estarão sujeitos à suspensão de seus direitos os sócios que deixarem de comparecer a três vezes consecutivas às Assembléias Gerais ou faltarem com sua contribuição social sem motivo justificado”.
- Capítulo II Artigo 12º: “Estarão sujeitos à mesma penalidade prevista no artigo anterior os associados que desacatarem a Coordenação, o Conselho Fiscal ou a Assembléia Geral”.

Esse estatuto foi votado em Assembléia e constitui mais um mecanismo para inserção da comunidade no território político e nas disputas de poder. Por meio dos artigos acima citados, verifica-se que há preocupação do grupo em garantir a igualdade de direitos sobre as terras de propriedade coletiva.

Como em qualquer outra associação, o sócio deve contribuir para sua manutenção. Há neste item há uma ressalva para aqueles que não consigam arcar com a contribuição e que apresentem justificativa para a impossibilidade. No entanto, o item que dispõe sobre desacato a algum membro da Coordenação, Coordenação, o Conselho Fiscal ou a Assembléia Geral, é muito subjetivo, podendo ser compreendido como uma intenção de reprimir qualquer manifestação contrária a ações da Associação.

Há itens no estatuto que demonstram a presença de uma percepção de que o território é de todos, mas verifica-se também um processo muito estreito de adequação às normas estatutárias comuns a outros segmentos da sociedade. Apesar de haver o estatuto que rege as ações da Associação Kalunga de Cavalcante, verifica-se que, dentro da comunidade, as relações sociais permanecem fortemente voltadas às estruturas historicamente produzidas, em que os mais velhos têm o respeito de todos.

Há relatos de que algumas lideranças da comunidade beneficiaram-se individualmente com as novas relações políticas e econômicas, mas parte significativa da comunidade acredita que o caminho é a organização política e social para conquistar a titulação de seu território, conforme demonstra o resultado das entrevistas cadastrais. Em um universo de 31 pessoas residentes na comunidade do Engenho II, ao serem perguntadas sobre a forma adequada para a titulação das terras do território Kalunga:

- 32,25 % responderam que a titulação adequada é a coletiva, sendo que desses 12,10 % condicionaram o título coletivo à união entre as pessoas da comunidade;
- 41,93 % não responderam ou não souberam responder;
- 22,58 % responderam que a titulação adequada é a individual ou em nome da família.

Esses dados indicam que há divergências quanto ao processo adequado de titulação das terras do território do Engenho II e, principalmente, o desconhecimento sobre o processo de titulação.

Diante desse cenário, verifica-se que, apesar de haver um processo de fortalecimento político da comunidade kalunga, há também um processo de fragilização das relações sociais dentro da comunidade em face das novas relações impostas por um outro padrão de relações e de valores.

Mas, historicamente, a comunidade tem enfrentado habilmente as situações impostas pela relação com o *outro*. As formas organizacionais apresentadas / impostas pela sociedade abrangente, não são as únicas, e a comunidade deve lutar pela inserção de suas demandas próprias a partir de seus referências. Trata-se de um paradigma o qual a comunidade Kalunga terá de superar, ou seja, a inserção em um sistema político, produzido por códigos alheios aos seus, tendo em vista garantir a permanência em seu território.

Faz-se necessária a reflexão coletiva da comunidade do Engenho II e de toda comunidade Kalunga acerca do processo de inserção do grupo nesse novo campo de relações “sem que as diferenças sejam massacradas, sem que a diversidade seja massificada na unidade de um único referencial signficante” (OLIVEIRA, 2003, p. 172).

A forma pela qual a comunidade passará por esse processo cabe apenas a ela, o que foi possível verificar por meio do presente trabalho é que historicamente ela tem construído alternativas para negociar com o *outro* os seus interesses próprios.

Apesar da trajetória histórica de um grupo social ser construída exclusivamente por ele, por meio da análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II foi possível identificar que esse território possui potencialidades que devem ser fortalecidas para que o grupo social construa sua inserção na arena política de forma a não perder as referências que o constituem enquanto grupo social, enquanto povo negro, cuja resistência e força vital são elementos que orientam sua prática social.

Além da inserção qualificada nas relações políticas, a comunidade possui um potencial econômico referente à produção de produtos como a farinha de mandioca, o gergelim, os doces de babaçu, os produtos artesanais: brinquedos de babaçu, artefatos em cerâmica, artigos elaborados pela tecelagem, cachaça, produção de alimentos orgânicos, entre outros.

Durante o trabalho de campo, não foi identificada nenhuma produção, ainda que em pequena escala, de produtos para inserção no mercado local e regional. Há outras comunidades que vendem seus produtos para uma empresa chamada Kalunga Mercado Justo, que realiza um trabalho de melhoria da apresentação do produto para oferecê-lo ao mercado. Segundo a divulgação da empresa, seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade Kalunga, por meio da aplicação da metodologia do Comércio Justo.

O Comércio Justo é, segundo a *Network of European World Shops*⁸⁴,

uma parceria entre produtores e consumidores que trabalham para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros, para aumentar o seu acesso ao mercado e para promover o processo de desenvolvimento sustentável. O Comércio Justo procura criar os meios e oportunidades para melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores, especialmente os pequenos produtores desfavorecidos. A sua missão é a de promover a equidade social, a proteção do ambiente e a segurança econômica através do comércio e da promoção de campanhas de conscientização.

O próprio nome da empresa demonstra a força e o apelo que o nome Kalunga possui como produto inserido dentro de uma perspectiva que vem sendo construída no Brasil e no mundo, que se refere à importância dada pelo consumidor responsável a empresas que contribuam para o desenvolvimento local e comunitário, para a preservação ambiental, para a valorização da arte, etc.

Atualmente, as pessoas da comunidade do Engenho II têm se qualificado para desenvolver o turismo na comunidade como alternativa para renda e atrativo para que os jovens permaneçam na comunidade. Alguns jovens e adultos realizaram cursos para atuarem profissionalmente como guias de turismo. A comunidade se organiza para receber os turistas em épocas de feriado e segue de forma responsável os estudos de capacidade de carga. O turista que deseja conhecer a comunidade do Engenho II e seus atrativos culturais e naturais deve adquirir um ingresso no Centro de Atendimento ao Turista de Cavalcante. Somente em posse do ingresso é permitida a entrada de visitantes nessas épocas.

No entanto, ainda há muitos elementos a serem observados para a garantia da segurança das pessoas da comunidade e dos turistas que visitam o Engenho II. Há relatos de casos em que

⁸⁴ Definição apresentada pela NEWS! - *Network of European World Shops*, a rede europeia de lojas de Comércio Justo retirada do site www.kalungacomerciojusto.com.

turistas não compram o ingresso para fazer a visitação à comunidade e forçam sua entrada, levando a conflitos com as pessoas da comunidade que estão organizadas para recebê-los, apenas com o ingresso em mãos. Mas, o desrespeito às normas de acesso à localidade, não deveria ser fiscalizado apenas pelas pessoas da comunidade do Engenho II, e sim por policiais.

Nesse novo território político, a comunidade do Engenho II deve apresentar-se de forma autêntica, amparada em seus referenciais identitários, aproveitando o talento, a criatividade e as habilidades de todos e de cada um, que, de forma organizada, contribuirão para constituição da organização da rede social local e regional em que está inserida, pautando-se na confiança e na cooperação para a construção de projetos coletivos, aspectos fundamentais para a consolidação de uma governança⁸⁵ democrática.

Dessa forma, há muitos elementos que podem vir a gerar trabalho e renda para a comunidade, mas é fundamental que a força que historicamente tem mantido o grupo social seja permanentemente lembrada para que, assim, a cosmovisão africana, ultrapasse “as fronteiras da cultura negra para africanizar a política, a economia, e os sistemas sócio-culturais em qualquer parte do planeta” (OLIVEIRA, 2003, p. 175). Assim, ao valorizar sua cultura ancestral, a comunidade do Engenho II saberá construir, juntamente com os demais grupos sociais de seu contexto local e regional, a experiência possível do diálogo entre culturas para a construção de uma vida comum ética, que promova a justiça social e a construção permanente da autonomia dos sujeitos sociais.

O processo de construção da análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II foi permanentemente revisado e reelaborado à medida que a pesquisa se aprofundava. A análise das fontes orais e escritas suscitou muitas novas questões e temas, que não foram possíveis de serem analisados, pois fugiam ao objeto da pesquisa. Desta forma, recomenda-se novos estudos e pesquisas que considerem a forma específica de relação social produzida pelas comunidades que constroem permanentemente o território Kalunga, tais como: a relação e os

⁸⁵ Por modelo de governança, entende-se a forma como se organizam os múltiplos atores sociais em um marco de sistemas econômicos e sociais e as estruturas políticas e legais por meio das quais se administram os assuntos da sociedade. Incorpora a maneira como se conjugam as ações do Estado com os âmbitos do Mercado e da Sociedade Civil, para que exista uma capacidade de implementação e de administração dos processos de decisão das políticas (DABAS e NAJMANOVICH, apud Ministério da Integração Nacional. Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – versão preliminar, 2006, p. 110).

direitos das pessoas que não residem dentro da área do Sítio Histórico, mas que possuem estreito vínculo com as práticas socialmente produzidas e compartilhadas pela comunidade Kalunga, as relações entre as pessoas da comunidade com diferentes segmentos da sociedade, o desenvolvimento do turismo no território Kalunga, as transformações na estrutura espacial da comunidade do Engenho II, já identificadas após o período do trabalho de campo

A dinâmica das relações sócio-espaciais da comunidade do Engenho II está em permanente processo de transformação, adquirindo novos significados, que são apropriados e elaborados pelos Kalungas de acordo com suas referências culturais. Através deste trabalho de pesquisa, esperou-se ter contribuído para o fortalecimento e a valorização da história desta população, feita de mulheres e homens que resistem, mas sempre com muita ternura e sabedoria, iluminada permanentemente pelos seus ancestrais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** (Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005)

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos (pesq.) & CIPRIANO, André (fot.). **Quilombolas: tradições e cultura de resistência.** São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Meio Ambiente, Antigos Estados Políticos e Referências Territoriais da Diáspora.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação Africanidades Brasil.** Brasília: SECAD, 2006.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil – primeira configuração espacial.** 2ª edição. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

_____. **Territórios das Comunidades Quilombolas Segunda Configuração Espacial.** Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação).** In: ZIZEK, S. (org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994, p.105-142.

AMORIM, Cleyde Rodrigues. **Kalunga: a construção da diferença.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

ANDRADE, Lúcia & TRECCANI, Girolamo. **Terras de quilombo.** Disponível em: <http://www.quilombo.org.br/quilombo/doc/terras%20de%20quilombo.doc>. Acesso em 25/07/2005

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: povo da terra.** Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do centro-oeste do Brasil.** Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 2. v.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, 5ª edição.

CASTRO, Edna. **Dinâmicas territoriais e atores locais enquanto dimensões chaves para pensar o Desenvolvimento Rural Sustentável**. (texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005).

CHIOZZINI, Daniel. Território Negro. **Revista Eletrônica do Iphan**. Disponível em: <http://www.labor.unicamp.br/iphan> . Acesso em 13/09/2005.

COSTA, Cléria Botelho da. **Literatura escravista: uma arte da memória**. In: COSTA, Cléria Botelho da. (org.) Um passeio com Clio. Brasília: Paralelo 15, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: j. Olympio, 1943.

GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo, filosofia profana**. Porto Alegre, Tchê, 1986. Disponível em: www.adelmo.com.br. Acesso em: 10/01/2006.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. 1990.

GOMES, Nilma L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. ed. Brasília, 2005, v. , p. 39-62.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 1989.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Brasília./Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares / OR Editor Produtor Editor: 2002, 2ª edição.

NASIO, J. D. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

JATOBÁ, Danielli. **A comunidade Kalunga e a interpelação do Estado: da invisibilidade à identidade política**. Brasília: 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos n Brasil: questões conceituais**. Disponível em: <http://www.nead.org.br> . Acesso em 30/09/2005

Levantamento Sócio-Econômico-Cultural. Relatório Estatístico Qualitativo e Quantitativo. Fundação Cultural Palmares, 2004. Disponível EM: www.palmares.gov.br. Acesso em 15/03/2006.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia nº322. www.unb.br/ics/dan/serie_anto.htm . Acesso em 03/02/2004.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 10ªed. Vol.1. São Paulo: DIFEL, 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – versão preliminar**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2006.

MOURA, Carlos Alves. **Quilombos no Brasil**. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. História dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prime Printers, 2002.

MOURA, Carlos Alves. **O direito do negro**. Participação, Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, ano 3, n.5, nov. 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor Editor, 2002.

NASIO, Juan David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Territórios negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas**. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.) Significados da Terra. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Luana Paré. **O espaço de São Miguel dos Pretos: arquitetura e territorialidade africanas no sul do Brasil**. 2005. 144 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de Geografia.

OLIVEIRA, L. P. e VELLOSO, A. D. **O Espaço dos Quilombos**. In: Anais do V Encontro Nacional da Pós-graduação em Geografia (ANPEGE), Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, Rachel de. **Uma história do povo kalunga**. Brasília: Secr Educ Fundamental, 2001.

OLIVEIRA, David Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, 2003.

Projeto Vida de Negro. **Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento.** Coleção Negro Cosme – vol. III. São Luís: MA: SMDH/CCN-MA/PVN, 2002.

REIS, João José. & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial.** São paulo: Ed Univ Sao Paulo, 2000. 411p.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

RIGONATO, Valney. **As múltiplas fronteiras do nordeste goiano: microrregião da Chapada dos Veadeiros.** Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/VICBG-2004/EIXO5/e5%20118.htm> . Acesso em 23/11/2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1997. 5ª edição.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SEGATO, Rita Laura. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea.** Série Antropologia n 373. Disponível em: www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm . Acesso em 20/12/2005.

SCHMITT, TURATTI e CARVALHO. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** In: Ambiente e Sociedade. Ano V – n. 10 – 1º semestre de 2002.

SIQUEIRA, Thaís Teixeira de. **Do tempo da sussa ao tempo do forró: música, festa e memória entre os Kalunga de Teresina de Goiás.** 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SILVA, Martiniano José. **Quilombos no Brasil Central: Violência e Resistência Escrava.** Goiânia: Kelps, 2003.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial**, disponível no portal: <http://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/content/texto001.pdf>, acesso em 01/12/2006.

SOARES, ALDO ASEVEDO. **Kalunga: o direito de existir**. Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares: 1995. Disponível em: <http://www.aldoasevedo.adv.br> . Acesso em 28/01/2007.

SOUZA, Edileuza Penha de. **TAMBORIZAR: história e afirmação da auto-estima das crianças e adolescentes negros e negras através dos tambores de congo**. Salvador: 2005. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, 2005.

SOUZA, Oswaldo Braga de. **Titulação de quilombos emperra diante de pressões do agronegócio, racismo e falta de vontade política**. Notícias Socioambientais. Disponível em <http://www.socioambiental.org> . Acesso em 22/09/2005.

SWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

TUNA, Gustavo Henrique. **Reavaliando Gilberto Freyre**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em: <http://www.comciencia.br> . Acesso em 14/04/2006.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

ZIZEK, S. **O espectro da ideologia**. In: ZIZEK, S. (org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994, p.7-38.

ANEXO A

ANEXO B

ANEXO C